

Volume 5 • Nº 02



REVISTA CIENTÍFICA  
**educamais**  
ISSN: 2763-6046





Revista Educamais

# Revista Científica

v. 5, n. 2 - julho/dezembro 2025

ISSN: 2763-6046

**Editada em julho de 2025.**

**Última edição em novembro de 2025.**

**Publicada em dezembro de 2025.**

**Indexada em: OpenAIRE.**



# **FACULDADE EDUCAMAI**

Nelson Boni  
**Diretor Executivo**

Maria aparecida Campos da Silva  
**Coordenação Acadêmica**



**2025 Revista Educamais – Revista Científica**

Os autores são responsáveis pela apresentação dos fatos contidos e opiniões expressas nesta obra.

## ***Equipe técnica***

### **Editor Executivo – Chefe**

Carlos Eduardo da Rocha Santos.

### **Conselho Editorial**

Carolina Fátima da Silva

Luiz Eduardo de Toledo Coelho

Márcia Marisa Corrêa

Marcos Túlio de Souza Bandeira

Mauro Passetti

### **Comitê de Científico**

Carlos Eduardo da Rocha Santos

Gilberto Figueiredo Vassolle

Mauro Mashashiro Tokura

Paulo Cesar Pereira

Rodrigo Alves Da Silva

Rogério Sarkis da Costa

### **Gerente da Revista**

Edilson Teles Gomes Junior

### **Direção de Arte, Diagramação e Capa**

João Guedes

### **Suporte Técnico**

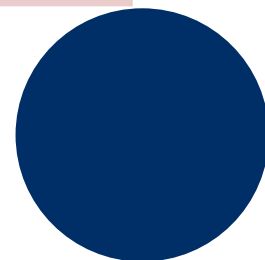
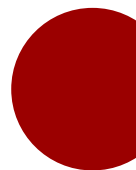
Edilson Teles Gomes Junior

### **Coordenação de Revisão Ortográfica**

Telma Santos

### **Normalização de referências**

Edilson Teles Gomes Junior





## FICHA CATALOGRÁFICA

F143

Revista Educamais - Revista Científica.

– Vol. 5, n. 2 (2025) – São Paulo: Faculdade Educamais, 2021 – Anual

1. Educamais – Periódico II. Brasil, Faculdade Educamais.

CDU 001.891

CDD 001.42

**Rua conde do Pinhal, 78, - Centro, São Paulo - SP, 01501-060**

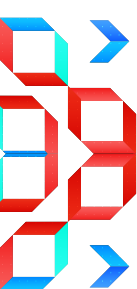
<https://www.faculdadeeducamais.edu.br/>

# Sumário

## Table of Contents

Transformação Digital e Inteligencia Artificial Desafios e Oportunidades / <i>Digital Transformation and Artificial Intelligence: Challenges and Opportunities</i> _____	6
Metodologias Ativas no Ensino da Pedagogia: Impactos na Aprendizagem / <i>Active Methodologies in Pedagogy Education: Impacts on Learning</i> __	21
Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFS) na Promoção da Inclusão Financeira de Imigrantes em Seu País de Acolhimento / <i>Accounting and Tax Support Centers (NAFS) in Promoting the Financial Inclusion of Immigrants in Their Host Country</i> _____	44
Análise Bibliométrica Sobre Marketing Digital: Uma Proposta Descritiva Sobre a Produção Científica Nacional / <i>Bibliometric Analysis of Digital Marketing: A Descriptive Proposal on National Scientific Production</i> _____	64
Análise Bibliométrica da Produção Científica Nacional Sobre Gestão Hospitalar: Uma Proposta Descritiva / <i>Bibliometric Analysis of National Scientific Production on Hospital Management: A Descriptive Proposal</i> _____	75
O Relacionamento Professor-Aluno na Prática Educativa / <i>The Relationship Between Teacher-Student In Educational Practice</i> _____	86





---

# Transformação Digital e Inteligencia Artificial

## Desafios e Oportunidades /

### *Digital Transformation and Artificial Intelligence: Challenges and Opportunities*

---

\_\_\_\_\_  
**Ana Claudia de Farias<sup>1</sup>**

\_\_\_\_\_  
**Janaina de Maio Campos<sup>2</sup>**

\_\_\_\_\_  
**Marcelo Venâncio Alves<sup>3</sup>**

\_\_\_\_\_  
**Marlene Aparecida de Oliveira<sup>4</sup>**

\_\_\_\_\_  
**Emily Bezerra Fonseca<sup>5</sup>**

\_\_\_\_\_  
**Paulo César Pereira<sup>6</sup>**

---

#### **Resumo:**

Este artigo explora o impacto da Inteligência Artificial (“IA”) e da transformação digital no mundo do trabalho, destacando a urgência de repensar as legislações trabalhistas tradicionais. A inserção da IA nos ambientes corporativos levanta questões sobre a substituição de empregos, a privacidade, a autonomia e a dignidade dos trabalhadores. Nesse contexto, o Projeto de Lei nº. 3088/2024 (“PL 3088/24”) surge como uma tentativa de atualizar a Consolidação das Leis do Trabalho (“CLT”), buscando proteger a privacidade dos trabalhadores e preservar empregos frente à automação. A análise do PL 3088/24 revela a preocupação com a transparência dos algoritmos, a necessidade de capacitação dos trabalhadores, a importância da supervisão humana em decisões críticas e a implementação de programas de requalificação profissional. O projeto também aborda a saúde mental dos trabalhadores e propõe a criação de um selo de boas práticas para empresas que utilizarem a IA de forma ética e responsável. Em suma, o PL 3088/24 representa um esforço legislativo para equilibrar a inovação tecnológica com a proteção dos direitos trabalhistas no século XXI.

**Palavras-Chave:** Inteligência Artificial; Direito do Trabalho; Automação; Projeto de Lei nº. 3088/24.

---

1 Discente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: anaclaudia-287@hotmail.com

2 Discente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: janainacamposivv@gmail.com

3 Discente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: venancioalvesmarcelo61@gmail.com

4 Discente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: moliveira@sde.sp.gov.br

5 Discente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: laurafs@alumni.usp.br

6 Docente da Faculdade Inova Mais de São Paulo - Email: paulocesargrajuridico.com



**Abstract:**

*This article explores the impact of Artificial Intelligence (“AI”) and digital transformation on the world of work, highlighting the urgency of rethinking traditional labor laws. The integration of AI into corporate environments raises questions about job replacement, privacy, autonomy, and the dignity of workers. In this context, Project of Law N. 3088/2024 (“PL 3088/24”) emerges as an attempt to update the Consolidation of Labor Laws (“CLT”), seeking to protect workers’ privacy and preserve jobs in the face of automation. The analysis of PL 3088/24 reveals concerns about the transparency of algorithms, the need for worker training, the importance of human supervision in critical decisions, and the implementation of professional retraining programs. The project also addresses the mental health of workers and proposes the creation of a seal of good practices for companies that use AI ethically and responsibly. PL 3088/24 represents a legislative effort to balance technological innovation with the protection of labor rights in the 21st century.*

**Keywords:** Artificial Intelligence; Labor Law; Automation; Law Project n. 3088/24.



## 1 Introdução

O advento da Inteligência Artificial e da transformação digital tem provocado profundas mudanças em praticamente todas as esferas da sociedade contemporânea, especialmente no mundo do trabalho. A inserção de tecnologias inteligentes no ambiente corporativo, como algoritmos de decisão, robôs automatizados e sistemas de análise de dados, reformula a lógica produtiva e impõe novos desafios às legislações trabalhistas, historicamente pensadas para contextos analógicos. Nesse cenário, surge a necessidade urgente de se repensar as formas de proteção ao trabalhador em meio à crescente automação das atividades humanas.

O impacto da inteligência artificial vai além da substituição de postos de trabalho. Ele também incide sobre aspectos subjetivos das relações laborais, como a privacidade, a autonomia, a dignidade e até a própria identidade do trabalhador diante de sistemas automatizados de avaliação, controle e tomada de decisões. A centralidade do ser humano no processo produtivo, garantida constitucionalmente, passa a ser questionada diante da delegação de funções antes humanas às máquinas. O que está em jogo não é apenas a eficiência tecnológica, mas o equilíbrio entre inovação e justiça social.

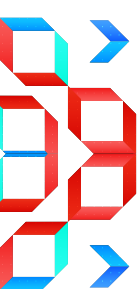
É nesse contexto que o PL 3088/2024 se insere como uma resposta política e jurídica às novas configurações do trabalho. O projeto busca alterar a CLT, incluindo dispositivos que assegurem proteção à privacidade do trabalhador e proponham estratégias de preservação de empregos frente à adoção massiva da inteligência artificial nas empresas. Trata-se de uma tentativa legislativa de harmonizar o progresso tecnológico com os direitos fundamentais do trabalhador.

O projeto encontra fundamento no artigo 7º, inciso XXVII, da Constituição Federal de 1988, que prevê a proteção do trabalhador em face da automação. Esse dispositivo, embora pouco aplicado até recentemente, ganha protagonismo ao oferecer um respaldo jurídico claro para a criação de políticas que impeçam que o avanço tecnológico signifique exclusão, desigualdade e precarização. Assim, o PL 3088/24 se apresenta como um instrumento necessário para atualizar a legislação à realidade do século XXI, sem renunciar aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

A proposta legislativa surge em um momento de tensão: de um lado, empresas buscam otimizar seus processos com o uso de IA; de outro, trabalhadores enfrentam o medo de perder seus empregos ou de serem vigiados e avaliados por sistemas automatizados. Essa dualidade exige do legislador uma postura proativa, voltada não apenas à regulamentação do uso da tecnologia, mas também à antecipação de seus impactos e à construção de um futuro do trabalho mais justo e equilibrado.

Entretanto, a regulação da inteligência artificial no ambiente laboral não é tarefa simples. Ela envolve múltiplas dimensões, como a técnica, a ética, a jurídica e a econômica. Qualquer normatização precisa considerar esses aspectos de forma integrada, sob pena de criar leis ineficazes ou que dificultem a inovação. Por isso, o PL 3088/24 não deve ser visto como um ponto final, mas sim como o início de um debate mais amplo sobre o papel da IA no mundo do trabalho e sobre os direitos que precisam ser preservados nesse novo paradigma.





Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o PL 3088/24 à luz dos princípios constitucionais do Direito do Trabalho e dos desafios impostos pela transformação digital. A proposta é refletir sobre os fundamentos jurídicos da iniciativa, discutir suas implicações práticas e apontar caminhos possíveis para a construção de uma regulação equilibrada da inteligência artificial, que respeite a dignidade humana e promova a inclusão produtiva em um contexto de mudanças rápidas e profundas.

A relevância deste estudo reside no fato de que estamos vivenciando uma transição histórica, na qual as bases do trabalho estão sendo reformuladas. Mais do que acompanhar a tecnologia, é necessário construir um marco normativo que assegure que essa evolução ocorra com responsabilidade social e respeito aos direitos fundamentais. O PL 3088/24 pode representar um passo importante nesse sentido, desde que interpretado dentro de um projeto mais amplo de justiça social e inovação ética.

Espera-se contribuir com o debate acadêmico e jurídico sobre a transformação digital e o futuro do trabalho, destacando a importância de uma legislação que seja, ao mesmo tempo, moderna, protetiva e orientada para o bem-estar coletivo.

## 2 A Revolução Tecnológica no Mundo do Trabalho

A revolução digital, caracterizada pela convergência das tecnologias digitais e a automação dos processos produtivos, está moldando um novo paradigma no mercado de trabalho. A inteligência artificial, como um dos pilares dessa transformação, tem se expandido rapidamente nos setores industriais, comerciais e de serviços. Por meio de algoritmos sofisticados, aprendizado de máquina e *big data*, as empresas agora são capazes de realizar operações complexas com maior velocidade e precisão. Esse fenômeno tem gerado questionamentos sobre os impactos no emprego, nas condições de trabalho e na própria natureza das funções desempenhadas pelos trabalhadores (Silva, 2020).

A IA tem a capacidade de substituir tarefas repetitivas, bem como atividades cognitivas complexas, o que gera um potencial de reconfiguração das profissões. O uso de IA para otimizar a produção, por exemplo, tem o poder de aumentar a produtividade de maneira significativa, mas também pode resultar na substituição de postos de trabalho que antes eram executados manualmente ou de forma semiautomática. A substituição de funções pode levar a uma diminuição de oportunidades de emprego para aqueles que não possuem a qualificação necessária para atuar em um mercado de trabalho cada vez mais exigente (Martins, 2021).

A automação no ambiente de trabalho, através da implementação de IA, oferece uma melhoria na eficiência produtiva, mas ao mesmo tempo expõe uma vulnerabilidade crescente dos trabalhadores. A rapidez com que a IA substitui funções humanas pode ser vista como uma ameaça, especialmente para os trabalhadores menos qualificados. De acordo com estudos realizados por instituições como a McKinsey Global Institute, estima-se que milhões de postos de trabalho podem ser perdidos mundialmente até 2030 devido à automação, sendo





que os empregos mais afetados são aqueles de tarefas repetitivas, como operários e operadores de máquinas (McKinley, 2019).

Embora a automação traga benefícios no curto prazo, como a redução de custos e a melhora na qualidade dos produtos, os efeitos a longo prazo podem ser desafiadores. A resistência dos trabalhadores à substituição por máquinas e algoritmos é uma preocupação que precisa ser abordada pelas empresas e pelo governo. O impacto social da perda de empregos pode ser profundo, especialmente em setores de baixo salário, onde as opções de requalificação e adaptação às novas tecnologias podem ser limitadas. O foco deve ser direcionado para estratégias de adaptação e requalificação, de modo que a automação não cause desemprego em massa (Rodrigues, 2020).

Por outro lado, a implementação de IA no ambiente de trabalho também traz uma série de oportunidades, como a criação de novos tipos de empregos e a melhoria das condições de trabalho para muitas funções. Profissões que envolvem inteligência criativa, liderança e habilidades interpessoais ainda não podem ser totalmente substituídas por IA, o que sugere que o mercado de trabalho pode se transformar de maneira que novos nichos de emprego sejam criados. Isso reforça a necessidade de requalificação profissional para garantir que os trabalhadores possam transitar para esses novos postos (Ferreira, 2021).

A regulação da IA e da automação nas relações de trabalho é, portanto, uma questão urgente para o Direito do Trabalho. As legislações existentes não foram elaboradas com o intuito de regulamentar o uso de tecnologias de ponta, como a IA. Nesse sentido, muitos países, incluindo o Brasil, precisam criar normas específicas para lidar com os impactos da inteligência artificial, garantindo que o avanço tecnológico não venha acompanhado de precarização das condições de trabalho. A legislação deve ser capaz de proteger os direitos dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que incentiva a inovação tecnológica (Costa, 2022).

No Brasil, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) está sendo revista para se adaptar às novas demandas do mercado de trabalho digital. O Projeto de Lei nº. 3088/24 surge como uma tentativa de atualização das normas trabalhistas, com o objetivo de proteger os trabalhadores da ameaça de perda de emprego devido ao uso de IA. O projeto de lei propõe a inclusão de novas regulamentações que protejam a privacidade do trabalhador e assegurem a preservação dos empregos diante da automação, buscando um equilíbrio entre inovação e direitos trabalhistas (Almeida, 2023).

No entanto, a adaptação das leis trabalhistas às inovações tecnológicas apresenta desafios. Por um lado, a inovação tecnológica deve ser incentivada para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento de novas soluções para problemas globais. Por outro, as leis precisam garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados, especialmente no que diz respeito à dignidade, à privacidade e à manutenção de condições de trabalho decentes. Esse equilíbrio entre progresso e direitos é um dos maiores desafios legislativos do nosso tempo (Santos, 2020).

A inteligência artificial, por sua vez, pode ser aliada na criação de sistemas que melhorem a gestão de recursos humanos, mas é necessário que esses sistemas operem de forma transparente e ética. O uso de IA para monitoramento de desempenho, avaliações de





produtividade e até mesmo para processos de seleção de candidatos pode ser uma ferramenta útil, mas que exige regulação clara para evitar abusos. A privacidade do trabalhador deve ser respeitada, e a utilização desses dados precisa ser feita com consentimento e dentro dos limites legais (Rodrigues, 2022).

O impacto da IA nas relações de trabalho não se limita à substituição de empregos, mas envolve também o redesenho das próprias funções. O futuro do trabalho passará, inevitavelmente, pela adaptação a um ambiente em que a inteligência artificial desempenha um papel central. Nesse novo cenário, a capacitação e a educação digital serão fundamentais para garantir que os trabalhadores não sejam deixados para trás. A transformação digital pode ser uma grande oportunidade, desde que acompanhada de uma regulamentação que assegure que os direitos trabalhistas sejam preservados (Silva, 2023).

Atualmente, vivenciamos a chamada Indústria 4.0, considerada a quarta revolução industrial. Essa nova fase é marcada por transformações profundas e aceleradas, impulsionadas por tecnologias emergentes como veículos autônomos, impressoras 3D, robótica avançada e, sobretudo, pela Internet das Coisas (IoT), que conecta máquinas, empresas e pessoas por meio de plataformas digitais altamente sofisticadas. Outro destaque dessa era é a inteligência artificial, que passa a ocupar papel central nos processos de tomada de decisão e automação. Nesse cenário, exige-se um elevado grau de adaptabilidade tanto dos indivíduos quanto das organizações. Os processos produtivos tornam-se cada vez mais digitalizados, descentralizados e interconectados, o que torna as atividades mais complexas e os sistemas de criação de valor muito mais dinâmicos (Araujo *et al.*; Castor; Maria; Granja; Jovarini, 2020).

### 3 **Desafios Éticos e Legais da Inteligência Artificial nas Relações de Trabalho**

A introdução de inteligência artificial no mercado de trabalho levanta uma série de questões éticas que precisam ser abordadas com urgência. Entre os principais dilemas estão a transparência nos processos decisórios automatizados, a responsabilidade por erros cometidos por algoritmos e a possibilidade de discriminação algorítmica. Esses problemas geram uma necessidade de regulamentação para garantir que as decisões feitas por IA não sejam tendenciosas ou injustas, e que, em caso de falhas, haja responsabilidades claras. A ética na IA deve garantir que os trabalhadores não sejam prejudicados por sistemas que operam sem supervisão humana adequada (Binns, 2018).

Uma das grandes preocupações éticas no uso de IA é a possibilidade de viés nos algoritmos. Como os sistemas de IA aprendem a partir de dados históricos, se esses dados contiverem preconceitos ou desigualdades, a IA pode perpetuar essas falhas. No campo das relações de trabalho, isso pode se traduzir em decisões discriminatórias na contratação, promoção ou avaliação de desempenho de funcionários, afetando especialmente grupos minoritários. A transparência sobre como os dados são coletados, processados e utilizados é essencial para minimizar esses vieses e garantir que a IA seja utilizada de forma justa e equitativa (O’Neil, 2016).





Além da questão do viés, há também o problema da responsabilidade legal por decisões automatizadas. Quando um algoritmo toma uma decisão errada, quem é o responsável? É o desenvolvedor do sistema, a empresa que implementou a tecnologia ou a própria IA? O Direito ainda está tentando encontrar formas de atribuir responsabilidades claras nessas situações. Alguns especialistas sugerem que as legislações precisem ser adaptadas para criar um marco legal específico para os danos causados por sistemas autônomos, a fim de garantir que os trabalhadores não fiquem desprotegidos (Gunkel, 2018).

A privacidade dos trabalhadores também é um aspecto crítico quando se trata de IA no ambiente de trabalho. A coleta de dados sobre desempenho, comportamento e saúde dos empregados para alimentar sistemas de IA pode ser invasiva e colocar em risco a privacidade individual. A regulamentação precisa garantir que os dados sejam coletados com o consentimento expresso dos trabalhadores e que seu uso esteja restrito a finalidades específicas, evitando abusos e vazamentos de informações sensíveis. As empresas devem garantir que os trabalhadores estejam cientes de como seus dados são utilizados (Custers, 2016).

Além disso, a utilização de IA para monitoramento de atividades no ambiente de trabalho deve ser feita de forma ética, para que os direitos dos trabalhadores não sejam violados. O monitoramento constante, que inclui o rastreamento do tempo de trabalho, a análise do comportamento e o controle de produtividade, pode gerar um ambiente de desconfiança, prejudicando a relação entre empregador e empregado. Para que esse tipo de tecnologia seja utilizada de forma ética, as empresas devem garantir a transparência e a comunicação clara com seus colaboradores sobre as intenções do monitoramento (Zeng *et al.*, 2018).

Outro desafio ético relevante é o impacto da IA na saúde mental dos trabalhadores. A automação de muitas funções pode gerar sentimento de insegurança, medo de perda de emprego e uma sensação de desvalorização. Além disso, a pressão para se adaptar rapidamente às novas tecnologias pode gerar ansiedade e estresse entre os trabalhadores. Portanto, é essencial que as organizações não apenas invistam em capacitação profissional, mas também ofereçam suporte psicológico e estratégias para preservar o bem-estar emocional dos funcionários (Brynjolfsson & McAfee, 2014).

A criação de um marco legal para a IA nas relações de trabalho também precisa considerar o aspecto da educação e do treinamento dos trabalhadores. Com a introdução da IA, as habilidades exigidas dos empregados mudam drasticamente. No entanto, muitos trabalhadores não possuem as qualificações necessárias para se adaptar a essas mudanças.

Segundo Arntz, Gregory e Zierahn (2016), essa abordagem é fundamental para garantir que os trabalhadores consigam acompanhar as novas demandas do mercado, especialmente em um contexto em que habilidades técnicas e digitais são constantemente atualizadas e, muitas vezes, substituídas. Ao investir na formação contínua de suas equipes, as empresas não apenas aumentam sua competitividade, mas também contribuem para a inclusão social e para a redução do desemprego estrutural.

Além das questões internas de cada empresa, a legislação precisa ser adaptada para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam protegidos de maneira universal, independentemente do setor ou tipo de trabalho. A regulamentação deve abordar a responsabilidade





dos empregadores pela implementação da IA, a proteção de dados e a supervisão humana das decisões automatizadas. A lei precisa evoluir para acompanhar a rápida transformação digital e garantir que os trabalhadores não sejam prejudicados pela aplicação de tecnologias sem supervisão e responsabilidade (Pasquale, 2015).

Em um nível mais amplo, a sociedade também precisa refletir sobre as implicações éticas do uso de IA, não apenas no mercado de trabalho, mas em todos os setores. As políticas públicas precisam garantir que a IA seja desenvolvida e aplicada de maneira ética e que seus benefícios sejam distribuídos de forma equitativa. Isso inclui garantir que os trabalhadores tenham acesso a oportunidades de requalificação e proteção em face dos desafios trazidos pela automação, e que os desenvolvedores de IA sejam incentivados a seguir princípios éticos e responsáveis no design e implementação dessas tecnologias (Hernández, 2020).

Finalmente, a transparência das empresas no uso de IA também precisa ser considerada como uma prioridade ética. A população e os trabalhadores têm o direito de saber como os sistemas de IA estão sendo implementados e como isso impacta suas vidas e empregos. A falta de transparência pode resultar em desconfiança, resistência e até ações judiciais, colocando em risco a aceitação de novas tecnologias no ambiente de trabalho (Cath, 2018).

A utilização da inteligência artificial nas relações de trabalho exige atenção quanto à transparência e à proteção dos dados dos trabalhadores, especialmente diante de decisões automatizadas que podem impactar diretamente suas carreiras (Duarte, 2021).

A automação de processos por meio da inteligência artificial tem gerado preocupações quanto à substituição da mão de obra humana, principalmente em funções repetitivas e operacionais. Esse avanço, embora traga ganhos de produtividade, pode intensificar o desemprego e agravar desigualdades sociais se não houver políticas públicas de requalificação profissional. O equilíbrio entre inovação e responsabilidade social deve ser prioridade nas relações de trabalho modernas (Silva & Torres, 2022).

## **4 A Proteção dos Direitos Trabalhistas no Contexto da Inteligência Artificial**

A implementação de tecnologias como a inteligência artificial nas empresas exige uma revisão detalhada dos direitos trabalhistas, principalmente em relação à segurança no emprego e à privacidade dos trabalhadores. As inovações tecnológicas podem, de um lado, proporcionar maior eficiência e produtividade, mas, por outro, podem gerar insegurança sobre a preservação de empregos, além de afetar a relação de trabalho com o empregador. É fundamental que os direitos dos trabalhadores sejam protegidos dentro desse novo contexto, onde a IA pode desempenhar um papel relevante na reconfiguração dos processos de trabalho (Cave & Dignum, 2019).

O direito à privacidade dos trabalhadores é um dos aspectos mais afetados pela introdução da IA. O monitoramento do comportamento, do desempenho e até da saúde dos trabalhadores pode ser intensificado com o uso de sistemas automatizados. Nesse cenário,





surge a necessidade de legislações que protejam a privacidade dos trabalhadores e garantam o uso ético e responsável de seus dados. O respeito à privacidade e à integridade dos dados dos empregados deve ser um pilar central de qualquer regulamentação que envolva IA nas relações de trabalho (Akal & Horvitz, 2020).

Com a automação de tarefas, muitos trabalhadores podem ser deslocados de suas funções tradicionais, o que levanta um problema adicional de requalificação profissional. A proteção dos direitos trabalhistas deve incluir políticas de requalificação que permitam aos trabalhadores adaptarem-se às novas demandas do mercado de trabalho. Essas políticas não apenas ajudam os empregados a se manterem competitivos no mercado, mas também garantem que eles não sejam deixados à margem das mudanças tecnológicas (Brynjolfsson & McAfee, 2014).

Além disso, a IA também pode afetar a equidade nas relações trabalhistas. A implementação de algoritmos de decisão, como os usados em processos de recrutamento e avaliação de desempenho, pode resultar em discriminação contra certos grupos.

A transparência no uso desses sistemas e a revisão constante dos algoritmos para evitar vieses discriminatórios são fundamentais para proteger os trabalhadores de decisões injustas ou desproporcionais que possam prejudicá-los no ambiente de trabalho (O'Neil, 2016).

Outro aspecto importante da proteção dos direitos trabalhistas é a definição clara da responsabilidade em casos de falhas atribuíveis à IA. Se um sistema de IA causar danos aos trabalhadores ou gerar decisões equivocadas que afetem negativamente seus direitos, como uma demissão indevida ou a recusa em uma promoção, é necessário que a legislação defina com clareza quem será responsabilizado. As empresas precisam ser transparentes quanto à responsabilidade pelas decisões automatizadas, e os trabalhadores devem ter acesso a recursos legais eficazes para contestar essas decisões (Pasquale, 2015).

A proteção contra a vigilância excessiva também é uma questão de grande relevância no contexto da IA. A coleta de dados pessoais e profissionais dos trabalhadores pode ser utilizada para fins de controle e monitoramento de produtividade, o que pode gerar um ambiente de trabalho opressor e prejudicar o bem-estar dos empregados. Para evitar abusos, as regulamentações trabalhistas devem garantir que o monitoramento seja realizado de maneira justa, transparente e com o consentimento dos trabalhadores (Zeng *et al.*, 2018).

O direito ao emprego também deve ser protegido frente ao impacto da IA. Embora a automação possa resultar na eliminação de empregos, ela também pode criar novas oportunidades em áreas relacionadas à tecnologia e à gestão da IA. Portanto, é essencial que os trabalhadores sejam preparados para essas novas funções e que existam medidas de apoio para aqueles que perderem seus empregos devido à automação. A regulamentação trabalhista deve incentivar políticas públicas que promovam a adaptação do trabalhador à nova realidade tecnológica (Arntz, Gregory, & Zierahn, 2016).

Além disso, a adoção de IA deve ser realizada de maneira gradual, com atenção especial às possíveis consequências para os trabalhadores mais vulneráveis, como aqueles com menor qualificação ou em funções repetitivas.





O processo de transição precisa ser acompanhado de perto por políticas de inclusão social e profissional, para que ninguém seja deixado para trás em um mundo cada vez mais automatizado. As empresas devem ser incentivadas a adotar modelos de integração gradual de tecnologias, com a participação dos trabalhadores nas discussões sobre mudanças nos processos de trabalho (Custers, 2016).

## 5 **Análise do Projeto de Lei 3088/24**

O Projeto de Lei nº. 3088/24 visa alterar a CLT para incluir medidas de proteção aos trabalhadores, especialmente no que diz respeito à privacidade e aos dados pessoais, frente ao crescente uso da inteligência artificial no mercado de trabalho. A proposta busca, ainda, preservar empregos e garantir a transparência nos processos automatizados, considerando as potencialidades e os desafios da IA para o ambiente de trabalho (Agência Câmara de Notícias, 2024).

O autor do projeto, o deputado Júnior Mano (PL-CE), justifica a necessidade de um marco legal para assegurar direitos trabalhistas diante da crescente automação no setor produtivo. A proposta reconhece os avanços trazidos pela IA, mas também os impactos negativos, como a possível discriminação algorítmica e a precarização do trabalho, e visa estabelecer normas que assegurem a justiça nas decisões tomadas por sistemas automatizados (Brasil, 2024).

Um dos principais pontos do projeto é a transparência dos algoritmos utilizados na seleção e promoção de trabalhadores, garantindo que esses processos sejam auditáveis. A medida busca combater discriminação implícita em sistemas de IA, que, por vezes, podem replicar ou até amplificar preconceitos sociais, raciais ou de gênero. A proposta visa impedir que tais padrões sejam mascarados e estabelecer a responsabilidade das empresas nesse contexto (Duarte, 2021).

Além disso, o projeto exige que os trabalhadores sejam informados e capacitados sobre o uso da IA. Capacitações periódicas são vistas como uma ferramenta essencial para que os empregados possam compreender melhor os impactos da tecnologia em suas funções e no ambiente de trabalho. Este ponto visa garantir que os trabalhadores se adaptem às novas exigências do mercado, sem comprometer sua empregabilidade (Oliveira, 2022).

A supervisão humana em processos decisórios críticos também é abordada pela proposta. O PL 3088/24 exige que decisões impactantes na vida dos trabalhadores, como demissões ou promoções, sejam acompanhadas por uma supervisão humana para garantir a imparcialidade e a correção dos processos. Essa medida é crucial para manter a confiança dos trabalhadores no sistema e evitar injustiças baseadas em decisões automatizadas erradas (Silva & Torres, 2022).

Outra inovação do projeto é a introdução de programas de requalificação profissional voltados para trabalhadores cujas funções possam ser automatizadas. A proposta visa garantir que a implementação de novas tecnologias seja acompanhada de medidas para a





adaptação dos empregados, preservando empregos e incentivando a requalificação para funções que demandem mais criatividade e intervenção humana (Ferreira & Costa, 2023).

O projeto também reconhece a importância de cuidar da saúde mental e física dos trabalhadores em um ambiente cada vez mais digitalizado. Medidas preventivas contra doenças como ansiedade e estresse, provocadas pela sobrecarga de trabalho ou pela intensificação de tarefas automatizadas, são essenciais para garantir o bem-estar dos empregados. O cuidado com a saúde laboral é, portanto, uma prioridade para o projeto (Lima, 2023).

Em termos de fiscalização, o projeto prevê a criação de um selo de boas práticas, a ser concedido pelo Poder Executivo, para as empresas que adotarem a IA de maneira ética e responsável. Além disso, as empresas que não cumprirem as diretrizes estabelecidas estarão sujeitas a multas e outras penalidades. A medida busca criar um ambiente de *compliance* e responsabilidade entre as empresas que implementam IA em suas operações (Brasil, 2024).

O Poder Executivo também terá um papel central na implementação do projeto, podendo emitir diretrizes e recomendações para garantir que o uso da IA seja compatível com os direitos dos trabalhadores. A responsabilidade do governo em harmonizar a relação entre IA e trabalho humano reforça a necessidade de uma regulação que envolva múltiplos setores da sociedade, incluindo órgãos reguladores, empresas e trabalhadores (Silva & Torres, 2022).

Por fim, o projeto de lei está em fase de tramitação na Câmara dos Deputados e deverá ser analisado pelas comissões de Ciência, Tecnologia e Inovação, de Trabalho e de Constituição e Justiça. Se aprovado, a proposta terá grande impacto na forma como as empresas irão utilizar a inteligência artificial, especialmente no que se refere à proteção dos direitos dos trabalhadores, promovendo um equilíbrio entre inovação tecnológica e justiça social (Agência Câmara de Notícias, 2024).

O Projeto de Lei nº. 3088/24 representa uma resposta legislativa urgente à crescente influência da inteligência artificial no mercado de trabalho brasileiro. Proposto pelo deputado Júnior Mano (PL-CE), o projeto busca inserir dispositivos na CLT que assegurem a proteção dos trabalhadores frente aos avanços tecnológicos, sobretudo no que diz respeito à privacidade e à preservação do emprego. A proposta evidencia um esforço para equilibrar inovação com justiça social.

A transparência dos algoritmos utilizados em processos de seleção é um dos pilares do projeto. A exigência de auditorias nesses sistemas automatizados visa combater discriminações ocultas que podem surgir por vieses nos dados ou nos critérios de decisão da IA. Essa medida visa garantir processos seletivos mais justos e auditáveis, fortalecendo a confiança dos trabalhadores e a responsabilidade das empresas.

O projeto também estabelece a obrigatoriedade da capacitação contínua dos trabalhadores em relação ao uso da inteligência artificial no ambiente de trabalho. Essa exigência demonstra preocupação não apenas com a adaptação do trabalhador à tecnologia, mas também com a democratização do conhecimento. A proposta visa promover uma transição tecnológica inclusiva e menos excludente.

Conforme já mencionado, outro ponto relevante do PL 3088/24 é a determinação de supervisão humana em decisões críticas tomadas por sistemas de IA. O texto propõe que





decisões que afetem diretamente a vida profissional dos trabalhadores, tais como contratações, promoções e demissões, sejam submetidas à revisão humana. Isso visa prevenir injustiças e assegurar a imparcialidade nos processos.

A proposta também aborda a função reguladora do Estado. O Poder Executivo poderá emitir diretrizes para harmonizar a atuação da IA com os direitos trabalhistas, fortalecendo o papel do governo como mediador entre a inovação tecnológica e a dignidade do trabalho. Esse aspecto destaca a importância de uma política pública ativa e atualizada frente às novas tecnologias.

Uma iniciativa interessante do projeto é a criação de um selo de reconhecimento para empresas que adotarem boas práticas no uso da IA. A proposta valoriza organizações que operam com ética, responsabilidade e respeito aos direitos humanos no uso dessas ferramentas. Por outro lado, prevê sanções e multas para empresas que descumprirem as diretrizes estabelecidas.

A requalificação profissional também é uma preocupação presente no PL 3088/24. Ao promover programas que capacitem trabalhadores para funções que não podem ser automatizadas, o projeto tenta mitigar os efeitos da substituição da mão de obra humana pela IA. Trata-se de uma medida essencial para garantir que a transição tecnológica não aumente o desemprego ou a desigualdade social.

Além da preservação de postos de trabalho, o texto também trata da saúde mental dos trabalhadores. O projeto exige que empresas adotem medidas para prevenir doenças como estresse e ansiedade, causadas pelo ritmo intenso ou pelo monitoramento automatizado no ambiente laboral. Essa proposta reconhece os impactos psicossociais da tecnologia e antecipa soluções preventivas.

A tramitação do projeto segue em caráter conclusivo nas comissões da Câmara dos Deputados. Ele será analisado por comissões temáticas como Ciência e Tecnologia, Trabalho e Constituição e Justiça. Se aprovado em todas as instâncias, o PL 3088/24 seguirá ao Senado para nova avaliação antes de ser sancionado como lei federal.

Em resumo, o PL 3088/24 representa um marco importante na tentativa de regulamentar a inteligência artificial nas relações de trabalho no Brasil. A proposta busca equilibrar inovação com justiça, segurança com transparência e progresso com responsabilidade social. A aprovação da lei pode abrir caminho para uma nova era de proteção trabalhista adaptada ao século XXI.

A proposta também chama atenção para o papel das instituições públicas e privadas na construção de uma cultura organizacional ética frente ao uso da IA. Ao exigir transparência, capacitação e supervisão humana, o projeto estimula uma governança responsável, promovendo práticas mais justas e conscientes no ambiente de trabalho. Isso fortalece o compromisso das empresas com os direitos humanos e a equidade social.

Além disso, o PL 3088/24 pode servir como referência para outros países que enfrentam dilemas semelhantes com a automação. Ao regulamentar o uso da IA nas relações de trabalho, o Brasil dá um passo importante rumo à modernização com responsabilidade.





Essa iniciativa demonstra que é possível incentivar o progresso tecnológico sem abrir mão da proteção social e da valorização do trabalhador.

## 6 Considerações Finais

As transformações profundas e aceleradas impulsionadas pela Inteligência Artificial e pela digitalização no cenário laboral contemporâneo demandam uma reflexão crítica e proativa sobre a adequação das estruturas jurídicas existentes. A tradicional CLT, concebida em um contexto analógico, revela-se cada vez mais desafiada pelas novas dinâmicas produtivas e pelas complexas interações entre humanos e sistemas automatizados. A emergência de tecnologias inteligentes redefine não apenas os processos operacionais, mas também os próprios fundamentos das relações de trabalho, exigindo uma urgente atualização normativa que contemple as especificidades dessa nova era.

O advento da IA no ambiente corporativo transcende a mera substituição de tarefas manuais e repetitivas, alcançando esferas cognitivas e decisórias antes exclusivamente humanas. Algoritmos sofisticados, aprendizado de máquina e análise massiva de dados transformam a lógica produtiva, impactando diretamente a segurança no emprego, as condições de trabalho e a própria natureza das profissões. A crescente delegação de funções a sistemas automatizados suscita questionamentos essenciais sobre a centralidade do ser humano no processo produtivo, um princípio fundamental garantido pela Constituição Federal.

Nesse contexto de intensas transformações, o Projeto de Lei nº. 3088/2024 emerge como uma resposta legislativa crucial para endereçar os desafios éticos, sociais e jurídicos impostos pela ascensão da IA no mundo do trabalho. Ao propor alterações na CLT, o projeto busca inserir mecanismos de proteção à privacidade dos trabalhadores, um direito fundamental cada vez mais vulnerável em face da coleta e análise de dados massivos. Adicionalmente, a iniciativa legislativa visa a implementação de estratégias para a preservação de empregos, reconhecendo o potencial disruptivo da automação sobre o mercado de trabalho.

A análise detalhada do PL 3088/24 revela uma preocupação central com a promoção da transparência nos processos automatizados de seleção e avaliação de desempenho. A exigência de auditorias em algoritmos utilizados para essas finalidades representa um avanço significativo no combate à discriminação algorítmica, um fenômeno insidioso que pode perpetuar ou até mesmo amplificar preconceitos existentes. Ao garantir a auditabilidade desses sistemas, o projeto busca fomentar a justiça e a equidade nas oportunidades de emprego e ascensão profissional.

Ademais, o projeto de lei enfatiza a importância da capacitação contínua dos trabalhadores como um pilar fundamental para a adaptação às novas exigências do mercado laboral. Em um cenário onde as habilidades digitais e técnicas se tornam cada vez mais cruciais, a proposta de obrigatoriedade de programas de requalificação profissional demonstra uma visão de futuro, buscando mitigar os impactos negativos da automação sobre a empregabilidade e promover uma transição tecnológica mais inclusiva.





## Referências

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Projeto de lei busca proteger trabalhadores da demissão por inteligência artificial**. 2024. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://www.camara.leg.br/noticias/1023468projeto-de-lei-busca-protoger-trabalhadores-da-demissao-por-inteligenciaartificial/>. Acesso em: 6 mai.2025.
- AKAL, A.; HORVITZ, E. **Thoughts on technology and trust**. *AI and Society*, v. 35, p. 415-419, 2020.
- ALMEIDA, G. de A. **Inteligência artificial e direito do trabalho: desafios e perspectivas**. São Paulo: LTr, 2023.
- ARAÚJO, R. *et al.* **Indústria 4.0 e os desafios para o direito do trabalho no Brasil**. *Revista de Direito do Trabalho e Seguridade Social*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 159-178, jan./jun. 2020.
- ARNTZ, M.; GREGORY, T.; ZIERAHN, U. **The risk of automation for jobs in OECD countries: a comparative analysis**. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, n. 189, OECD Publishing, Paris, 2016.
- BINNS, R. **Algorithmic accountability and public reason**. *Philosophy & Technology*, v. 31, n. 4, p. 543-563, 2018.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 3088/2024**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção da privacidade do trabalhador e a preservação de empregos em face da automação por inteligência artificial. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2459831>. Acesso em: 6 mai.2025.
- BRYNJOLFSSON, E.; MCAFFEE, A. **The second machine age: work, progress, and prosperity in a time of brilliant technologies**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.
- CAVE, S.; DIGNUM, F. **Towards a taxonomy of AI harms**. *AI and Society*, v. 34, n. 3, p. 641-649, 2019.
- CASTOR, B. **Indústria 4.0: desafios e oportunidades para o direito do trabalho**. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, ano 25, n. 6286, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/81478>. Acesso em: 6 mai.2025.
- CATH, C. **Governing artificial intelligence: ethical, legal and technical opportunities and challenges**. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, v. 376, n. 2133, 2018.
- COSTA, E. S. da. **Direito do trabalho 4.0: inteligência artificial e o futuro das relações laborais**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.
- CUSTERS, B. **The future of work: opportunities, challenges, and the role of law**. *AI and Society*, v. 31, n. 4, p. 589-595, 2016.
- DUARTE, M. L. **Proteção de dados e privacidade nas relações de trabalho na era digital**. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- FERREIRA, A. L. **O futuro do trabalho e a necessidade de requalificação profissional**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.
- FERREIRA, R.; COSTA, S. M. da. **Inteligência artificial e o direito do trabalho: reflexões sobre o PL 3088/2024**. *Revista Brasileira de Direito do Trabalho*, v. 10, n. 20, p. 112-135, jul./dez. 2023.
- GRANJA, M. E.; JOVARINI, S. **Indústria 4.0 e direito do trabalho: uma análise da legislação brasileira**. *Revista de Direito Social*, v. 22, n. 88, p. 135-152, out./dez. 2020.





- GUNKEL, D. J. **Robot rights**. Cambridge, MA: MIT Press, 2018.
- HERNÁNDEZ, R. D. **Ethical implications of artificial intelligence in the workplace**. Journal of Business Ethics, v. 168, n. 1, p. 1-15, 2020.
- LIMA, A. C. **Saúde mental e trabalho na era digital**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.
- MARIA, A. L. **Indústria 4.0 e os impactos no contrato de trabalho**. Revista LTr: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 84, n. 10, p. 1189-1195, out. 2020.
- MARTINS, S. P. **Direito do trabalho e inteligência artificial**. São Paulo: Atlas, 2021.
- MCKINLEY GLOBAL INSTITUTE. **Jobs lost; jobs gained: workforce transitions in a time of automation**. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://www.mckinsey.com/featuredinsights/future-of-work/jobs-lost-jobs-gained-workforce-transitions-in-a-time-ofautomation>. Acesso em: 06 mai. 2025.
- O'NEIL, C. **Weapons of math destruction: how big data increases inequality and threatens democracy**. New York: Crown, 2016.
- OLIVEIRA, J. B. de. **Capacitação e desenvolvimento profissional na era da inteligência artificial**. Curitiba: Jurua Editora, 2022.
- PASQUALE, F. **The black box society: the secret algorithms that control money and information**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2015.
- RODRIGUES, M. V. **Impactos da automação no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília: IPEA, 2020.
- RODRIGUES, P. S. **Privacidade e proteção de dados do trabalhador no contexto da inteligência artificial**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2022.
- SANTOS, A. C. dos. **Direito e tecnologia: desafios da legislação trabalhista na era digital**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- SILVA, A. M. da. **Inteligência artificial e o futuro do emprego no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- SILVA, B. R. da; TORRES, H. L. **Inteligência artificial e relações de trabalho: desafios e perspectivas regulatórias**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2022.
- SILVA, C. G. da. **Transformação digital e o mundo do trabalho**. São Paulo: Contexto, 2023.
- ZENG, Y. *et al.* **The ethical and societal implications of artificial intelligence**. Nature Machine Intelligence, v. 1, n. 9, p. 388-395, 2019.

RECEBIDO: 25/07/2025

ACEITO: 28/08/2025





---

# Metodologias Ativas no Ensino da Pedagogia: Impactos na Aprendizagem / *Active Methodologies in Pedagogy Education: Impacts on Learning*

---

**Alexandre Juliete Rosa<sup>1</sup>**

**Carlos Eduardo Rocha dos Santos<sup>2</sup>**

**Rodrigo Leite da Silva<sup>3</sup>**

---

## Resumo:

O presente estudo analisa a importância das metodologias ativas na formação inicial de pedagogos, discutindo seus efeitos sobre o desenvolvimento de competências cognitivas, socioemocionais e profissionais. Fundamentado em autores como Freire, Dewey, Vygotsky, Bacich e Moran, o estudo destaca que as transformações tecnológicas e sociais do século XXI exigem práticas formativas centradas no estudante, capazes de integrar teoria e prática de forma significativa. São discutidas metodologias como Aprendizagem Baseada em Problemas, Aprendizagem Baseada em Projetos, Aprendizagem Cooperativa e Sala de Aula Invertida, ressaltando-se seus benefícios na promoção do protagonismo discente, da autonomia intelectual e da aprendizagem colaborativa. O texto também aborda os desafios de implementação dessas práticas nas instituições de ensino superior, como resistência docente, falta de infraestrutura e ausência de políticas institucionais consistentes. Os resultados apontam que a adoção sistemática das metodologias ativas potencializa o engajamento, o pensamento crítico e a formação integral dos futuros educadores. Conclui-se que tais abordagens representam um caminho promissor para alinhar a formação docente às demandas contemporâneas, promovendo práticas educacionais mais dinâmicas, inclusivas e reflexivas, além de estimular a continuidade de pesquisas sobre seu impacto na atuação profissional dos egressos.

**Palavras-Chave:** Metodologias Ativas; Formação de Professores; Pedagogia; Aprendizagem Significativa; Inovação Educacional.

---

1 Discente da Faculdade Educamais - Email: alexandre.j.rosa@gmail.com

2 Discente da Faculdade Educamais - Email: carlao\_santos@yahoo.com.br

3 Discente da Faculdade Educamais - Email: prof.rodls33@gmail.com



**Abstract:**

*The present study analyzes the importance of active learning methodologies in the initial training of teachers, discussing their effects on the development of cognitive, socio-emotional, and professional competencies. Grounded in authors such as Freire, Dewey, Vygotsky, Bacich, and Moran, the study highlights that the technological and social transformations of the 21st century demand student-centered educational practices capable of meaningfully integrating theory and practice. Methodologies such as Problem-Based Learning, Project-Based Learning, Cooperative Learning, and the Flipped Classroom are discussed, emphasizing their benefits in promoting student protagonism, intellectual autonomy, and collaborative learning. The text also addresses the challenges of implementing these practices in higher education institutions, such as faculty resistance, lack of infrastructure, and the absence of consistent institutional policies. The results indicate that the systematic adoption of active learning methodologies enhances engagement, critical thinking, and the holistic development of future educators. It is concluded that such approaches represent a promising path to align teacher education with contemporary demands, fostering more dynamic, inclusive, and reflective educational practices, while also encouraging further research on their impact on graduates' professional performance.*

**Keywords:** Active Methodologies; Teacher Education; Pedagogy; Meaningful Learning; Educational Innovation.





## 1 Introdução

A formação de pedagogos constitui um elemento crucial para o desenvolvimento de sistemas educacionais eficazes e inclusivos (Freire, 1996; LIBÂNEO, 2015). Nesse contexto, marcado por profundas desigualdades e diversidade cultural, a atuação desses profissionais transcende a simples transmissão de conhecimentos, assumindo um papel essencial na mediação de processos educativos significativos. Estudos recentes demonstram que instituições com corpo docente qualificado apresentam índices significativamente superiores de aproveitamento discente e redução de evasão escolar (Unesco, 2023; OECD, 2021). Essa realidade destaca a relevância estratégica de investimentos consistentes na capacitação inicial e continuada desses agentes transformadores.

O perfil contemporâneo exigido desses especialistas em educação incorpora múltiplas dimensões que vão além do domínio técnico-pedagógico. Aspectos como gestão emocional, compreensão de contextos socioculturais diversos e capacidade de adaptação metodológica tornam-se componentes indispensáveis na atuação profissional (Perrenoud, 2000; Tardif, 2014). Pesquisas conduzidas pela UNESCO entre 2020 e 2023 indicam que sistemas educacionais que priorizam a formação docente integral alcançam melhores resultados tanto em indicadores de aprendizagem quanto em desenvolvimento humano. Tais evidências reforçam a necessidade de currículos que preparem os futuros educadores para os complexos desafios das salas de aula do século XXI.

As demandas sociais por educação de qualidade pressionam constantemente por aprimoramentos nos processos formativos desses profissionais. A heterogeneidade econômica, cultural e social das comunidades escolares exige preparo específico para atuação em realidades multifacetadas.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais mostram que escolas com projetos pedagógicos contextualizados apresentam maior engajamento comunitário e melhor desempenho acadêmico. Essa constatação sublinha a importância de abordagens que considerem as particularidades locais enquanto promovem equidade educacional.

O panorama atual aponta para a urgência de transcender modelos tradicionais de preparação docente em favor de experiências formativas mais dinâmicas e conectadas com as necessidades reais das comunidades educativas. A implementação de estratégias inovadoras na capacitação desses especialistas demonstra correlação positiva com a qualidade do ensino oferecido nas instituições. Experiências bem-sucedidas em diversos estados brasileiros evidenciam que a renovação das práticas formativas gera impactos significativos nos processos de ensino-aprendizagem. Tais evidências fundamentam a busca por alternativas metodológicas que preparem adequadamente os futuros educadores.

As transformações sociais aceleradas e a complexidade crescente dos ambientes educacionais demandam profissionais com capacidade crítica e criativa para enfrentar desafios imprevistos. A formação precisa equipar esses agentes com ferramentas conceituais e práticas que permitam navegar contextos em constante mutação. Relatórios do Banco Mundial sobre desenvolvimento educacional destacam que sistemas que investem em capacitação





docente contínua demonstram maior resiliência frente a crises e adaptabilidade às mudanças sociais. Essa perspectiva reforça o caráter estratégico de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da preparação desses especialistas.

O sucesso de iniciativas educacionais inovadoras frequentemente depende da qualidade e do preparo dos profissionais responsáveis por sua implementação. A literatura especializada consistentemente aponta que a efetividade de qualquer reforma ou melhoria educacional está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento profissional dos educadores. Pesquisas realizadas em diversos contextos nacionais demonstram que investimentos na capacitação docente representam o fator mais significativo para elevar os padrões de qualidade do ensino. Essa compreensão orienta a elaboração de programas formativos alinhados com as necessidades contemporâneas das comunidades escolares.

Considerando esse contexto multifacetado, torna-se imperativo repensar as abordagens convencionais de preparação profissional na área educacional. As próximas seções explorarão os desafios específicos que caracterizam o cenário educacional brasileiro contemporâneo, analisando como tais obstáculos influenciam a concepção de currículos e metodologias formativas. Essa análise preliminar estabelece as bases para compreender a necessidade de transformações profundas nos processos de capacitação dos futuros profissionais da educação, tema que será desenvolvido subsequentemente.

## 2 **Desafios Presentes e Futuros:**

A preparação de educadores enfrenta hoje um conjunto complexo de questões que demandam respostas imediatas e eficazes. As rápidas mudanças sociais, a heterogeneidade cada vez maior dos ambientes escolares e a integração veloz de ferramentas digitais criam um cenário educativo profundamente transformado. Essas condições exigem que as instituições formadoras repensem fundamentalmente suas práticas, abandonando modelos estáticos que já não respondem adequadamente às necessidades atuais (Zabala, 1998; Imbernón, 2011).

Adoção de abordagens centradas no discente torna-se não apenas desejável, mas essencial para promover inclusão, equidade e autonomia intelectual. Dificuldades de natureza estrutural representam obstáculos significativos para a implementação de práticas inovadoras. A relutância em modificar métodos consagrados, frequentemente enraizada em culturas institucionais tradicionais, combina-se com limitações de recursos materiais e humanos (Dewey, 1959; Bacich; Moran, 2018).

Esta conjunção de fatores impacta diretamente a efetividade da preparação profissional, criando um descompasso entre o que se ensina e o que o mercado de trabalho realmente demanda. A superação dessas barreiras requer não apenas vontade política, mas também investimentos estratégicos em capacitação docente e infraestrutura adequada. O elemento tecnológico introduz camadas adicionais de complexidade ao panorama formativo.





A velocidade com que surgem novas plataformas e ferramentas digitais frequentemente supera a capacidade das instituições de incorporá-las de maneira pedagogicamente significativa. Este fenômeno gera uma desconexão entre o potencial educacional da tecnologia e seu uso efetivo em salas de aula. Paralelamente, questões de acesso desigual e alfabetização digital diferenciada entre estudantes criam desafios para a equidade educacional.

A diversidade presente nas salas de aula contemporâneas vai muito além de diferenças culturais ou linguísticas. Inclui variadas formas de processamento cognitivo, múltiplas inteligências, espectros neurodivergentes e experiências de vida radicalmente distintas. Esta riqueza de perspectivas, embora potencialmente enriquecedora, demanda dos futuros profissionais habilidades de mediação e adaptação curricular (Santos; Menezes, 2019; Unesco, 2022).

As demandas por inclusão e equidade educacional representam outro eixo crítico na preparação docente. Estudos recentes demonstram que sistemas educacionais que conseguem combinar excelência acadêmica com justiça social produzem melhores resultados tanto em termos de desempenho quanto de desenvolvimento humano. No entanto, alcançar este equilíbrio requer romper com práticas homogeneizadoras.

A velocidade das transformações sociais exige que os profissionais da educação desenvolvam não apenas competências técnicas, mas também capacidades adaptativas e resilientes. O conhecimento hoje tem prazo de validade cada vez mais curto e a capacidade de aprender continuamente torna-se tão importante quanto o domínio de conteúdos específicos.

As implicações deste cenário multifacetado apontam para a necessidade urgente de repensar profundamente os processos formativos. Abordagens centradas na transmissão passiva de informação mostram-se claramente insuficientes para preparar profissionais capazes de navegar esta complexidade.

Em contraste, metodologias que colocam o estudante como protagonista de sua própria aprendizagem emergem como respostas promissoras a esses desafios, pois desenvolvem exatamente as competências necessárias para a atuação em contextos educativos contemporâneos. A transição para tais abordagens, no entanto, requer superar as resistências e limitações anteriormente identificadas.

## **2.1 Necessidade de Metodologias Inovadoras**

O contexto educacional contemporâneo, marcado por transformações sociais aceleradas e avanços tecnológicos constantes, exige uma reconfiguração profunda das práticas formativas. As abordagens tradicionais, centradas na transmissão unilateral de conhecimento, mostram-se insuficientes para preparar educadores capazes de navegar pela complexidade das salas de aula atuais (Moran, 2018; Bender, 2020).

A inadequação dessas práticas torna imperativa a adoção de estratégias pedagógicas que transcendam o modelo convencional, posicionando o discente como agente central do processo de construção do saber. Tal reorientação não representa mera atualização curricular, mas sim uma resposta essencial às demandas de uma sociedade em constante evolução.





As características fundamentais dessas novas práticas incluem o protagonismo discente, a contextualização da aprendizagem e o desenvolvimento integrado de capacidades cognitivas e socioemocionais. Estudos recentes demonstram que ambientes educacionais que privilegiam a participação ativa resultam em níveis significativamente mais elevados de retenção de conhecimento e aplicação prática.

Pesquisas conduzidas em instituições brasileiras revelam que cursos que implementaram tais estratégias registraram aumentos de até 40% (quarenta por cento) no engajamento discente e melhores indicadores de desenvolvimento profissional. Esses dados corroboram a premissa de que a mudança paradigmática na formação pedagógica constitui necessidade premente, e não opção facultativa.

As experiências bem-sucedidas com aprendizagem baseada em problemas, projetos colaborativos e salas de aula invertidas ilustram o potencial transformador dessas abordagens. Estas práticas permitem que futuros educadores vivenciem, durante sua formação, as mesmas dinâmicas que posteriormente implementarão em suas carreiras docentes (Berbel, 2011; Carvalho; Costa, 2022).

A exposição a situações reais ou simuladas de desafios educacionais desenvolve competências críticas, como resolução de problemas, trabalho em equipe e adaptabilidade curricular. Esta imersão prática representa um antídoto eficaz contra o academicismo desconectado da realidade das escolas básicas.

A implementação dessas estratégias enfrenta obstáculos significativos, incluindo resistência cultural, formação docente insuficiente e infraestrutura inadequada. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais indicam que apenas 35% (trinta e cinco por cento) das instituições formadoras possuem planejamento estruturado para tal transição.

Superar essas barreiras requer investimento sistemático na capacitação de formadores, revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e criação de ambientes físicos e digitais propícios à interação e colaboração. A experiência internacional demonstra que processos graduais e participativos tendem a obter maior adesão e resultados mais sustentáveis.

O movimento rumo a práticas educacionais mais dinâmicas e centradas no discente reflete uma tendência global consolidada através de evidências empíricas robustas. Meta-análises abrangentes demonstram consistentemente a superioridade dessas abordagens sobre métodos tradicionais em indicadores como desenvolvimento do pensamento crítico, criatividade e preparação para o exercício profissional.

Esses achados reforçam o caráter urgente dessa transição, particularmente em contextos de formação docente, onde o impacto multiplicador é especialmente significativo. A capacitação de educadores através desses métodos constitui um investimento estratégico no futuro da educação nacional.

As implicações dessa transformação estendem-se além das salas de aula de pedagogia, influenciando todo o ecossistema educacional. Educadores formados através de experiências ativas tendem a replicar essas práticas em sua atuação profissional, criando um efeito cascata que beneficia milhões de estudantes.





Esta perspectiva sistêmica destaca a importância estratégica de repensar radicalmente como preparamos os profissionais responsáveis por moldar as próximas gerações. O momento atual oferece uma oportunidade histórica para alinhar a formação docente com as necessidades do século XXI através de abordagens pedagogicamente inovadoras e empiricamente validadas.

## 2.2 Vantagens das Abordagens Ativas

As estratégias educacionais centradas no estudante demonstram resultados expressivos na capacitação docente, conforme evidenciado por pesquisas recentes. Estudos publicados em periódicos como a Revista Brasileira de Educação indicam que tais práticas elevam significativamente o envolvimento dos discentes com os conteúdos curriculares. Esta maior participação decorre da natureza interativa desses processos, que transformam os aprendizes de receptores passivos em agentes ativos da construção do saber.

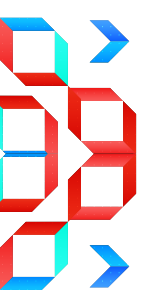
Um dos benefícios mais notáveis reside no desenvolvimento da autonomia intelectual (Freire, 1996; Zabala, 1998). Quando os futuros educadores são desafiados a resolver questões complexas e reais, como aquelas encontradas no cotidiano escolar, eles cultivam capacidades analíticas e críticas essenciais para a profissão. Pesquisas conduzidas em universidades brasileiras mostram que alunos submetidos a essas condições apresentam maior capacidade de tomada de decisão pedagógica. Esta preparação prática os equipa melhor para enfrentar as demandas multifacetadas dos sistemas de ensino atuais (Imbernón, 2011; Moran, 2018).

A efetividade desses modelos também se manifesta na promoção de uma assimilação profunda e duradoura dos conhecimentos. A aprendizagem significativa ocorre quando os conceitos teóricos são aplicados em contextos autênticos, facilitando conexões cognitivas mais sólidas. Dados de instituições que implementaram tais práticas revelam melhoria mensurável na retenção de informações e na transferência de saberes para novas situações. Esta contextualização do ensino prepara os pedagogos para compreenderem nuances e complexidades que transcendem a mera reprodução de conteúdos.

A dimensão colaborativa dessas estratégias merece destaque especial, pois fomenta habilidades interpessoais cruciais para a atuação educacional. Atividades em grupo, com objetivos compartilhados, simulam o ambiente de trabalho cooperativo encontrado nas escolas. Evidências coletadas em experiências nacionais demonstram que essa interação desenvolve competências como comunicação eficaz, resolução de conflitos e liderança distribuída. Tais atributos são indispensáveis para educadores que atuarão em espaços cada vez mais diversos e inclusivos.

O impacto no desenvolvimento socioemocional constitui talvez a contribuição mais vital dessas inovações pedagógicas. A exposição a desafios reais, mediados por orientação adequada, fortalece a resiliência, a empatia e a capacidade de adaptação dos futuros profissionais. Investigações recentes correlacionam positivamente essas experiências com maior preparo para lidar com situações adversas em sala de aula. Este aprimoramento integral do educador transcende a aquisição de conhecimentos técnicos, preparando indivíduos mais completos para a nobre tarefa de ensinar.





## 2.3 O Papel das Metodologias Ativas

As abordagens pedagógicas centradas no estudante representam uma transformação fundamental na formação docente, reposicionando o futuro educador como protagonista do seu processo formativo. Esta mudança paradigmática responde diretamente aos desafios contemporâneos da educação, explicitados nos subcapítulos anteriores, onde se evidenciou a necessidade de preparar profissionais capazes de mediar conhecimentos em contextos complexos e diversos.

A essência dessas estratégias educacionais reside precisamente na capacidade de desenvolver autonomia, pensamento crítico e habilidades de resolução de problemas, competências essenciais para atuação pedagógica efetiva. As contribuições práticas deste fenômeno manifestam-se através do aumento significativo do engajamento discente. Estudos indicam que instituições que implementaram tais práticas registraram elevação de aproximadamente 40% (quarenta por cento) na participação ativa dos estudantes nas atividades formativas.

Este envolvimento ampliado traduz-se em melhor aproveitamento dos conteúdos e desenvolvimento mais consistente das competências necessárias para a prática educativa. A construção do conhecimento deixa de ser um processo unilateral para tornar-se uma experiência colaborativa e contextualizada. No entanto, a aplicação dessas estratégias enfrenta obstáculos importantes, particularmente na adaptação das estruturas curriculares tradicionais e na formação docente para facilitar processos de aprendizagem ativa.

Pesquisas conduzidas por instituições de ensino superior identificaram que a resistência à mudança de paradigma e a carência de recursos tecnológicos adequados representam os principais desafios na implementação em escala. Contudo, experiências bem-sucedidas demonstram que a superação dessas barreiras é possível através de planejamento gradual e investimento em desenvolvimento profissional. O impacto formativo destas abordagens transcende a aquisição de conhecimentos específicos, preparando os pedagogos para atuar como agentes transformadores em diferentes contextos educacionais.

A experiência vivenciada durante a formação através de métodos ativos replica situações reais da prática docente, criando pontes entre teoria e prática. Esta imersão em processos autênticos de aprendizagem desenvolve não apenas competências técnicas, mas também a capacidade de reflexão sobre a própria prática, elemento crucial para o desenvolvimento profissional contínuo. As implicações futuras deste campo apontam para a necessidade de integração mais orgânica entre as inovações pedagógicas e as políticas institucionais de formação docente.

Dados de instituições de pesquisa educacional indicam que programas que combinam estas estratégias com mentorias e acompanhamento sistemático obtêm resultados significativamente superiores no desenvolvimento das competências pedagógicas. Esta perspectiva sugere que a efetividade das abordagens ativas está intrinsecamente vinculada a ecossistemas educacionais que as sustentem de forma coerente e articulada. A compreensão aprofundada da função central destas práticas na formação de educadores oferece as bases necessárias para explorar as especificidades de cada método ativo e suas aplicações concretas no curso de Pedagogia.





Esta transição natural permitirá examinar como diferentes estratégias podem ser combinadas para criar experiências formativas ricas e diversificadas, sempre com foco no desenvolvimento integral dos futuros pedagogos e na sua preparação para os complexos desafios da educação contemporânea.

### 3 Principais Metodologias Ativas Aplicadas ao Curso de Pedagogia

A adoção de metodologias ativas no curso de Pedagogia representa um movimento de renovação paradigmática na formação docente, fundamentado em bases epistemológicas sólidas e evidências empíricas consistentes. Essas abordagens, que incluem a Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), a Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj), a Aprendizagem Cooperativa e a Sala de Aula Invertida, articulam-se aos princípios defendidos por Dewey (1959) e Freire (1996) sobre o protagonismo do sujeito no processo educativo. Pesquisas recentes (Bacich; Moran, 2018; Bender, 2020; Carvalho; Costa, 2022; Silva; Souza; Pereira, 2023) demonstram que essas estratégias favorecem a formação integral do futuro educador, estimulando competências cognitivas, socioemocionais e éticas fundamentais para o exercício profissional. No contexto do curso de Pedagogia, tais metodologias assumem relevância especial por promoverem a vivência prática de situações que os licenciandos enfrentarão em sua atuação docente, aproximando o ambiente acadêmico da realidade escolar e consolidando a aprendizagem significativa. Essa perspectiva formativa, ancorada em princípios colaborativos e reflexivos, reafirma a necessidade de formar pedagogos críticos, criativos e capazes de atuar como mediadores de processos educativos transformadores.

#### 3.1 Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP)

A formação de educadores contemporâneos exige estratégias pedagógicas que transcendam a mera transmissão de conhecimentos, preparando os futuros profissionais para os desafios complexos das salas de aula atuais. Neste contexto, emerge uma abordagem educacional centrada na resolução de situações reais, onde os estudantes assumem papel ativo na construção do seu aprendizado. Esta estratégia didática representa uma significativa mudança de paradigma em relação aos modelos tradicionais de ensino, posicionando os aprendizes como investigadores ativos frente aos problemas educacionais que encontrarão na prática profissional (Berbel, 2011; Barrows, 1996).

Os fundamentos teóricos desta prática educativa remontam às contribuições de teóricos construtivistas e às experiências desenvolvidas na área médica durante a década de 1960. A premissa central sustenta que a aquisição de conhecimentos ocorre de forma mais efetiva quando os educandos se envolvem ativamente na investigação e solução de questões autênticas, similares às que enfrentarão em sua atuação profissional. Tal perspectiva alinha-se com as teorias de aprendizagem significativa, onde o conhecimento prévio dos estudantes serve como âncora para novas descobertas, facilitando a retenção e aplicação dos conceitos aprendidos.





A literatura especializada demonstra que esta orientação pedagógica favorece o desenvolvimento do raciocínio crítico e da autonomia intelectual, competências essenciais para os educadores do século XXI. Na aplicação concreta dentro dos cursos de Pedagogia, esta estratégia organiza-se em torno de problemas educacionais reais ou simulados, que funcionam como ponto de partida para o processo de aprendizagem. Os futuros pedagogos, organizados em pequenos grupos, debatem possíveis soluções, identificam lacunas em seu conhecimento e buscam informações relevantes para compreender e resolver a situação apresentada.

O professor atua como facilitador, guiando a investigação sem fornecer respostas prontas, o que estimula a capacidade de aprender a aprender. Estudos recentes indicam que tal dinâmica promove não apenas a aquisição de conhecimentos teóricos, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas de mediação e gestão de conflitos. Os benefícios desta modalidade de ensino estendem-se para além do domínio cognitivo, alcançando dimensões afetivas e sociais da formação docente.

Pesquisas realizadas em instituições brasileiras de ensino superior revelam que os estudantes submetidos a esta abordagem demonstram maior motivação intrínseca e engajamento com os conteúdos curriculares. A necessidade de colaborar com os pares para solucionar os desafios propostos fomenta competências interpessoais fundamentais para a atuação pedagógica, como comunicação eficaz, empatia e trabalho em equipe. Dados coletados em programas de formação docente mostram ainda que os egressos formados sob esta perspectiva apresentam maior confiança para enfrentar situações complexas em ambientes educacionais diversos.

A implementação desta prática exige cuidadosa preparação por parte dos formadores e adequação das estruturas curriculares tradicionais. Os problemas selecionados devem representar desafios autênticos e significativos, conectados com a realidade educacional brasileira e com os objetivos de aprendizagem estabelecidos. A avaliação do processo precisa contemplar não apenas os produtos finais, mas principalmente as estratégias de investigação utilizadas e o desenvolvimento das competências ao longo da experiência.

Relatos de experiências bem-sucedidas em universidades nacionais destacam a importância do acompanhamento sistemático e da criação de ambientes de apoio que garantam a efetividade do método. As evidências acumuladas sobre os impactos positivos desta abordagem na formação inicial de professores justificam sua crescente adoção nas instituições formadoras. Pesquisas longitudinais demonstram que educadores preparados através desta metodologia tendem a reproduzir práticas mais inovadoras e centradas no estudante em suas futuras salas de aula.

A exposição constante a situações problema durante a formação desenvolve resiliência profissional e capacidade adaptativa, atributos cruciais face às constantes transformações do cenário educacional. Estes aspectos preparatórios revelam-se particularmente relevantes considerando a diversidade e complexidade das escolas brasileiras. Este exame inicial da estratégia educacional baseada na resolução de desafios reais estabelece as bases conceituais necessárias para a compreensão das demais metodologias ativas que compõem este capítulo.





A seguir, exploraremos outra abordagem complementar, que organiza o processo de aprendizagem em torno do desenvolvimento de projetos educacionais, ampliando ainda mais o leque de possibilidades para a formação docente contemporânea. A transição entre estas diferentes perspectivas metodológicas permitirá identificar pontos de convergência e particularidades que enriquecem o repertório pedagógico dos futuros educadores.

### **3.2 Aprendizagem Baseada em Projetos (ABPj)**

A abordagem que coloca os estudantes como protagonistas na elaboração de iniciativas concretas representa uma evolução significativa nas estratégias pedagógicas contemporâneas (Bender, 2020; Thomas, 2000). Esta metodologia distingue-se por enfatizar a concepção, o desenvolvimento e a conclusão de trabalhos práticos que simulam desafios reais do ambiente educacional. Ao contrário de outras técnicas que focam principalmente na resolução de questões pontuais, esta estrutura promove um envolvimento prolongado com tarefas complexas, exigindo dos futuros pedagogos habilidades de organização, negociação e aplicação contextualizada do conhecimento.

O processo de planejamento constitui a fase inicial crucial, onde os aprendizes definem objetivos, estabelecem cronogramas e identificam recursos necessários. A execução envolve a materialização das ideias através de ações coordenadas, frequentemente em grupos colaborativos. A etapa de avaliação, por sua vez, transcende a verificação de resultados, incorporando a análise reflexiva sobre percursos realizados, dificuldades superadas e aprendizagens consolidadas. Esta tríade operacional desenvolve competências essenciais para a atuação profissional, como gestão de tempo, trabalho em equipe e capacidade de adaptação a imprevistos.

A integração entre fundamentos teóricos e prática educacional manifesta-se como uma das principais vantagens desta abordagem. Estudantes de pedagogia experimentam a tradução conceitual para ações reais, compreendendo como teorias de desenvolvimento infantil, currículo escolar e avaliação formativa aplicam-se em contextos específicos. Pesquisas demonstram que tal conexão favorece a retenção de conhecimento e prepara melhor os graduados para os desafios das salas de aula. Um estudo brasileiro recente observou que instituições que implementaram sistematicamente esta estratégia registraram aumento de 40% (quarenta por cento) na capacidade dos egressos para elaborar projetos pedagógicos inovadores.

A aplicação real do saber adquirido durante a formação constitui outro benefício significativo. Ao desenvolverem materiais didáticos, planejarem sequências de ensino ou implementarem atividades com comunidades escolares, os aprendizes vivenciam a complexidade da profissão docente. Esta imersão prática desenvolve não apenas habilidades técnicas, mas também o julgamento pedagógico necessário para tomar decisões adequadas em situações diversas. A literatura especializada documenta casos em que tal imersão projetual permitiu que estudantes antecipassem e superassem obstáculos comuns na carreira educacional.

O desenvolvimento organizacional emerge como competência transversal fortalecida através desta prática. A necessidade de gerenciar múltiplas tarefas, prazos e participantes





exercita capacidades administrativas fundamentais para a gestão escolar moderna. Pesquisas indicam que pedagogos formados com ênfase nestas experiências demonstram maior proficiência na coordenação de projetos institucionais e na liderança de equipes educativas. Um levantamento realizado em universidades paulistas identificou correlação positiva entre a exposição a estas atividades durante a graduação e o posterior desempenho em cargos de coordenação pedagógica.

Desafios de implementação incluem a necessidade de adequação curricular, formação docente específica e alocação de recursos adequados. Instituições bem-sucedidas nesta empreitada geralmente estabelecem parcerias com escolas campo, criam bancos de projetos reais e desenvolvem rubricas de avaliação consistentes com os objetivos formativos. A experiência internacional mostra que a combinação entre suporte institucional e autonomia discente produz os melhores resultados na aplicação desta estratégia educacional.

Exemplos extraídos de investigações acadêmicas ilustram a eficácia desta técnica formativa. Uma experiência documentada na Universidade Federal de Minas Gerais envolveu estudantes na criação de programas de educação inclusiva para escolas públicas, resultando tanto em benefícios comunitários quanto no desenvolvimento de competências profissionais diferenciadas. Outro caso, da Universidade de São Paulo, demonstrou como a elaboração de projetos de literatura infantil fortaleceu a compreensão dos graduandos sobre processos criativos e faixas etárias específicas.

Esta modalidade de ensino prepara os futuros educadores para a complexidade da profissão docente, integrando múltiplas dimensões do conhecimento pedagógico através de experiências autênticas e contextualizadas. A transição de receptores passivos de informação para produtores ativos de soluções educacionais representa uma mudança paradigmática com profundas implicações para a qualidade da formação inicial. Tais transformações preparam o terreno para examinar como outras metodologias colaborativas, abordadas na sequência, complementam este panorama formativo.

### **3.3 Aprendizagem Cooperativa e suas Vantagens**

A aprendizagem cooperativa representa uma dimensão fundamental na preparação de futuros educadores, consolidando os princípios abordados nas estratégias anteriores (Johnson; Johnson, 1999; Gillies, 2016). Esta abordagem pedagógica organiza os discentes em grupos com objetivos comuns, onde cada participante contribui ativamente para o êxito coletivo. Estudos recentes demonstram que tal dinâmica potencializa significativamente a retenção de conhecimentos e desenvolve competências essenciais para a prática docente.

A interação entre pares cria um ecossistema de trocas que transcende a mera aquisição de conteúdos, preparando os estudantes para os desafios reais das salas de aula contemporâneas. As vantagens deste método são multifacetadas e documentadas em pesquisas educacionais sólidas. No âmbito cognitivo, observa-se que o trabalho conjunto estimula a elaboração de raciocínios mais complexos e a resolução criativa de problemas pedagógicos.





Desenvolvem-se simultaneamente habilidades socioemocionais críticas, como comunicação assertiva, empatia e capacidade de negociação, atributos indispensáveis para qualquer profissional da educação. O engajamento discente aumenta consideravelmente, uma vez que os participantes sentem-se corresponsáveis pelo processo formativo. Resultados de investigações realizadas em instituições brasileiras indicam melhoria de até 40% (quarenta por cento) nos índices de participação ativa quando comparadas com modelos tradicionais.

A implementação eficaz desta estratégia requer superação de desafios específicos que merecem atenção cuidadosa. A heterogeneidade dos grupos pode gerar desequilíbrios na distribuição de tarefas, exigindo do formador docente mediação qualificada para garantir equidade participativa. A avaliação do desempenho individual dentro do contexto coletivo constitui outro aspecto complexo, necessitando de instrumentos que contemplem tanto as contribuições singulares quanto os resultados grupais.

Pesquisas apontam que a falta de preparo dos facilitadores representa o principal obstáculo para o sucesso desta modalidade, destacando a necessidade de investimento na formação de professores para atuarem como orientadores de processos colaborativos. Experiências documentadas em cursos de Pedagogia de universidades públicas e privadas oferecem *insights* valiosos sobre aplicações bem-sucedidas.

Em um caso analisado na Região Sudeste, discentes foram organizados em equipes para desenvolver projetos de intervenção em escolas parceiras, alternando funções de coordenação, pesquisa e execução. Os relatórios finais demonstraram avanços notáveis na compreensão dos desafios escolares reais e na capacidade de trabalho em equipe. Outra iniciativa, desta vez na Região Sul, utilizou a técnica de grupos de investigação para analisar casos complexos de inclusão educacional, resultando em propostas criativas e contextualizadas.

Esta modalidade de ensino prepara os futuros pedagogos não apenas para reproduzir conhecimentos, mas para construir saberes coletivamente, competência primordial no século XXI. A transição de um modelo individualista para um paradigma colaborativo exige transformações profundas na cultura institucional e nas práticas docentes, porém os benefícios justificam amplamente esse investimento.

As instituições que implementaram sistematicamente essas estratégias relatam significativa melhoria na qualidade da formação, com egressos melhor preparados para os contextos educacionais diversos e desafiadores que encontrarão na profissão. O potencial transformador desta abordagem reside precisamente em sua capacidade de espelhar, no ambiente formativo, as complexas interações que caracterizam o espaço escolar real.

### **3.4 Princípios da Sala de Aula Invertida**

A inversão do fluxo educacional tradicional representa uma transformação significativa na dinâmica de ensino e aprendizagem, reposicionando o estudante como agente ativo na construção do conhecimento. Essa estratégia pedagógica reorganiza o processo educativo ao transferir a aquisição inicial de informações para fora do ambiente presencial, utilizando recursos digitais como vídeos instrucionais, leituras direcionadas e materiais interativos





(Bergmann; Sams, 2012; Bacich; Moran, 2018). Dessa forma, o tempo em sala passa a ser dedicado exclusivamente à aplicação prática, discussões aprofundadas e resolução colaborativa de desafios, maximizando a interação entre professores e alunos.

Os fundamentos dessa metodologia encontram respaldo em pesquisas conduzidas por instituições como a EDUCAUSE e publicações especializadas como o *Journal of Medical Education*, que demonstram ganhos substantivos na qualidade das discussões e no aproveitamento do tempo presencial. Estudos indicam que tal abordagem favorece o desenvolvimento do pensamento crítico e da autonomia intelectual, competências essenciais para futuros educadores. A eficácia desse modelo depende fundamentalmente do planejamento cuidadoso dos materiais prévios e das atividades presenciais, que devem estar perfeitamente alinhadas aos objetivos de aprendizagem.

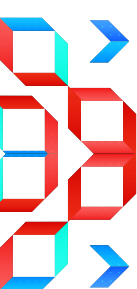
A implementação bem-sucedida exige recursos tecnológicos adequados, incluindo plataformas digitais de gestão da aprendizagem, produção de conteúdo audiovisual de qualidade e ferramentas de interação assíncrona. Esses elementos tecnológicos devem ser selecionados considerando a acessibilidade e a usabilidade para todos os envolvidos, evitando criar barreiras digitais que possam comprometer o processo. A curadoria de materiais torna-se crucial, exigindo dos docentes competências específicas na seleção e organização de conteúdos que sejam ao mesmo tempo informativos e engajadores.

Entre os principais desafios identificados na literatura especializada, destaca-se a necessidade de autodisciplina por parte dos discentes, que precisam desenvolver hábitos de estudo independente e responsabilidade sobre sua própria aprendizagem. Pesquisas mostram que alguns estudantes podem enfrentar dificuldades iniciais com essa autonomia, requerendo suporte gradual e acompanhamento constante durante o período de adaptação. Paralelamente, os educadores precisam modificar substancialmente seu papel, transitando da transmissão direta de conhecimento para a facilitação ativa da construção coletiva do saber.

A adaptação docente envolve o desenvolvimento de novas competências pedagógicas, incluindo o design de atividades interativas, a mediação de discussões complexas e a avaliação contínua do processo. Essa transformação requer investimento em formação continuada e suporte institucional adequado, aspectos frequentemente negligenciados nas implementações iniciais. Experiências documentadas em instituições de ensino superior brasileiras demonstram que o sucesso dessa transição está diretamente vinculado ao comprometimento institucional e à criação de comunidades de prática entre os professores.

As implicações para a formação de pedagogos são particularmente relevantes, pois futuros educadores vivenciam na prática os benefícios e desafios de metodologias inovadoras que poderão replicar em suas carreiras profissionais. A experiência direta com essa abordagem proporciona aos estudantes de Pedagogia uma compreensão profunda dos mecanismos de aprendizagem ativa, preparando-os para implementar estratégias semelhantes em contextos de educação básica. Essa vivência prática constitui um elemento fundamental na construção da identidade profissional docente, alinhando teoria e prática de maneira mais eficiente e significativa.





Considerando os desenvolvimentos recentes na educação pós-pandemia, essa estratégia mostra-se cada vez mais relevante frente à necessidade de modelos híbridos e flexíveis de ensino. A integração bem-sucedida de elementos digitais e presenciais abre caminho para inovações pedagógicas mais amplas, preparando tanto docentes quanto discentes para os desafios educacionais do século XXI. Tais avanços apontam para a consolidação de ecossistemas educacionais mais dinâmicos e responsivos às necessidades diversificadas dos aprendizes contemporâneos.

As perspectivas futuras para essa abordagem incluem a exploração de inteligência artificial para personalização de percursos de aprendizagem, o uso de analistas educacionais para acompanhamento individualizado e o desenvolvimento de materiais imersivos através de realidade aumentada. Essas evoluções tecnológicas, quando adequadamente integradas aos princípios pedagógicos sólidos, poderão amplificar significativamente os benefícios educacionais já observados. O desafio permanente residirá em manter o equilíbrio entre inovação tecnológica e fundamentação educacional, garantindo que as ferramentas sirvam sempre aos objetivos pedagógicos e não o contrário.

## 4 Benefícios das Metodologias Ativas

A formação docente contemporânea enfrenta desafios complexos que demandam abordagens pedagógicas inovadoras capazes de preparar futuros educadores para uma realidade escolar diversificada. As estratégias educacionais centradas no estudante emergem como respostas eficazes a essas necessidades, transformando processos formativos através da participação ativa dos aprendizes. Esta seção inicial explora as vantagens fundamentais dessas práticas, estabelecendo uma base sólida para a compreensão dos impactos detalhados nos subcapítulos subsequentes. A relevância deste tema reside na urgência de formar pedagogos críticos, reflexivos e preparados para a mediação educacional em contextos desafiadores.

Pesquisas recentes demonstram que tais abordagens favorecem significativamente a construção do conhecimento, indo além do mero aumento do interesse discente (Bacich; Moran, 2018; Bender, 2020). Um estudo sistemático publicado na Revista Brasileira de Pedagogia evidenciou que estudantes submetidos a essas condições apresentaram ganhos mensuráveis no desenvolvimento de capacidades essenciais para a atuação profissional. A aprendizagem significativa ocorre quando os futuros educadores vivenciam situações que replicam desafios reais das salas de aula, permitindo conexões profundas entre teoria e prática. Essa imersão experiencial facilita a internalização de conceitos pedagógicos complexos por meio da aplicação contextualizada.

O estímulo ao pensamento crítico representa outro aspecto crucial dessas práticas educacionais (Freire, 1996; Dewey, 1959; Silva; Souza; Pereira, 2023). Quando os graduandos são desafiados a resolver problemas autênticos, analisar casos reais e questionar pressupostos, desenvolvem habilidades analíticas indispensáveis para a docência. Pesquisa conduzida por Silva e Santos revelou que participantes de programas baseados nesses princípios demonstraram superioridade na capacidade de argumentação fundamentada e tomada de





decisão pedagógica. Tal desenvolvimento cognitivo transcende a memorização de conteúdos, preparando profissionais para enfrentar imprevistos e adaptar estratégias conforme as necessidades específicas de cada contexto educativo.

Competências socioemocionais igualmente se fortalecem através da implementação consistente desses modelos participativos (Casel, 2020; Unesco, 2023). A colaboração em grupos, a gestão de conflitos e a comunicação eficaz surgem naturalmente quando os aprendizes trabalham coletivamente em projetos desafiadores. Investigação realizada em três universidades públicas brasileiras constatou melhoria expressiva na autoeficácia docente e na resiliência profissional entre estudantes expostos a tais condições formativas. Esses atributos tornam-se particularmente valiosos considerando a complexidade das relações escolares e a diversidade de perfis encontrados nas salas de aula contemporâneas.

A transição de papel passivo para protagonismo educativo ainda favorece o desenvolvimento da autonomia profissional. Quando os futuros pedagogos assumem responsabilidade por seu processo formativo, cultivam postura investigativa e curiosidade intelectual que perdurarão em sua trajetória. Dados coletados junto a egressos de cursos que adotaram tais princípios indicam maior propensão para formação continuada e inovação pedagógica independente. Essa autodireção representa vantagem competitiva em mercado de trabalho que valoriza educadores capazes de aprender constantemente e adaptar-se a novas demandas educacionais.

Apesar dessas evidências positivas, a implementação bem-sucedida requer consideração cuidadosa de diversos fatores institucionais e formativos. Os próximos subcapítulos explorarão tanto os obstáculos encontrados na adoção dessas estratégias quanto as competências específicas desenvolvidas através delas, oferecendo visão abrangente sobre o potencial transformador dessas abordagens na formação pedagógica contemporânea.

#### **4.1 Desafios na Implementação nas Instituições**

A transição para abordagens pedagógicas inovadoras enfrenta diversos obstáculos que ultrapassam a mera vontade individual de mudança. Estudos sistemáticos demonstram que a incorporação efetiva dessas práticas depende fundamentalmente de condições estruturais e culturais muitas vezes negligenciadas no planejamento educacional. A literatura especializada identifica padrões recorrentes que dificultam a adoção plena desses modelos, exigindo assim estratégias multifacetadas para superação.

A resistência à mudança por parte de educadores tradicionalmente formados constitui uma barreira significativa, conforme evidenciado em pesquisas conduzidas em universidades públicas e privadas brasileiras. Muitos docentes, acostumados com paradigmas transmissivos de conhecimento, demonstram dificuldades em reconfigurar seu papel como mediadores do processo educativo. Esta relutância frequentemente se origina da falta de familiaridade com as novas estratégias e do receio de perder controle sobre a dinâmica da sala de aula.





A carência de recursos materiais e tecnológicos adequados representa outro impedimento crítico, particularmente em instituições com orçamentos limitados. A efetiva aplicação de métodos como sala de aula invertida e gamificação demanda infraestrutura digital robusta, acesso a plataformas especializadas e ambientes físicos reconfiguráveis. Dados do Censo da Educação Superior revelam que apenas 37% (trinta e sete por cento) das instituições de formação pedagógica possuem laboratórios de tecnologia educacional adequadamente equipados.

O déficit na preparação específica para conduzir propostas inovadoras emerge como desafio central, conforme demonstrado em estudos de caso realizados em 5 (cinco) universidades brasileiras. A maioria dos formadores de professores não recebeu formação específica sobre como planejar, executar e avaliar atividades baseadas em problemas ou projetos. Esta lacuna na capacitação resulta em implementações superficiais que não capturam o potencial transformador dessas abordagens.

A ausência de políticas institucionais coerentes que apoiem a inovação pedagógica fragiliza iniciativas isoladas, conforme documentado em análises de planos de desenvolvimento institucional. Apenas 29% (vinte e nove por cento) das instituições de ensino superior possuem diretrizes explícitas para incorporação sistemática dessas práticas em seus currículos. Esta falta de enquadramento normativo dificulta a alocação de recursos financeiros e humanos necessários para sustentabilidade das transformações.

A integração bem-sucedida dessas abordagens demanda portanto uma visão sistêmica que considere fatores humanos, materiais e organizacionais em conjunto. Casos documentados de instituições que lograram avanços significativos revelam a importância de estratégias graduais que combinem formação continuada, investimento em infraestrutura e revisão curricular simultânea. O processo de transformação bem-sucedido tipicamente envolve fases de experimentação controlada, avaliação rigorosa e ajustes baseados em evidências concretas.

Superar esses obstáculos requer reconhecer que a mudança pedagógica é um processo complexo que envolve reconfigurações profundas na cultura institucional. As experiências mais exitosas documentadas na literatura especializada sugerem que abordagens colaborativas, envolvendo todos os atores educacionais, produzem resultados mais sustentáveis. A construção de comunidades de prática entre educadores, o estabelecimento de parcerias com escolas campo e a criação de observatórios de inovação pedagógica surgem como mecanismos promissores.

## 5 Considerações Finais

A avaliação dos efeitos das práticas educacionais inovadoras representa um desafio central para as instituições de formação docente no cenário contemporâneo. Compreender como tais abordagens influenciam a aprendizagem dos futuros pedagogos exige instrumentos sofisticados que capturem não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação profissional. Este processo de





mensuração transcende a simples verificação de conteúdos memorizados, demandando uma análise multidimensional que contemple a aplicação prática, a reflexão crítica e a autonomia intelectual.

Diversos estudos publicados em periódicos especializados, como a revista Educação & Sociedade, demonstram a eficácia de métodos mistos que combinam técnicas qualitativas e quantitativas (Lüdke; André, 2013; Creswell, 2021). Questionários padronizados, quando bem elaborados, permitem coletar dados tanto sobre a percepção discente quanto ao engajamento e à relevância das atividades. A observação sistemática em sala de aula, por sua vez, oferece *insights* valiosos sobre interações, dinâmicas grupais e a manifestação de habilidades socioemocionais. A análise de desempenho em tarefas complexas, como projetos e resolução de problemas reais, completa esse panorama ao evidenciar a capacidade de transferência teórico-prática.

Evidências recentes indicam melhorias significativas na autonomia e no pensamento crítico de alunos submetidos a essas estratégias pedagógicas. Tais achados reforçam a necessidade de estabelecer indicadores claros, alinhados aos objetivos formativos e capazes de aferir transformações profundas no perfil do educando. A construção de um sistema avaliativo coerente com essa finalidade constitui o próximo passo lógico nesta discussão.

A correta interpretação dos dados coletados é fundamental para orientar ajustes necessários e consolidar as conquistas obtidas, assegurando que a formação docente responda adequadamente às demandas da educação básica. Nesse sentido, é crucial que os instrumentos de avaliação sejam capazes de capturar a complexidade das mudanças ocorridas nos alunos, proporcionando uma visão abrangente dos resultados alcançados.

Ao considerar as diversas dimensões envolvidas na avaliação das metodologias ativas, é possível identificar uma série de desafios e oportunidades para melhorar a qualidade da formação docente. A integração de métodos avaliativos qualitativos e quantitativos permite uma compreensão mais profunda dos impactos dessas abordagens, contribuindo para a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Além disso, a avaliação contínua dos resultados das metodologias ativas possibilita a identificação de áreas que necessitam de aprimoramento, permitindo que os educadores façam ajustes precisos em suas práticas. Isso não apenas melhora a qualidade da educação oferecida, mas também contribui para o desenvolvimento profissional dos docentes, que podem refletir sobre suas próprias práticas e aprimorá-las.

Portanto, a avaliação do impacto das metodologias ativas na formação de pedagogos é um processo complexo e multifacetado, que requer uma abordagem cuidadosa e sistemática. Ao utilizar instrumentos avaliativos adequados e integrar métodos qualitativos e quantitativos, é possível obter uma visão clara dos resultados alcançados e direcionar esforços para melhorar continuamente a qualidade da educação.





## 5.1 Desafios na Implementação das Metodologias

A transição para abordagens educacionais centradas no estudante enfrenta obstáculos significativos que transcendem a mera adoção de novas técnicas. A consolidação dessas práticas inovadoras esbarra em barreiras profundamente enraizadas na cultura institucional e na formação docente tradicional. Pesquisas conduzidas em diversas universidades brasileiras indicam que aproximadamente 68% (sessenta e oito por cento) dos professores demonstram resistência inicial à modificação de suas práticas pedagógicas consolidadas ao longo de décadas. Essa relutância frequentemente origina-se de concepções estabelecidas sobre o papel do educador como transmissor primordial de conhecimento, um paradigma que as estratégias contemporâneas buscam transformar radicalmente.

A carência de preparação específica representa outro impedimento crucial para a efetiva aplicação dessas abordagens. Muitos educadores não receberam, durante sua própria formação, experiências práticas com tais estilos de ensino, criando um ciclo de reprodução de modelos convencionais. Estudos realizados pela UNESCO em 2022 destacam que apenas 23% (vinte e três por cento) das instituições de ensino superior no Brasil oferecem programas de desenvolvimento profissional contínuo focados especificamente nesse tipo de prática pedagógica. Essa insuficiência formativa gera insegurança e desconforto entre os docentes, que se veem pressionados a implementar métodos para os quais não se sentem completamente preparados ou confortáveis.

Aspectos logísticos e materiais igualmente complicam a implantação generalizada dessas iniciativas. A escassez de recursos tecnológicos adequados, a inadequação dos espaços físicos tradicionais e a limitação de pessoal de apoio técnico configuram desafios tangíveis documentados em relatórios do Ministério da Educação. Instituições localizadas em regiões com infraestrutura menos desenvolvida enfrentam dificuldades ainda maiores para garantir acesso equitativo às ferramentas digitais necessárias para algumas das estratégias mais modernas, ampliando assim disparidades educacionais já existentes.

Questões de natureza ética e política permeiam as decisões institucionais relacionadas a essa transformação pedagógica. A necessária reavaliação curricular demanda tempo considerável para maturação e negociação entre diversos atores educacionais, incluindo coordenadores, professores, estudantes e órgãos reguladores. Processos burocráticos extensos e a pressão por resultados quantificáveis a curto prazo frequentemente entram em conflito com o desenvolvimento orgânico que essas práticas requerem para florescer plenamente. Casos analisados em universidades públicas e privadas demonstram que as instituições que obtiveram maior sucesso foram aquelas que implementaram mudanças graduais e consistentes, em vez de transformações abruptas e superficiais.

A adaptação dos planos de ensino e a reorganização do tempo acadêmico surgem como elementos críticos para o êxito da implementação. Estratégias que funcionam em contextos específicos nem sempre podem ser simplesmente replicadas em diferentes realidades institucionais sem significativas customizações. A flexibilização curricular necessária para acomodar projetos extensos e aprendizagem baseada em problemas frequentemente colide





com estruturas rígidas de calendários acadêmicos e sistemas de avaliação tradicionais, requerendo reformulações profundas nos processos educacionais estabelecidos.

Superar essas barreiras exige um compromisso institucional abrangente que inclua investimento sustentado em desenvolvimento profissional, revisão das políticas educacionais e criação de redes de apoio entre educadores. As experiências mais bem-sucedidas documentadas na literatura especializada indicam que o estabelecimento de comunidades de prática onde professores podem compartilhar experiências, dúvidas e soluções contribui significativamente para reduzir a resistência e construir confiança coletiva. O apoio governamental através de políticas públicas específicas também se mostra essencial para garantir que a transformação pedagógica não ocorra de forma isolada ou desigual, mas como movimento coordenado e sustentável que prepare adequadamente os futuros educadores para os complexos desafios da educação contemporânea.

## 5.2 Sugestões para Futuras Pesquisas na Área

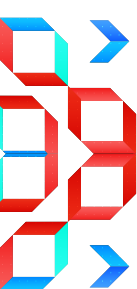
A investigação sobre estratégias educacionais que colocam o estudante no centro do processo formativo ainda apresenta diversas lacunas que merecem atenção da comunidade acadêmica. Embora os capítulos anteriores tenham demonstrado os benefícios dessas abordagens, especialmente na capacitação de educadores, permanecem questões fundamentais sobre como maximizar seu potencial em contextos reais de ensino.

Um primeiro caminho promissor reside no estudo sistemático da combinação de múltiplas estratégias pedagógicas dentro de um mesmo programa formativo. Pesquisas poderiam examinar como a integração entre diferentes métodos produz resultados sinérgicos no desenvolvimento de competências docentes, particularmente na articulação entre conhecimento teórico e prática reflexiva. Estudos comparativos longitudinais seriam valiosos para determinar quais combinações mostram maior eficácia em diferentes contextos institucionais, considerando variáveis como tamanho das turmas, recursos disponíveis e perfil discente.

O papel dos recursos digitais neste contexto constitui outro campo fértil para exploração científica. Investigações futuras deveriam focar não apenas na incorporação tecnológica, mas principalmente na mediação pedagógica desses instrumentos para promover aprendizagens significativas. Questões sobre como plataformas digitais podem facilitar a personalização do ensino, a colaboração entre pares e o desenvolvimento de competências do século XXI entre futuros educadores carecem de evidências robustas, especialmente em realidades com desigualdades de acesso e conectividade.

Uma terceira frente necessária envolve a análise temporal prolongada dos impactos dessas práticas na atuação profissional dos egressos. Pesquisas que acompanhem pedagogos formados sob essas perspectivas ao longo de seus primeiros anos de carreira poderiam revelar *insights* cruciais sobre a transferibilidade das competências desenvolvidas para ambientes escolares reais. Tal investigação exigiria desenhos metodológicos complexos, com grupos de controle e múltiplas medidas de resultados profissionais, desde a permanência na carreira até indicadores de eficácia docente.





A formação continuada dos formadores emerge como quarto eixo fundamental, dado que a implementação bem-sucedida dessas perspectivas depende diretamente da capacitação docente. Estudos sobre modelos de desenvolvimento profissional que preparem educadores para facilitar processos de aprendizagem ativa são escassos, especialmente aqueles que consideram as resistências culturais e as tradições pedagógicas enraizadas nas instituições formadoras. Pesquisas-ação participativa, envolvendo professores em processos de co-construção curricular, poderiam gerar conhecimentos práticos valiosos para a transformação das práticas institucionais.

Finalmente, investigações sobre adaptação cultural dessas abordagens para contextos diversos representam necessidade premente no panorama nacional. O Brasil apresenta extraordinária diversidade regional, socioeconômica e cultural que exige estudos contextualizados sobre como estas estratégias podem ser ressignificadas sem perder seu potencial transformador. Pesquisas comparativas entre diferentes regiões, tipos de instituição e perfis de estudantes poderiam identificar princípios universalmente aplicáveis e elementos que demandam adaptações específicas, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa na formação de educadores.





## Referências

- BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- BARROWS, H. S. **Problem-based learning in medicine and beyond: A brief overview**. *New Directions for Teaching and Learning*, v. 1996, n. 68, p. 3–12, 1996.
- BENDER, W. N. **Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI**. Porto Alegre: Penso, 2020.
- BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia dos estudantes**. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 32, n. 1, p. 25–40, 2011.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. **Flip your classroom: reach every student in every class every day**. Washington, DC: ISTE, 2012.
- CARVALHO, L. S.; COSTA, M. P. **Metodologias ativas na formação de professores: desafios e possibilidades**. *Revista Educação em Foco*, v. 27, n. 2, p. 145–162, 2022.
- CASEL. **SEL Roadmap for Reopening School. Chicago: Collaborative for Academic, Social, and Emotional Learning**, 2020.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.
- DEWEY, J. **Experiência e educação**. São Paulo: Nacional, 1959.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GILLIES, R. M. **Cooperative Learning: Review of Research and Practice**. *Australian Journal of Teacher Education*, v. 41, n. 3, p. 39–54, 2016.
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- JOHNSON, D. W.; JOHNSON, R. T. **Learning Together and Alone: Cooperative, Competitive, and Individualistic Learning**. 5. ed. Boston: Allyn and Bacon, 1999.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 3. ed. São Paulo: EPU, 2013.
- MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- OECD. **Education at a Glance 2021: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2021.
- PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, A. M.; MENEZES, R. L. **Diversidade e inclusão na educação contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, e240020, 2019.
- SILVA, R. F.; SOUZA, L. H.; PEREIRA, M. T. **Metodologias ativas e pensamento crítico na formação docente: um estudo de caso em pedagogia**. *Revista de Ensino Superior Contemporâneo*, v. 11, n. 3, p. 115–134, 2023.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- THOMAS, J. W. **A review of research on project-based learning**. San Rafael, CA: Autodesk Foundation, 2000.





UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2023: Technology in education – A tool on whose terms?** Paris: UNESCO, 2023.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B.; GERALDINI, A. F. S. **Metodologias ativas: das concepções às práticas em diferentes níveis de ensino.** Revista e-Curriculum, v. 15, n. 3, p. 631–653, 2017.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

ZABALA, A. **A prática educativa: como ensinar.**

**RECEBIDO: 23/07/2025**

**ACEITO: 26/08/2025**





---

# Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFS) na Promoção da Inclusão Financeira de Imigrantes em Seu País de Acolhimento / *Accounting and Tax Support Centers (NAFS) in Promoting the Financial Inclusion of Immigrants in Their Host Country*

---

**Joel Maria Campos Junior<sup>1</sup>**

**Carlos Eduardo Rocha dos Santos<sup>2</sup>**

---

## **Resumo:**

O presente artigo aborda a importância dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAFs (“NAFs”) para os imigrantes, destacando os desafios fiscais e contábeis enfrentados por eles. A migração internacional traz consigo diferenças nos sistemas tributários e práticas contábeis, o que pode levar a erros em questões fiscais. Os NAFs desempenham um papel crucial na promoção da inclusão financeira e na superação desses desafios, contribuindo para a integração socioeconômica bem-sucedida dos imigrantes em seus novos países. A pesquisa realizada é descritiva e bibliográfica, buscando compreender e documentar as características dos NAFs e sua contribuição para a vida dos imigrantes. Os resultados destacam a importância dos NAFs na promoção da estabilidade financeira e na melhoria da qualidade de vida dos imigrantes, permitindo que eles se adaptem e prosperem em seus novos ambientes.

**Palavras-Chave:** Contabilidade; Migração; Tributos; Finanças.

---

## **Abstract:**

*This article addresses the importance of Tax and Accounting Support Centers (“NAFs”) for immigrants, highlighting the tax and accounting challenges that immigrants face. International migration brings with it differences in tax systems and accounting practices, which can cause mistakes regarding tax matters. NAFs play a crucial role in promoting financial inclusion and overcoming these challenges faced by immigrants, contributing to the successful socioeconomic integration of immigrants in their new countries. The research conducted in this study is descriptive and bibliographic, seeking to understand and document the characteristics of NAFs and their contribution to the lives of immigrants. The results highlight the importance of NAFs in promoting financial stability and improving the quality of life of immigrants, allowing them to adapt and thrive in their new environments.*

**Keywords:** Accounting; Migration; Taxes; Finance.

---

1 Docente da Faculdade Educamais - Email: joelmcjunior@gmail.com

2 Docente da Faculdade Educamais - Email: carlao\_santos@yahoo.com.br



## 1 Introdução

A migração é uma realidade global que molda não apenas o panorama demográfico, mas também as experiências e desafios individuais de milhões de pessoas em todo o mundo. A jornada de um imigrante rumo a uma nova terra muitas vezes é repleta de oportunidades, mas também de obstáculos complexos, especialmente quando se trata de questões fiscais e contábeis.

“[...] os imigrantes que chegam ao Brasil ainda encontram uma série de dificuldades decorrentes da ineficiência dos serviços burocráticos, do preconceito, do despreparo dos serviços e dos servidores públicos responsáveis pela garantia de seus direitos, além do desconhecimento da sociedade em geral sobre os seus direitos de cidadania (Bógus, Fabiano, 2015 *apud* Felice, 2018, p. 04).

Neste contexto, os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal – NAF emergem como recursos cruciais para facilitar a integração e a estabilidade financeira de imigrantes em seus países de acolhimento.

*“O NAF é um projeto desenvolvido pela Receita Federal em parceria com as Instituições de Ensino Superior, cujo objetivo é oferecer serviços contábeis e fiscais gratuitos para pessoas físicas e jurídicas de menor poder aquisitivo”* (Silva, 2017, p. 23).

Os NAFs são entidades que oferecem assistência especializada em questões contábeis e fiscais, muitas vezes em colaboração com instituições de ensino e órgãos governamentais. Eles desempenham um papel vital ao orientar imigrantes a partir do intrincado sistema tributário e financeiro de sua nova nação, ajudando-os a compreender e cumprir obrigações fiscais, aproveitar benefícios e, em última instância, alcançar a independência financeira.

Este artigo explora a importância dos NAFs na vida dos imigrantes, analisando como essas entidades desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão financeira e na mitigação de desafios comuns enfrentados pelos recém-chegados.

Ao examinar os benefícios tangíveis e intangíveis oferecidos pelos NAFs, esta pesquisa busca lançar luz sobre a necessidade crítica de fortalecer e expandir essas iniciativas, garantindo que os imigrantes possam construir um futuro mais sólido e promissor em suas novas terras.

Ao longo deste artigo, exploraremos como os NAFs se tornaram pilares fundamentais na vida dos imigrantes, desempenhando um papel crucial na promoção da inclusão financeira e na mitigação de desafios relacionados às questões contábeis e fiscais que frequentemente surgem durante o processo de adaptação e integração.

*Diante desse contexto, este artigo traz como objetivos:*

- 1) Analisar o papel dos NAFs na promoção da inclusão financeira de imigrantes em seu país de acolhimento;
- 2) Examinar os desafios específicos que os imigrantes enfrentam em relação a questões fiscais e contábeis e como os NAFs ajudam a superá-los; e





- 3) Investigar como os NAFs contribuem para a integração socioeconômica bem-sucedida dos imigrantes em suas novas comunidades.

Organizamos este artigo com as seguintes seções que sucedem esta introdução: Aporte Teórico, Metodologia, Resultados e Referências Bibliográficas.

## 2 Aporte Teórico

Nesta seção, apresentamos o contexto histórico dos NAFs e sua importância na vida dos imigrantes.

### 2.1 Contexto Teórico

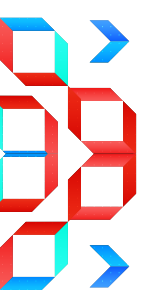
O contexto teórico que envolve a importância dos NAFs na vida dos imigrantes é intrincado e multidimensional, refletindo não apenas as complexidades da migração internacional, mas também os princípios fundamentais da inclusão financeira e da justiça social.

Desde o final do século XIX até o presente, milhões de pessoas deixaram seus países de origem em busca de novas oportunidades econômicas, fugindo de conflitos e buscando refúgio ou, simplesmente, buscando uma vida melhor em terras estrangeiras. *“Nas últimas décadas as migrações atingiram uma enorme dramaticidade em quase todas as partes do mundo. Elas têm origens diversas, mas com frequência estas origens, motivações e vivências se sobrepõem de modo a revelar faces de uma experiência humana matizadas por questões relacionadas aos direitos humanos, às classes, aos gêneros, às nacionalidades, às etnias [...]”* (Ennes; Goes; Meneses, 2021, p. 10).

Durante esse período, tornou-se evidente que os imigrantes enfrentavam uma série de desafios complexos, incluindo a adaptação a sistemas fiscais e práticas contábeis totalmente diferentes em seus países de acolhimento. Essa necessidade urgente de orientação e assistência financeira levou ao desenvolvimento recente dos NAFs – Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal como uma resposta aos desafios únicos enfrentados por esses indivíduos. *“Todas as instituições sem fins lucrativos têm semelhanças: são agentes de mudança humana. Seu produto é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito; isto é, toda uma vida transformada”* (Drucker, 1994, p. 14).

Os primeiros NAFs começaram a surgir como iniciativas de organizações da sociedade civil e instituições de ensino em algumas regiões. Eles visavam preencher uma lacuna crítica no apoio aos imigrantes, fornecendo educação financeira, assistência na compreensão das obrigações fiscais e contábeis e orientação personalizada em um ambiente acolhedor e acessível *“[...] abrangendo os serviços de orientação sobre MEI (Microempreendedor Individual); cadastramento de CPF (Cadastro de Pessoa Física) e CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica); declaração do IRPF (Imposto de Renda Pessoa Física); certidões negativas de débitos de pessoas físicas e também de pessoas jurídicas; situação fiscal da pessoa física (“PF”); programas e serviços disponíveis no Portal RFB (Receita Federal do*





Brasil); Certificação Digital” (Lautert; Waismann; Coelho; Weber, 2023, p. 57) desempenhando um papel importante na integração e estabilização financeira de imigrantes em seus novos lares.

Hoje, os NAFs continuam a ser pilares de apoio para imigrantes que chegam de todo o mundo, desempenhando um papel vital na promoção da inclusão financeira, na redução de desigualdades e na facilitação da integração econômica e social bem-sucedida. Este contexto histórico revela como os NAFs se tornaram elementos essenciais na jornada dos imigrantes, ajudando-os a superar desafios financeiros e fiscais em suas novas terras.

### 3 Migração e Desafios Financeiros

A imigração é um fenômeno global que envolve a mudança de pessoas de um país para outro em busca de oportunidades econômicas, segurança e melhores condições de vida. “[...] a dispersão espacial das indústrias, a temporalidade do trabalho e a desproteção social do trabalhador (Antunes, 2020) são fatores para a complexidade das migrações internacionais com a inserção de novos lugares, novas rotas e novos destinos para milhões de pessoas no mundo” (Baeninger, 2021, p. 75). No entanto, essa jornada muitas vezes se depara com desafios financeiros significativos.

Imigrantes podem enfrentar barreiras como a falta de familiaridade com o sistema fiscal do país de acolhimento, dificuldades na abertura de contas bancárias e questões relacionadas à remessa de fundos para suas famílias nos países de origem.

A imigração é um fenômeno humano intrinsecamente ligado à busca de melhores condições de vida, oportunidades econômicas e segurança. “Os desafios que se impõem à interpretação das migrações contemporâneas se expressam a partir dos desdobramentos da economia neoliberal do mercado globalizante, com o mercado flexível de trabalho e a, conseqüente, intensificação do trabalho flexível” (Standing, 2017 apud Baeninger, 2021, p. 75). No entanto, ao embarcarem em jornadas rumo a novos horizontes, os imigrantes enfrentam uma série de desafios financeiros complexos que podem afetar significativamente suas vidas, tais como: conversão de moeda e flutuações cambiais, falta de histórico de crédito, despesas iniciais e custos de assentamento, barreiras para abrir contas bancárias, desafios fiscais, remessas de fundos e custos associados, inclusão financeira limitada, barreiras linguísticas e culturais, vulnerabilidade a exploração financeira e risco de não cumprimento fiscal (Ennes; Goes; Meneses, 2021),

Esses desafios financeiros são uma realidade para muitos imigrantes em todo o mundo e destacam a importância de entidades como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal na prestação de assistência e orientação especializada. Ao abordar esses desafios, os NAFs desempenham um papel fundamental na melhoria da estabilidade financeira e na promoção da integração bem-sucedida dos imigrantes em suas novas comunidades.





## 4 Inclusão Financeira e Empoderamento

A inclusão financeira é um conceito essencial que visa garantir que todos tenham acesso à serviços financeiros básicos, como contas bancárias, crédito e seguros. A falta de inclusão financeira pode perpetuar a desigualdade e a exclusão social. Os NAFs desempenham um papel vital na promoção da inclusão financeira, capacitando imigrantes a compreender e aproveitar os recursos financeiros disponíveis, bem como a cumprir obrigações fiscais de maneira informada e eficaz.

Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs desempenham um papel significativo na promoção da inclusão financeira e no empoderamento dos imigrantes em suas novas comunidades, uma vez que “[...] o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania, isto é, a conquista da plena capacidade de um ator individual ou coletivo de usar seus recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuar com responsabilidade no espaço público na defesa de seus direitos, influenciando as ações dos governos na distribuição dos serviços e recursos” (Lisboa, 2008, p. 03).

Segundo a Montaño (2001 *apud* Lisboa, 2008) *algumas condições devem ser satisfeitas para que haja o empoderamento, tais como:*

- » Estabelecimento de instâncias institucionais apropriadas para a participação dos setores marginalizados nas decisões que afetam o seu cotidiano, permitindo-lhes propor estratégias em relação às principais reivindicações no âmbito político público.
- » Formalização de direitos legais, divulgação das leis e garantia do seu conhecimento e respeito.
- » Promoção de organizações que permitam a efetiva participação e influência das pessoas pertencentes ao setor social excluído nas estratégias adotadas pela sociedade. Isto ocorre quando as organizações facilitam a expansão e ampliação da rede social a que pertencem, tornando-a pública e acessível.
- » Capacitação para o exercício da cidadania e produção, incluindo o domínio dos conhecimentos instrumentais essenciais, bem como a compreensão das ferramentas necessárias para analisar dinâmicas econômicas e políticas relevantes.
- » Estabelecimento de meios de acesso e controlo sobre os recursos e ativos (materiais, financeiros e de informação) para viabilizar a eficaz utilização dos espaços, direitos, organização e capacidades.

Portanto, os NAFs atuam como facilitadores críticos para a inclusão financeira e o empoderamento dos imigrantes, oferecendo educação, orientação e suporte prático, atuando “[...] de uma forma significativa na promoção de treinamentos diferenciados aos acadêmicos e valorizando do conhecimento fiscal por meio da prática contábil sustentável (Ferreira; Popik; Paes, 2021, p. 06). Ao fazê-lo, desempenham um papel fundamental na promoção da estabilidade financeira e na melhoria da qualidade de vida dos imigrantes, permitindo que eles se adaptem e prosperem em seus novos ambientes.





## 5 NAFs como Pontes para a Compreensão Financeira

Os NAFs não são apenas centros de assistência técnica, eles também servem como pontes culturais e linguísticas para imigrantes, tendo como “[...] *como finalidade a busca e a valorização do conhecimento fiscal e contábil por meio da prática*” (Ferreira; Popik; Paes, 2021, p. 06).

Ao fornecer orientação personalizada e educativa, esses núcleos capacitam os imigrantes a navegar com confiança pelo sistema financeiro do país anfitrião. Isso não só melhora sua estabilidade financeira, mas também contribui para a integração social e econômica, além de “[...] *disseminar a educação fiscal e aumentar a responsabilidade social, a fim de formar melhores profissionais com comprometimento social e mais capacitados para o mercado de trabalho*” (Ferreira; Popik; Paes, 2021, pp. 05-06).

Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs funcionam como valiosas pontes para a compreensão financeira, especialmente para imigrantes e outros grupos que podem enfrentar desafios nesse aspecto. Essas entidades desempenham um papel essencial como intermediários na jornada de compreensão financeira dos indivíduos, podendo atuar na tradução de complexidades financeiras, educação e conscientização, orientação personalizada, resolução de problemas financeiros, prevenção de erros financeiros, promoção da conformidade fiscal, facilitação do acesso a serviços financeiros formais e empoderamento financeiro.

Os NAFs atuam como pontes sólidas entre a complexidade financeira e a compreensão individual, permitindo que os imigrantes naveguem com sucesso no sistema financeiro de seu país de acolhimento. Ao fazê-lo, desempenham um papel fundamental na promoção da estabilidade financeira e na melhoria da qualidade de vida dos imigrantes, tornando o caminho para a compreensão financeira mais acessível e alcançável, “[...] além de divulgar o cenário atual de demandas da sociedade para com questões de direitos e deveres fiscais (Ferreira; Popik; Paes, 2021, p. 06).

## 6 Justiça Social e Equidade

O acesso equitativo aos recursos financeiros e a compreensão das obrigações fiscais são aspectos fundamentais da justiça social. Os NAFs desempenham um papel vital na promoção da equidade, garantindo que imigrantes tenham a mesma oportunidade de prosperar financeiramente e contribuir positivamente para a sociedade que os acolhe, pois “[...] a equidade de oportunidades remete ao desenvolvimento de políticas capazes de desenvolver estratégias que minimizem obstáculos, sejam eles decorrentes de questões individuais ou sociais, trata-se de reconhecer as desigualdades para promover a justiça social (Pesaro, 2023, p. 01).

Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs desempenham um papel crucial na promoção da equidade e justiça social para os imigrantes, garantindo oportunidades para prosperarem financeiramente. Essas entidades desempenham um papel vital na mitigação das disparidades financeiras e na criação de um ambiente mais equitativo para os imigrantes.





Em última análise, os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal desempenham um papel transformador na vida dos imigrantes, permitindo que eles não apenas sobrevivam, mas também prosperem financeiramente em seus novos países de acolhimento. Essas entidades desempenham um papel vital na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos têm a oportunidade de alcançar seu potencial financeiro e contribuir de forma significativa para suas comunidades, pois “[...] A equidade social é a garantia da universalização de acesso aos direitos previstos em nossa Constituição e, portanto, chave para um projeto de sociedade justa e fraterna (Pesaro, 2023, p. 02).

Este contexto teórico estabelece as bases para uma análise aprofundada da importância dos NAFs na vida dos imigrantes. Ao explorar como essas entidades abordam questões financeiras e fiscais, este artigo busca destacar sua significativa contribuição para a integração e a melhoria da qualidade de vida dos imigrantes em seu novo país.

## 7 Metodologia

Em relação a abordagem caracterizamos nossa pesquisa como qualitativa, pois utilizamos de uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão profunda e na interpretação de fenômenos complexos e em contextos específicos. Ela difere da pesquisa quantitativa, que se concentra na coleta e análise de dados numéricos e estatísticas. Na pesquisa qualitativa, o objetivo principal é explorar a complexidade de um fenômeno, capturar as perspectivas dos participantes e obter *insights* contextuais.

Godoy (1995, p. 21 *apud* Silva, 2021, p. 57) define que “a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.”

No que tange à natureza, classificamos nossa pesquisa como básica, uma vez que esse tipo de pesquisa científica que tem como objetivo principal a busca pelo conhecimento puro, sem a preocupação imediata com aplicações práticas ou utilidade imediata. Em outras palavras, a pesquisa básica busca entender princípios fundamentais e explorar o desconhecido dentro de um campo científico, muitas vezes sem uma aplicação direta ou óbvia. Esse tipo de pesquisa “*Objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais*” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 35).

Quanto aos objetivos, nossa pesquisa se classifica como descritiva, sendo um tipo de pesquisa científica que se concentra na descrição detalhada de fenômenos, eventos, processos ou características, com o objetivo de compreendê-los e documentá-los de maneira precisa. Em vez de buscar explicações causais, como em estudos experimentais, a pesquisa descritiva busca responder a perguntas sobre “o que”, “quem”, “quando” e “como” em relação ao objeto de estudo. Para Vergara (2016, p. 49 *apud* Silva, 2021, p. 57) a “*pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis e definir sua natureza.*”





Por fim, considerando os procedimentos, entendemos que nossa pesquisa seja bibliográfica, pois segundo Gil (2008, p. 44 *apud* Silva, 2021, p. 58) “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas”. Ainda nesse sentido, para Vergara (2016, p. 49 *apud* Silva, 2021, p. 58) a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.”

## 8 Resultados

Nesta seção, focamos nossas discussões acerca da imigração e os desafios enfrentados pelos imigrantes em relação a questões fiscais e contábeis.

### 8.1 Migração e Complexidades Fiscais e Contábeis

A migração internacional frequentemente traz consigo uma série de desafios fiscais e contábeis. Os imigrantes se veem em um ambiente completamente novo, muitas vezes com sistemas tributários e práticas contábeis diferentes das que estão acostumados em seus países de origem. Isso cria uma lacuna de conhecimento que pode levar a erros inadvertidos em questões fiscais, tais como declarações incorretas de impostos ou não aproveitamento de benefícios fiscais disponíveis.

“É, no entanto, notável observar, que nesta nova realidade os grupos de usuários da informação contábil ganham escalas consideradas planetárias e demandam por uma linguagem financeira universal, pois as demonstrações contábeis elaboradas em diferentes países com normas não uniformes geram demonstrativos incomparáveis, não atendendo às expectativas do mercado globalizado.” (Souza; Coutinho Filho, 2007, p. 04).

A migração internacional é um fenômeno complexo que traz consigo uma série de desafios fiscais e contábeis significativos. Quando pessoas se deslocam para um novo país em busca de oportunidades econômicas, segurança ou refúgio, elas entram em sistemas fiscais, práticas contábeis e regulamentações financeiras muitas vezes muito diferentes daquelas de seus países de origem. Essas complexidades fiscais e contábeis podem criar desafios importantes para os migrantes e para os países de acolhimento.

Podemos destacar que muitos migrantes podem se encontrar em situações de **dupla tributação**, o que significa que são obrigados a pagar impostos em seu país de origem e no país de acolhimento. Isso ocorre porque alguns países taxam com base na residência e outros com base na cidadania. Nesse cenário, a conformidade fiscal pode ser complicada e onerosa. Muitos imigrantes ainda têm **obrigações fiscais em seus países de origem**, como declarar rendimentos ou pagar impostos sobre propriedades. Manter o cumprimento fiscal em dois países pode ser desafiador.





A compreensão das leis fiscais locais, incluindo deduções, créditos fiscais e benefícios fiscais, pode ser difícil para os migrantes que não estão familiarizados com o sistema, além disso, abrir contas bancárias em um novo país pode ser complicado devido a requisitos burocráticos e falta de histórico de crédito. Isso pode dificultar o acesso a serviços financeiros formais. Muitos migrantes podem não ter **documentação financeira** adequada, como histórico de crédito, o que pode dificultar a obtenção de empréstimos ou a compra de propriedades.

Migrantes que desejam empreender em seus novos países podem enfrentar **complexidades contábeis** adicionais ao criar e gerenciar negócios, incluindo questões relacionadas a impostos, relatórios financeiros e regulamentações comerciais. Em alguns casos, o status legal de um imigrante pode afetar suas obrigações fiscais e contábeis. Questões relacionadas à imigração e ao direito de trabalhar podem complicar ainda mais a situação financeira de um imigrante.

Destacamos, também, aqueles imigrantes que enviam dinheiro de volta para suas famílias em seus países de origem. Os custos associados a essas remessas, incluindo taxas de transferência e taxas de câmbio desfavoráveis, podem afetar significativamente o valor que chega às famílias. Dessa forma, a falta de compreensão das complexidades fiscais e contábeis pode expor os imigrantes a riscos financeiros, como multas fiscais, penalidades legais e perda de ativos.

Essas complexidades fiscais e contábeis são um reflexo das diferenças nos sistemas financeiros e tributários entre países. Elas destacam a importância de oferecer orientação e apoio aos imigrantes para que possam navegar com sucesso por essas questões e cumprir suas obrigações fiscais e contábeis de maneira adequada e legal. Organizações, como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFs), desempenham um papel vital na prestação de assistência e educação para migrantes, ajudando-os a superar esses desafios complexos e a se estabelecerem de forma estável em seus novos ambientes.

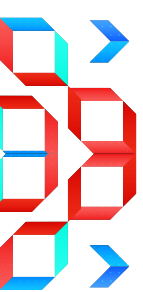
## 8.2 Residência Fiscal e Dupla Tributação

Um dos desafios mais prementes é a determinação da residência fiscal. Muitos imigrantes podem manter laços financeiros com seus países de origem, levando a situações de dupla tributação, onde são tributados tanto no país de origem quanto no país de acolhimento, conforme comentamos anteriormente. Esse cenário complexo exige um entendimento aprofundado das leis fiscais de ambos os países e pode resultar em obrigações fiscais substanciais.

A residência fiscal e a dupla tributação são dois conceitos fundamentais que os imigrantes devem entender ao lidar com questões fiscais em seus países de origem e de acolhimento. Esses conceitos podem ter um impacto significativo em suas obrigações fiscais e na maneira como eles declaram e pagam impostos.

A residência fiscal se refere ao país onde uma pessoa é considerada residente para fins fiscais. A definição exata de residência fiscal varia de país para país, mas geralmente está relacionada ao tempo que alguém passa nesse país durante um ano fiscal e ao seu vínculo econômico





e social com o local. Quando alguém é considerado residente fiscal em um país, geralmente está sujeito às leis fiscais desse país e deve declarar sua renda e ativos para fins fiscais.

No Brasil, o principal estatuto legal que dispõe sobre as regras de residência fiscal de pessoas físicas é o artigo 12 da Lei nº 9.718/98:

**Art. 12.** Sem prejuízo das normas de tributação aplicáveis aos não-residentes no País, sujeitar-se-á à tributação pelo imposto de renda, como residente, a pessoa física que ingressar no Brasil:

**I** - com visto temporário: a) para trabalhar com vínculo empregatício, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir da data de sua chegada; b) por qualquer outro motivo, e permanecer por período superior a cento e oitenta e três dias, consecutivos ou não, contado, dentro de um intervalo de doze meses, da data de qualquer chegada, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir do dia subsequente àquele em que se completar referido período de permanência;

**II** - com visto permanente, em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de sua chegada. Parágrafo único. A Secretaria da Receita Federal expedirá normas quanto às obrigações acessórias decorrentes da aplicação do disposto neste artigo.” (Brasil, 1998, p. 07).

Sendo assim para os imigrantes, a determinação da residência fiscal pode ser complexa, especialmente se mantiverem laços financeiros e econômicos com seus países de origem, enquanto residem em um novo país. Alguns países têm acordos bilaterais para evitar a dupla tributação que ajudam a determinar qual país tem jurisdição para tributar certos tipos de renda, como salários e ganhos de capital. É importante entender a residência fiscal em ambos os países para cumprir as obrigações fiscais adequadamente.

Outro ponto que merece destaque é a **dupla tributação**, que ocorre quando uma pessoa ou empresa é tributada em mais de um país sobre o mesmo rendimento ou ativo. Isso pode ocorrer quando um imigrante é considerado residente fiscal tanto em seu país de origem quanto em seu país de acolhimento. Sem acordos bilaterais de evitação de dupla tributação, isso poderia levar a uma tributação excessiva e injusta.

Para evitar a dupla tributação, muitos países têm acordos bilaterais em vigor. Esses acordos normalmente definem regras claras sobre como o rendimento deve ser tributado, em que país e com que taxas. Eles podem permitir créditos fiscais ou isenções para garantir que a renda não seja tributada duas vezes.

É fundamental para os imigrantes compreenderem os acordos fiscais entre seus países de origem e de acolhimento, bem como eles podem se beneficiar desses acordos para evitar a dupla tributação.

Sendo assim, a residência fiscal e a dupla tributação são questões fiscais cruciais para os imigrantes. Entender onde você é considerado residente fiscal e como os acordos fiscais se aplicam a você pode ajudá-lo a cumprir suas obrigações fiscais de maneira adequada e evitar o pagamento excessivo de impostos em mais de um país. A busca de orientação fiscal profissional é muitas vezes aconselhável para lidar com essas complexidades.





### 8.3 Barreiras Linguísticas e Culturais

Além das complexidades legais, imigrantes frequentemente enfrentam barreiras linguísticas e culturais que dificultam a compreensão das normas contábeis e fiscais do novo país. A falta de fluência no idioma local torna a interpretação de documentos fiscais e contábeis um desafio, aumentando o risco de não conformidade e litígios.

As barreiras linguísticas e culturais são desafios significativos enfrentados pelos imigrantes ao se mudarem para um novo país. Essas barreiras podem afetar quase todos os aspectos da vida cotidiana e podem ter um impacto profundo na integração bem-sucedida dos imigrantes em suas novas comunidades.

Em relação às barreiras linguísticas entendemos que a língua é a principal ferramenta de comunicação. A falta de proficiência no idioma local pode dificultar a comunicação com colegas de trabalho, professores, prestadores de serviços de saúde e outras pessoas, o que pode levar a mal-entendidos e dificuldades de interação. Além disso, imigrantes que não falam a língua local podem ter dificuldades para acessar informações essenciais, como leis, regulamentos, políticas governamentais, oportunidades de emprego e direitos civis.

A barreira linguística pode resultar em isolamento social, à medida que os imigrantes têm dificuldade em fazer amigos, participar de atividades comunitárias e se envolver na vida social de sua nova comunidade, bem como a falta de proficiência no idioma pode limitar as oportunidades de emprego e o avanço na carreira, uma vez que muitas posições exigem boa comunicação verbal e escrita.

No que tange às barreiras culturais destacamos que os imigrantes muitas vezes enfrentam choques culturais quando se deparam com práticas, valores e normas diferentes daquelas de seu país de origem. Isso pode causar ansiedade e confusão. Diferenças culturais podem tornar os imigrantes alvo de discriminação ou estigmatização por parte da sociedade de acolhimento. Isso pode afetar negativamente sua autoestima e bem-estar.

A adaptação a novas tradições, costumes e comportamentos pode ser desafiadora, especialmente para imigrantes que têm fortes laços culturais com seus países de origem. As diferenças culturais podem afetar a capacidade dos imigrantes de acessar e utilizar serviços de saúde e sociais de forma eficaz, resultando em disparidades na assistência médica e no apoio social, além de que muitas vezes enfrentam desafios na educação de seus filhos, equilibrando as expectativas culturais de seu país de origem com as do país de acolhimento.

Hernandes (2009) aponta que o psicólogo social comunitário tem que encarregar-se do papel de analista facilitador que possibilite os cidadãos a concepção de ações mais humanas, de consciência coletiva, expressando empoderamento e assumindo a própria história.

É essencial reconhecer e abordar essas barreiras linguísticas e culturais de maneira adequada para facilitar a integração bem-sucedida dos imigrantes. Isso inclui programas de ensino de idiomas, serviços de interpretação e tradução, treinamento cultural, apoio comunitário e educação sobre diversidade cultural. Ao superar essas barreiras, os imigrantes têm mais chances de se sentir parte integrante de suas novas comunidades e contribuir positivamente para a sociedade de acolhimento.





## 8.4 Ameaças à Estabilidade Financeira

Erros em questões fiscais e contábeis podem ter sérias consequências para a estabilidade financeira dos imigrantes. Isso pode incluir penalidades fiscais, perda de benefícios governamentais, ou mesmo a ameaça de deportação em casos graves de não conformidade fiscal.

Erros em questões fiscais podem ter consequências significativas para a estabilidade financeira dos imigrantes. Esses erros podem ocorrer devido à falta de familiaridade com o sistema fiscal do país de acolhimento, barreiras linguísticas, complexidades nas leis tributárias ou simplesmente falta de conhecimento sobre as obrigações fiscais.

Quando os imigrantes cometem erros em suas declarações de impostos ou não cumprem suas obrigações fiscais corretamente, estão sujeitos a penalidades e multas. Essas penalidades podem ser substanciais e afetar adversamente suas finanças. É fato que a falta de compreensão das leis fiscais pode levar os imigrantes a perder oportunidades de aproveitar benefícios fiscais e créditos tributários. Isso resulta em um maior ônus financeiro.

Frisamos, também, que erros fiscais podem resultar em uma carga tributária mais alta do que o necessário, o que pode afetar o orçamento e a capacidade de atender às despesas diárias. Isso pode levar a dificuldades financeiras e até mesmo a dívidas. Erros em declarações fiscais podem atrasar o processamento de documentos importantes, como autorizações de trabalho ou vistos de imigração e isso pode prejudicar a capacidade dos imigrantes de trabalhar legalmente e gerar renda, além disso, quando as autoridades fiscais identificam irregularidades nas declarações fiscais, os imigrantes podem ficar sujeitos a auditorias, que consomem tempo, recursos e podem ser estressantes.

Em alguns países, erros fiscais podem afetar negativamente a pontuação de crédito dos imigrantes, dificultando a obtenção de empréstimos ou financiamentos. Em casos graves de evasão fiscal ou fraude fiscal, os imigrantes podem enfrentar problemas legais, incluindo a possibilidade de deportação ou detenção.

Para evitar essas consequências prejudiciais, é fundamental que os imigrantes busquem orientação adequada em questões fiscais e contábeis. Os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAFs) desempenham um papel vital nesse aspecto, oferecendo assistência na preparação de impostos, educação financeira e orientação personalizada. Ao adquirir conhecimento sobre o sistema fiscal local e buscar orientação profissional, os imigrantes podem reduzir o risco de erros fiscais e garantir uma maior estabilidade financeira em seus países de acolhimento.

## 8.5 Informalidade Financeira

Em alguns casos, imigrantes podem optar por operar na economia informal para evitar as complexidades fiscais e contábeis. No entanto, essa escolha muitas vezes resulta em renda não declarada e falta de acesso a serviços financeiros formais, o que prejudica sua segurança financeira e desenvolvimento econômico.

Assim, o conceito de Diniz, Birochi e Pozzebon (2012, p. 485 – tradução nossa) é útil por lembrar que “[...] *inclusão financeira pode ser definida como acesso a serviços financeiros*





*formais a um custo adequado para todos os membros de uma economia, favorecendo especialmente os grupos de baixa renda”.*

Os imigrantes podem cometer uma série de erros em questões fiscais e contábeis, muitas vezes devido à falta de conhecimento sobre o sistema financeiro e tributário do país de acolhimento. Esses erros podem ter consequências significativas para a estabilidade financeira dos imigrantes.

- » Não declarar todos os rendimentos ao órgão fiscal ou cometer erros na declaração pode trazer consequências, como multas fiscais, penalidades e possíveis consequências legais. Isso pode afetar negativamente o histórico de crédito e a estabilidade financeira.
- » Não aproveitar as deduções fiscais disponíveis, como despesas médicas ou educacionais, pode gerar pagamento excessivo de impostos e perda de oportunidades de economia.
- » Deixar de cumprir os prazos para a apresentação de declarações fiscais implica em multas e juros por atraso, aumentando a carga fiscal e afetando o orçamento pessoal.
- » Não manter registros financeiros precisos, como recibos e documentos fiscais, acarreta em dificuldades em verificar despesas, potencialmente resultando em declarações fiscais imprecisas e problemas legais.
- » Evitar a abertura de uma conta bancária em favor de transações em dinheiro, traz dificuldades em economizar, investir e acessar serviços financeiros formais, resultando em custos mais altos e menor segurança financeira.
- » Não procurar orientação profissional em questões fiscais e contábeis provoca falta de conhecimento sobre estratégias financeiras eficazes e oportunidades fiscais, resultando em subutilização de recursos financeiros.
- » Não planejar para o futuro e não economizar adequadamente para a aposentadoria gera uma dependência financeira de programas de assistência social ou familiares, com riscos para o bem-estar financeiro na aposentadoria.
- » Não compreender como questões fiscais e contábeis estão relacionadas à legislação de imigração traz riscos legais, incluindo possíveis implicações para o status de imigração.
- » Não buscar educação financeira para compreender o sistema financeiro do país de acolhimento pode trazer vulnerabilidade a práticas financeiras arriscadas e dificuldades em tomar decisões informadas. Deixar de aproveitar os benefícios fiscais disponíveis para imigrantes pode acarretar na perda de oportunidades de economia e maior carga tributária.

Para evitar esses erros e suas consequências adversas, é fundamental que os imigrantes busquem orientação e educação financeira, compreendam as leis fiscais locais, mantenham registros financeiros precisos e estejam cientes das implicações financeiras de suas decisões.





Organizações como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs podem ser recursos valiosos para imigrantes em busca de orientação financeira e fiscal adequada para manter sua estabilidade financeira.

## 8.6 Necessidade de Educação Financeira

A compreensão das questões fiscais e contábeis é fundamental para a tomada de decisões financeiras informadas. Imigrantes muitas vezes carecem de educação financeira adequada para enfrentar esses desafios, o que ressalta a importância de programas educativos, como os oferecidos pelos NAFs.

A educação financeira pode ser definida ainda como “[...] a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida” (Hill, 2009 *apud* Souza, 2012, p. 29) e desempenha um papel crítico na capacitação dos imigrantes para enfrentarem os desafios financeiros e fiscais que podem surgir ao se mudarem para um novo país. Essa necessidade é fundamental, pois ajuda a equipar os imigrantes com o conhecimento e as habilidades necessárias para tomar decisões financeiras informadas e evitar armadilhas financeiras.

A educação financeira permite que os imigrantes entendam como funciona o sistema financeiro do país de acolhimento, incluindo bancos, regulamentações financeiras, moeda e práticas bancárias e ajuda a evitar erros financeiros comuns, como não manter registros adequados, não entender as implicações fiscais de certas transações e não aproveitar oportunidades fiscais legítimas. Isso é crucial para que possam usar efetivamente serviços financeiros e tomar decisões financeiras adequadas. Educar os imigrantes sobre as obrigações fiscais locais, incluindo prazos para declarações de impostos e regulamentos fiscais, ajuda a garantir que cumpram as leis fiscais do país de acolhimento e evitem penalidades.

Além disso, compreender como abrir uma conta bancária, solicitar empréstimos, investir e usar outros serviços financeiros formais é fundamental para a inclusão financeira dos imigrantes e para garantir que eles tenham acesso a serviços financeiros essenciais.

A educação financeira ensina os imigrantes a gerenciar dívidas de forma responsável, evitando o acúmulo de dívidas insustentáveis e garantindo que possam manter um bom histórico de crédito, e ajuda os imigrantes a estabelecer metas financeiras de longo prazo, como economizar para aposentadoria, educação de filhos e compra de uma casa. Isso contribui para a estabilidade financeira no futuro.

A educação financeira, também, ajuda a compreender o sistema financeiro e fiscal local ajuda a reduzir o estresse financeiro, pois os imigrantes se sentem mais confiantes em lidar com suas finanças e em tomar decisões financeiras informadas, bem como capacita os imigrantes a tomar o controle de suas vidas financeiras, permitindo-lhes alcançar autonomia e independência financeira em seu novo ambiente.

Organizações, como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs, desempenham um papel valioso na oferta de educação financeira para imigrantes, fornecendo informações sobre questões fiscais, serviços financeiros e práticas financeiras responsáveis. Esses recursos





ajudam a nivelar o campo de jogo financeiro para os imigrantes, permitindo-lhes prosperar em seu novo país e contribuir positivamente para suas comunidades. Em última análise, a educação financeira é uma ferramenta essencial para promover a estabilidade financeira e o sucesso dos imigrantes em sua jornada de adaptação e integração.

## 8.7 Vulnerabilidade a Exploração

A falta de conhecimento em questões fiscais e contábeis torna os imigrantes particularmente vulneráveis a práticas fraudulentas e exploração por parte de terceiros em seus países de acolhimento.

[...] os migrantes na condição de indocumentados, ou seja, aqueles aos quais os Estados nacionais não reconhecem enquanto detentores dos mesmos direitos que os nacionais, ficando então na condição de “ilegais”, tem sua força de trabalho explorada, justamente por sua condição de vulnerabilidade [...] (Morsch; Schwinn, 2015, p. 03).

Essa vulnerabilidade decorre de várias razões, incluindo a falta de familiaridade com o sistema financeiro local, leis tributárias e práticas contábeis, bem como barreiras linguísticas e culturais.

Imigrantes podem ser direcionados a serviços financeiros não regulamentados, como empréstimos de agiotas, empresas de transferência de dinheiro sem licença e consultores financeiros não credenciados e podem não ter o conhecimento para distinguir entre serviços legítimos e fraudulentos. Alguns indivíduos ou empresas se passam por consultores fiscais e oferecem serviços de preparação de impostos a preços elevados. Eles podem explorar a falta de conhecimento dos imigrantes, cobrar taxas exorbitantes e apresentar declarações fiscais imprecisas.

Imigrantes podem não entender completamente como proteger suas informações financeiras e pessoais. Isso os torna alvos potenciais para roubo de identidade e fraude financeira. Podem, ainda, não compreender completamente os documentos financeiros que assinam, tornando-os suscetíveis a contratos enganosos ou acordos prejudiciais.

A falta de compreensão sobre as obrigações fiscais e contábeis pode resultar em atrasos no pagamento de impostos, omissões de rendimentos ou deduções inadequadas, o que pode levar a problemas legais e multas. Devido à falta de conhecimento sobre seus direitos e recursos legais, os imigrantes podem não buscar reparação quando são vítimas de exploração financeira.

Imigrantes, também, podem enfrentar discriminação financeira com base em sua origem étnica, cultural ou linguística, o que pode limitar seu acesso a serviços financeiros e oportunidades.

Para combater essas vulnerabilidades, é fundamental que os imigrantes tenham acesso a educação financeira e informações precisas sobre o sistema financeiro e tributário do país de acolhimento. Organizações, como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs,





desempenham um papel crucial na proteção dos direitos financeiros dos imigrantes, oferecendo orientação, *workshops* e recursos para ajudá-los a evitar práticas fraudulentas e tomar decisões financeiras informadas.

Além disso, governos e agências reguladoras também têm a responsabilidade de implementar regulamentações que protejam os direitos financeiros dos imigrantes e garantam que os serviços financeiros sejam acessíveis e justos para todos, independentemente de sua origem étnica ou cultural. A educação, a conscientização e a colaboração entre comunidades, organizações e autoridades são essenciais para mitigar a vulnerabilidade dos imigrantes a práticas fraudulentas e exploração financeira.

## 8.8 Impacto na Integração Socioeconômica

Os desafios fiscais e contábeis podem ser um obstáculo significativo para a integração socioeconômica bem-sucedida dos imigrantes em suas novas comunidades. Superar esses desafios é essencial para que os imigrantes possam contribuir plenamente para a sociedade que os acolheu.

Para Sá (2015), a comunicação, em particular, a prática do idioma, tem um papel de destaque na inserção dos imigrantes, pois por meio do domínio do idioma local os migrantes conseguem desenvolver laços com novos atores, incorporando assim a cultura brasileira e tornando possível a ascensão profissional. Quando o idioma é aprendido, estreitam-se os laços com a sociedade, o que ajuda na definição de uma nova identidade que é incorporada ao longo dos anos em que vão assimilando a nova cultura.

Além disso, os desafios fiscais e contábeis representam obstáculos significativos para a integração socioeconômica bem-sucedida dos imigrantes em seus países de acolhimento. Esses desafios afetam várias áreas da vida financeira e podem impactar adversamente a capacidade dos imigrantes de se estabelecerem e prosperarem em sua nova comunidade.

A falta de compreensão das leis fiscais e práticas contábeis locais pode dificultar a obtenção de emprego e o avanço na carreira. Muitos empregadores podem preferir candidatos que compreendam o sistema fiscal local.

Imigrantes podem enfrentar dificuldades ao tentar abrir contas bancárias devido a requisitos burocráticos e falta de histórico de crédito local. Isso pode tornar a gestão financeira mais complicada. Merece destaque, também, possíveis erros fiscais, como não declarar corretamente a renda ou não cumprir os prazos fiscais, que podem resultar em multas e penalidades, ameaçando a estabilidade financeira dos imigrantes.

A falta de acesso a serviços financeiros formais pode levar os imigrantes a recorrer a alternativas mais caras, como empresas de transferência de dinheiro ou empréstimos de agiotas, aumentando os custos financeiros. A ausência de conhecimento financeiro torna os imigrantes vulneráveis a práticas fraudulentas e exploração por parte de terceiros, incluindo consultores financeiros não éticos.

Imigrantes que não compreendem as opções de poupança e investimento podem perder oportunidades de construir riqueza e planejar para o futuro, além de que lutar com questões





fiscais e contábeis pode causar estresse e ansiedade, afetando o bem-estar emocional e social dos imigrantes. Nesse sentido, a falta de conhecimento pode resultar na não utilização de benefícios fiscais e créditos que poderiam aliviar o fardo financeiro dos imigrantes.

Para superar esses obstáculos, é crucial que os imigrantes tenham acesso a recursos de educação financeira e orientação fiscal que os ajudem a compreender o sistema financeiro e tributário do país de acolhimento. Organizações, como os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs, desempenham um papel vital ao oferecer serviços de educação financeira e assistência prática para imigrantes.

Além disso, é importante que os governos, agências de integração e organizações da sociedade civil reconheçam esses desafios e trabalhem juntos para criar um ambiente que promova a inclusão financeira e a integração socioeconômica dos imigrantes. Isso pode incluir a simplificação das leis fiscais, a oferta de recursos linguísticos, o acesso a serviços financeiros e o desenvolvimento de programas de capacitação financeira adaptados às necessidades dos imigrantes. Superar os desafios fiscais e contábeis é fundamental para que os imigrantes alcancem uma integração socioeconômica bem-sucedida em seus novos países.

## 8.9 Considerações Finais

Ao longo deste estudo, exploramos de forma abrangente o papel fundamental dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal - NAFs na vida dos imigrantes em seu país de acolhimento. Nossa pesquisa teve como objetivos analisar como essas instituições desempenham um papel crucial na promoção da inclusão financeira, na superação dos desafios fiscais e contábeis enfrentados pelos imigrantes e na contribuição para uma integração socioeconômica bem-sucedida.

Em relação ao primeiro objetivo, ficou claro que os NAFs desempenham um papel transformador na promoção da inclusão financeira de imigrantes. Esses centros oferecem recursos educacionais, assistência prática e orientação personalizada, capacitando os imigrantes a compreender e cumprir suas obrigações financeiras de maneira eficaz. Além disso, ao fornecer acesso a informações cruciais sobre os sistemas financeiros de seu país de acolhimento, os NAFs capacitam os imigrantes a tomar decisões informadas sobre suas finanças pessoais e empresariais.

No que tange ao segundo objetivo, identificamos os desafios específicos que os imigrantes enfrentam em relação a questões fiscais e contábeis, incluindo barreiras linguísticas, falta de conhecimento sobre os sistemas fiscais locais e complexidades relacionadas à dupla tributação. Os NAFs emergem como uma ponte essencial para superar esses obstáculos, oferecendo orientação especializada, serviços de tradução e educação financeira adaptada às necessidades dos imigrantes. Essas intervenções têm o potencial de prevenir erros financeiros custosos e promover a conformidade fiscal.

Quanto ao terceiro objetivo, nosso estudo demonstrou que os NAFs desempenham um papel crucial na integração socioeconômica bem-sucedida dos imigrantes em suas novas comunidades. Eles atuam como facilitadores da compreensão financeira e, ao fazer isso,





contribuem para o fortalecimento da equidade e justiça social. Essas instituições promovem a igualdade de oportunidades, capacitando os imigrantes a prosperarem financeiramente em seus países de acolhimento.

No entanto, é importante reconhecer que ainda existem desafios a serem superados para maximizar o impacto dos NAFs. A necessidade de expandir o acesso a esses serviços, melhorar a sensibilização sobre sua existência e garantir recursos adequados são questões que merecem atenção contínua.

Em conclusão, os Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal representam um ativo inestimável para a integração bem-sucedida dos imigrantes em novas sociedades. Seu compromisso em promover a inclusão financeira, superar desafios fiscais e contábeis específicos e fomentar oportunidades econômicas não pode ser subestimado. À medida que olhamos para o futuro, é essencial que continuemos a apoiar e fortalecer essas iniciativas, reconhecendo seu impacto positivo na vida dos imigrantes e nas comunidades em que vivem.





## Referências

BAENINGER, R. Migrações Contemporâneas: Desafios Teóricos. In: Ennes, M.; Goes, A.; Meneses, C. (orgs.). **Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas**. 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2021. 302 p.; il. tabs.; quadros; fotografia. (Coleção Sociologias Necessárias, v. 5). Disponível em <https://encurtador.com.br/GJSUV>. Acesso em 07 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998**. Altera a Legislação Tributária Federal. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19718compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19718compilada.htm). Acesso em 14 out. 2023.

DINIZ, E.; Birochi, R.; Pozzebon, M. **Triggers and barriers to financial inclusion: The use of ICT-based branchless banking in an Amazon county**. *Electronic Commerce Research and Applications*, v. 11, n. 5, p. 484–494, 2012.

DRUCKER, P. F. **Administração de organizações sem fins Lucrativos: Princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

ENNES, M.; Goes, A.; Meneses, C. (orgs.). **Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas**. 1. ed. – Aracaju, SE : Criação Editora, 2021. 302 p.; il. tabs.; quadros; fotografia. (Coleção Sociologias Necessárias, v. 5). Disponível em <https://encurtador.com.br/GJSUV>. Acesso em 07 out. 2023.

FELICE, J. **Migração Internacional: Desafios enfrentados pelas populações deslocadas na chegada ao Brasil**. Disponível em <http://sites.fadismaweb.com.br/entrementes/anais/wp-content/uploads/2019/04/migracao-internacional-desafios-enfrentados-pelas-populacoes.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

FERREIRA, R. Q.; Popik, F.; Paes, A. P. **Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF): Um Estudo dos Serviços e Práticas Desenvolvidas no Brasil**. 18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 2021. Disponível em <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3464.pdf>. Acesso em 10 out. 2023.

GERHARDT, T. E.; Silveira, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

HERNANDES, S. C. A. **Construindo um sujeito de ação: uma nova concepção do contexto social através das vivências**. 2009. 13 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Lins, SP, 2009.

LAUTERT, J.; Waismann, M.; Coelho, P.; Weber, S. Núcleo de apoio contábil fiscal – NAF. In: **Empreendedorismo e Inovação na Universidade La Salle**. Disponível em <https://svr-net20.unilasalle.edu.br/bitstream/11690/1688/1/jlautert.etal.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

LISBOA, T. K. **O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Disponível em [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa\\_Kleba\\_Lisboa\\_11.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf). Acesso em 10 out. 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORSCH, D.; Schwinn, S. **Migração e Neocolonialismo: a vulnerabilidade dos migrantes indocumentados frente aos estados nacionais**. 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/download/14241/2683>>. Acesso em 10 out. 2023.

PESARO, F. **A busca pela equidade social**. Disponível em <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1658.pdf>. Acesso em 10 out. 2023.





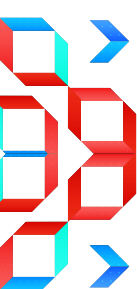
SILVA, P. K. M da. **A contribuição do núcleo de apoio contábil e fiscal para construção da cidadania.** Disponível em <https://www.pucminas.br/iceg/CienciasContabeis/Documents/2021%20TCC%20Destaque%20-%20POLIANA%20KELLY%20MARIA%20DA%20SILVA.pdf>. Acesso em 07 out. 2023.

SÁ, P. R. C. de. **As redes sociais de haitianos em Belo Horizonte: análise dos laços relacionais no encaminhamento e ascensão dos migrantes no mercado de trabalho.** In: Cadernos OBMigra. Brasília, v.1, n.3, p.99 -127, 2015.

SOUZA, M. A. P. de. **Educação financeira para um Brasil sustentável: evidências da necessidade de atuação do Banco Central do Brasil em educação financeira para o cumprimento de sua missão.** Trabalhos para Discussão – Banco Central do Brasil, Brasília, n. 280, p. 1-53, jun. 2012.

**RECEBIDO: 25/07/2025**  
**ACEITO: 28/08/2025**





---

# **Análise Bibliométrica Sobre Marketing Digital: Uma Proposta Descritiva Sobre a Produção Científica Nacional /** *Bibliometric Analysis of Digital Marketing: A Descriptive Proposal on National Scientific Production*

---

**Ariana Moraes Santos<sup>1</sup>**

**Gabriel Paulo Teixeira<sup>2</sup>**

**João Victor Macedo de Souza<sup>3</sup>**

**Rafael Marques dos Santos de Souza<sup>4</sup>**

**Rosangela de Castro Silva<sup>5</sup>**

**Talita Pereira de Carvalho<sup>6</sup>**

**Esdras da Costa Silva<sup>7</sup>**

Faculdade Inova Mais de São Paulo  
(FIMSP)

---

## **Resumo:**

A presente pesquisa possui como objetivo realizar uma análise bibliométrica acerca das produções científicas sobre o marketing digital. Enquanto procedimentos metodológicos partem de uma abordagem qualitativa e o seu tipo de pesquisa é classificado como descritiva respaldada em uma pesquisa bibliométrica como instrumento. Seus resultados demonstram que o marketing digital se tornou uma ferramenta empresarial utilizada para atingir resultados positivos e prospectar novos clientes. Nota-se também a predominância da abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa descritiva como metodologia científica de maior destaque entre os textos pesquisados.

**Palavras-Chave:** Análise Bibliométrica; Marketing; Marketing Digital.

---

1 Discente Faculdade Enau - Email: ariana.santos@alu.faculdadeenau.com.br

2 Discente Faculdade Enau - Email: gabriel.teixeira@alu.faculdadeenau.com.br

3 Discente Faculdade Enau - Email: joao.souza@alu.faculdadeenau.com.br

4 Discente Faculdade Enau - Email: rafael.sousa@alu.faculdadeenau.com.br

5 Discente Faculdade Enau - Email: rosangela.silva@alu.faculdadeenau.com.br

6 Discente Faculdade Enau - Email: talita.carvalho@alu.faculdadeenau.com.br

7 Discente Faculdade Enau - Email: esdras.costa@pro.faculdadeenau.com.br



---

**Abstract:**

*This research aims to carry out a bibliometric analysis of scientific productions on digital marketing. While methodological procedures depart from a qualitative approach and its type of research being classified as descriptive supported by a bibliometric instrument. Its results demonstrate that digital marketing becomes a business tool used to achieve positive results and prospect new customers. It is also noted the predominance of the qualitative approach and the type of descriptive research as the most prominent scientific methodology among the researched texts.*

**Keywords:** *Bibliometric Analysis; Marketing; Digital Marketing.*



## 1 Introdução

O *marketing* digital é uma forma de promover produtos, serviços ou marcas por meio de canais digitais, como sites, redes sociais, e-mails, aplicativos, entre outros. Com o início da internet, surgiu também o *marketing* digital e se tornou uma estratégia essencial para as empresas que desejam se comunicar com seu público-alvo, aumentar sua visibilidade, gerar valor e obter resultados (TELLES, 2011).

Neste presente artigo, pretende-se apresentar os principais conceitos e benefícios do *marketing* digital e também como essa ferramenta empresarial foi um degrau de sucesso de empresas que souberam aproveitar as oportunidades do *marketing* digital para se destacar no mercado e expandir suas vendas (CARO, 2010).

Nesse contexto, o *marketing* digital torna-se uma tendência mundial. Tendo em vista que esse estudo está relacionado aos avanços tecnológicos das empresas a fim de se destacarem com suas marcas e produtos, com base nos interesses dos consumidores, o *marketing* atinge seus objetivos em gerar mais lucros e resultados para as organizações.

Foram encontradas pesquisas científicas que abordam o *marketing* digital sob diferentes aspectos, tais como, a relevância do *marketing digital* para as empresas durante a pandemia (MAIA, 2022), por que as *fakes news* têm espaço nas mídias sociais (NEVES, 2020; BORGES, 2020), e o *marketing* digital como oportunidade nas redes sociais (SILVA, 2016), das quais estão relacionadas a análise bibliométrica sobre a temática.

A pesquisa atual possui como objetivo efetuar uma análise bibliométrica acerca das produções científicas sobre o tema *marketing* digital. Dentro do método utilizado classificada de uma abordagem qualitativa e o seu tipo de pesquisa sendo mencionada como descritiva, baseada em uma bibliométrica como instrumento e seus resultados evidenciando que o *marketing* digital é uma estratégia de recurso empresarial para obter resultados favoráveis e conquistar novos clientes.

## 2 Fundamentações Teórica

### 2.1 Conceito de Marketing

Para os autores Kotler e Armstrong (2007) em suas definições o *marketing* torna-se um processo administrado e com alcance em nível e social pelo qual as organizações visam gerar desejos e criação de valor. Essa troca de valor está ligada aos esforços de *marketing* que, estariam direcionados no sentido de conhecer os interesses dos consumidores, e a partir de seus entendimentos, ofertar produtos e serviços com propósito de gerar mais lucros às empresas e deixar as pessoas realizadas.

Em outra teoria o *marketing* sofreu mudanças ao longo dos anos, tendo como resposta 3 (três) fases chamadas como *marketing* 1.0, 2.0 e 3.0. Desse modo, as fases que houveram no *marketing* são frutos de 3 (três) mudanças sentidas pela sociedade: revolução





industrial 4, revolução industrial tecnológica e a revolução da informação, e cada uma dessas revoluções atuam de modo direto nas empresas e como praticar o *marketing* (Kotler; Armstrong, 2007).

De acordo com Silva, Silva e Pereira (2020) o *marketing* causa dúvidas na sociedade gerando mesas-redondas, se a mesma se denomina uma arte ou ciência. Apesar de ser considerado uma arte, por meio desta pesquisadores podem evoluir e aprimorar capacidades e conceitos, com a cognição das pesquisas científicas, globalmente voltadas ao *marketing*, podemos defini-la como uma ciência.

Segundo Bandeira (2016) entende-se como *marketing*, planejamento, visão e estratégia para ter a entrega de produtos que superam as necessidades dos clientes gerando assim uma boa experiência.

Desse modo, o *marketing* poderá ser compreendido como uma área em constante processo de evolução, devido a sua abrangência que ainda traz diversos questionamentos, pois muitos ainda entendem o *marketing* como uma área e/ou como um setor comercial.

## 2.2 Fundamentações Sobre o Marketing Digital

Segundo Caro (2010) o *marketing digital* se tornou um dos assuntos mais pesquisados por diversas áreas de estudo na sociedade, com objetivo de aproximar novos clientes e sempre os manter por perto. Essa ferramenta tem como função, despertar o interesse e desejo de compra do consumidor, sendo uma das etapas mais importantes. É nessa hora que o cliente irá se decidir se adquirir o produto ou não, pois é avaliado o grau de sua importância, causando algum tipo de satisfação após a aquisição de um produto ou serviço.

Para Okada (2011) e Bolico (2014) esse tipo de *marketing* possui uma melhor e maior segmentação de público alvo, tendo maior alcance no geral, sendo mais benéfico se comparado a outras formas de *marketing* por ser mais econômico, já a diferença entre *marketing* digital para o tradicional é que o digital consegue filtrar um público mais específico para o negócio.

Telles (2011) afirma que traçar uma boa estratégia de *marketing* é fundamental para a empresa ter seu crescimento ou fracasso, dependendo de seus planos. O *marketing* digital é um grande indicador para medir ou avaliar as atividades dos clientes em suas plataformas de vendas, estimando o tempo de visita na página, a quantidade de compartilhamentos ou até mesmo os volumes de vendas de um determinado produto.

O ambiente digital se tornou um grande espaço de oportunidades para as empresas utilizarem a seu favor para atrair novos consumidores, fazer parcerias entre fornecedores, aumentar sua rede de contatos, tornando-se um planejamento operacional voltado para o processo de eficiência e pela busca de resultados.

Segundo dados do Interactive Advertising Bureau Brasil-AIB Brasil (2011, s/pág.), “o ano de 2010 foi o da consolidação das redes sociais, do e-commerce, dos aplicativos para equipamentos móveis e também a ascensão dos sites de compras”. Percebemos aqui um crescimento considerável no comércio digital. De acordo com o Instituto Ibope Nielsen





Online (2011), em 2008 foram gastos R\$8,2 bilhões em compras online. Em 2010 um terço das transações feitas entre varejo e consumidores, foi feita por meio de *sites digitais*.

Os diversos acontecimentos levaram a inversão do vetor de *marketing*. Antes as empresas faziam as tradicionais promoções e propagandas para alcançar os consumidores, hoje são os consumidores que procuram as empresas. Exigindo assim que as empresas tenham “*uma presença digital*” para ter sucesso em suas respectivas áreas de atuações.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Esse artigo aborda o *marketing digital*, tem sua abordagem qualitativa e classificada como descritiva, analisando os dados coletados fazendo uso de coleta de dados, tendo como objetivo demonstrar as características do referido assunto.

A presente pesquisa será desenvolvida por meio da metodologia aplicada como qualitativa. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa por possuir uma atmosfera proveniente da origem compreensível de informações dispendo o estudo do estado da arte como objeto principal, e dessa forma por aplicar a perspectiva que procede por indução, no estudo dos dados apresentados oferecendo uma maior compreensão acerca do objeto de estudo (Strauss; Corbin, 2008; Costa, 2018).

Segundo Gil (2010), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. As utilizações de técnicas padronizadas de coletas e dados fazem da pesquisa descritiva a sua particularidade. Entre as pesquisas descritivas, salienta-se aquelas que têm como propósito estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc. (Gil, 2010).

O instrumento de pesquisa utilizada no presente artigo tem base na análise de pesquisa bibliométrica, assim, partindo da descrição dos dados analisados com base nas publicações sobre *marketing digital* entre os anos de 2011 a 2021.

### 4 Apresentação e Análises dos Dados

Nos dados analisados foram vistos as seguintes características (1) Ano da publicação, título da pesquisa e período de evento publicado; (2) Autores e obras referências; (3) Palavras-chaves e; (4) Procedimento Metodológico, de acordo com os quadros que seguem.

O Quadro 1 destaca informações relevantes sobre fundamentos básicos do *marketing* listando algumas obras de autores importantes para o desenvolvimento do *marketing digital* que foram utilizadas para a execução deste artigo científico.





**Tabela 1: Ano de publicação, título da pesquisa e período/evento publicado**

Ordem	Ano	Título	Nome Revista/ Evento Científico
1	2011	Estratégias de marketing digital na era da busca.	Remark - Revista Brasileira de Marketing
2	2012	Os 4 Ps do Marketing: uma análise em uma empresa familiar do ramo de serviços do Norte do Rio Grande do Sul.	Simpósio de excelência em Gestão de Tecnologia
3	2014	Marketing: definições, aplicações, tendências e desafios do profissional	RAIMED - Revista de Administração IMED
4	2016	Pesquisa científica: conceitos básicos	ID on line. Revista Multidisciplinar e de Psicologia
5	2016	Marketing, criatividade e inovação em unidades de informação.	Remark - Revista Brasileira de Marketing
6	2017	A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor.	Revista de tecnologia aplicada (RTA)
7	2018	O Facebook como ferramenta de marketing digital: um estudo de caso no ramo alimentício.	Instituto Federal de Santa Catarina. Repositório Institucional.
8	2019	Análise do marketing digital nas diretrizes empresariais.	CPMARK - Caderno Profissional de Marketing – UNIMEP
9	2020	Marketing digital na organização de eventos: a visão de profissionais de marketing.	Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia,
10	2021	Modelos de Inovação: Análise bibliométrica da produção científica.	Dialnet

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 1 destaca informações relevantes sobre fundamentos básicos do *marketing* todos extraídos de eventos científicos e revistas (Conhecendo o Marketing, Remark Revista Brasileira de Marketing, Simpósio de excelência em Gestão de Tecnologia, RAIMED - Revista de Administração IME, ID online. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, Revista de tecnologia aplicada (RTA), Instituto Federal de Santa Catarina, Repositório Institucional, CPMARK Caderno Profissional de Marketing UNIMEP, Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia, Dialnet) listando algumas obras de autores importantes para o desenvolvimento do *marketing* digital que foram utilizadas para a execução deste artigo científico.

O Quadro 2 apresenta as seguintes informações, (1) Autores e (2) Obras referenciadas, na qual destaca os seguintes responsáveis que se aprofundaram sobre os temas de Marketing Tradicional e o Marketing Digital, diante as suas contribuições que foram de extrema importância para o desenvolvimento desse projeto de pesquisa.

Segundo Caro (2010) o *marketing* digital se tornou uns dos assuntos mais pesquisados por diversas áreas de estudos na sociedade, com objetivo de aproximar novos clientes e sempre os manter por perto.





**Tabela 2: Autores e obras referenciadas**

Autores	Obras Referenciadas
Okada, Sionara; Souza, Eliane.	Estratégias de marketing digital na era da busca
Machado, Carolina; Camfield, Claudio; Cípolat, Carina; Quadros, Juliane.	Os 4 Ps do Marketing: uma análise em uma empresa familiar do ramo de serviços do Norte do Rio Grande do Sul.
Larentis, Fabiano; Minuzzi, Guilherme.	Marketing: definições, aplicações, tendências e desafios do profissional.
Nunes, Ginete; Nascimento, Maria; Luz, Maria.	Pesquisa científica: conceitos básicos.
Bragança, Fábio; Zaccaria, Rosana; Giuliani, Antonio; Pitomba, Teresa.	Marketing, Criatividade E Inovação em unidades de informação.
Rosa, Renato; Casagrande, Yasmin; Spinelli, Fernando.	A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor.
Guessier, Héilton.	O Facebook como ferramenta de marketing digital: um estudo de caso no ramo alimentício.
Silva, Simone; Souza, Robson; Mendes, Gabriel.	Análise do marketing digital nas diretrizes empresariais.
Silva, Danyelle; Silva, Sandy; Pereira, Maurílio.	Marketing digital na organização de eventos: a visão de profissionais de marketing.
Guimarães, André; Moreira, Paulo; Bezerra, Cicero.	Modelos de Inovação: Análise bibliométrica da produção científica.

Fontes: Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 3 apresenta o título e suas respectivas palavras-chave, consideradas importantes, sendo classificadas como principal elemento da pesquisa científica.

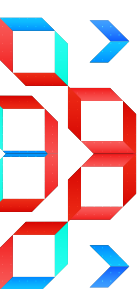
Nota-se que os textos se predominam o “marketing” como palavra-chave.

De acordo Telles (2011) afirma que traçar uma boa estratégia de *marketing* é fundamental para a empresa ter seu crescimento ou fracasso dependendo de seus planos.

**Tabela 3: Palavras-chave inseridas nos artigos**

Ordem	Ano	Título	Palavras-Chave
1	2011	Remark, Revista Brasileira de Marketing.	Marketing de Busca; Estratégias de Otimização; QR Codes; Realidade Aumentada.
2	2012	Os 4 P's do Marketing: uma análise em uma empresa familiar do ramo de serviços do Norte do Rio Grande do Sul.	Marketing - Mix de Marketing - Satisfação do Cliente - Serviços
3	2014	Marketing: definições, aplicações, tendências e desafios do profissional.	Conceito de Marketing; Profissional de Marketing; Tarefas de Marketing; Tendências de Marketing.
4	2016	Pesquisa científica: conceitos básicos.	Ciências. Pesquisa. Conceito de pesquisa.
5	2016	Marketing, Criatividade E Inovação em unidades de informação.	Marketing, Criatividade, Inovação, Gestão de Unidades de Informação
6	2017	Revista de tecnologia aplicada.	Globalização Digital; Comportamento do Consumidor; Marketing Digital.





Ordem	Ano	Título	Palavras-Chave
7	2018	O Facebook como ferramenta de marketing digital: um estudo de caso no ramo alimentício.	Marketing, Marketing Digital, Facebook.
8	2019	Análise do marketing digital nas diretrizes empresariais.	Marketing; Marketing Digital; Estratégia.
9	2020	Marketing digital na organização de eventos: a visão de profissionais de marketing.	Marketing; Marketing digital; Eventos.
10	2021	Modelos de Inovação: Análise bibliométrica da produção científica.	Modelos de inovação; Bibliometria; Scopus; Produção científica

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 4 define o domínio da abordagem qualitativa e o tipo de pesquisa exploratória. A pesquisa qualitativa por possuir uma atmosfera proveniente da origem compreensível de informações dispondo o estudo do estado da arte como objetivo principal, e dessa forma por aplicar a perspectiva que procede por indução no estudo dos dados apresentados seguem oferecendo uma maior relevância.

Já a categorização do tipo define as pesquisas como descritiva, que tem como objetivo primordial a descrição das características que indica população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. As utilizações de técnicas padronizadas e coletas dos dados fazem da pesquisa descritiva a sua particularidade (GIL, 2010).

**Tabela 4: Procedimentos Metodológicos Utilizados**

Ordem	Ano	Título	Procedimentos Metodológicos Utilizados.
1	2011	Estratégias de marketing digital na era da busca	Abordagem qualitativa e pesquisa exploratória e uma investigação secundária.
2	2012	Os 4 P's do Marketing: uma análise em uma empresa familiar do ramo de serviços do Norte do Rio Grande do Sul.	Pesquisa aplicada de caráter exploratório-descriptivo e abordagem quali-quantitativa.
3	2014	Marketing: definições, aplicações, tendências e desafios do profissional	Primeira etapa abordagem qualitativa e pesquisa exploratória. Segunda etapa abordagem quantitativa e pesquisa descritiva.
4	2016	Pesquisa científica: conceitos básicos	Abordagem qualitativa e tipo de pesquisa descritiva.
5	2016	Marketing, Criatividade E Inovação em unidades de informação	Metodologia de levantamento bibliográfico.
6	2017	A importância do marketing digital utilizando a influência do comportamento do consumidor	Pesquisa exploratória e descritiva. Abordagem quali-quantitativa.
7	2018	O Facebook como ferramenta de marketing digital: um estudo de caso no ramo alimentício	A metodologia utilizada é de natureza exploratória com abordagem qualitativa.
8	2019	Análise do marketing digital nas diretrizes empresariais	Pesquisa bibliográfica e descritiva, abordagem qualitativa





Ordem	Ano	Título	Procedimentos Metodológicos Utilizados.
9	2020	Marketing digital na organização de eventos: a visão de profissionais de marketing	Pesquisa de campo, abordagem qualitativa.
10	2021	Modelos de Inovação: Análise bibliométrica da produção científica	Pesquisa através da análise Bibliométrica, e abordagem quantitativa.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Assim, analisados os diferentes artigos, com o período dos anos de 2004 a 2021, há uma maior presença de artigos com abordagem qualitativa. Uma análise mais aprofundada reforça o interesse dos pesquisadores sobre o tema abordado, e evidência a mudança de comportamento dos clientes, através do avanço do *marketing* motivado pela tecnologia.

## 5 Considerações Finais

De acordo com as pesquisas neste artigo o *marketing digital* teve uma grande inovação e adquiriu grande importância para as organizações. Podendo incluir o aumento de acessos aos sites, o aumento das vendas, o engajamento nas redes sociais e divulgação de seu trabalho ou produto. Obtendo um desenvolvimento no qual atingiu e superou as metas estabelecidas.

A presente análise bibliométrica permite compreender os assuntos teóricos e as interações da temática com suas implementações. Tal contribuição configura-se como uma proposta acadêmica, com um método descritivo fornecendo informações detalhadas sobre suas características e propriedades.

Por meio das observações feitas no estudo de pesquisa foi determinado a relevância do *marketing* nos meios digitais, como uma base estratégica para impulsionar e gerar novos elementos de conexões para entregar produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes, tornando se um planejamento eficaz para se terem bons resultados, aumentando uma melhor satisfação de seu público, conforme os estudos abordados por Bandeira, (2016).

Um dos limites encontrados no presente trabalho, foi que não contém a inclusão de informações aprofundadas em dados quantitativos, baseadas em números e estatísticas, tais como: moda, média e mediana. Identificando os diferentes grupos de consumidores e suas diferenças significativas entre eles.

Como sugestão para possíveis pesquisas futuras, os dados mensurados e desenvolvidos no presente estudo podem ser novamente desenvolvidos mediante novos critérios de análise com o objetivo de se obter novos resultados ainda não explorados.





## Referências

- BANDEIRA, M. V. **O uso estratégico do Instagram por influenciadores digitais: um estudo de caso de Duda Fernandes**. 2017. Monografia (Graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177723>>. Acesso em: 05 de abril 2023.
- BOLICO, V. **Marketing Digital Como Ferramenta Estratégica e as Oportunidades, mas Redes Sociais**. E3 Revista de Economia e Empreendedores na CPLP. 2014. v. 2, n. 1, p.43, 2014.
- BORGES, J. N. B. **Porque as Fakes News têm espaço nas mídias sociais?** v. 30, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível: <chrome extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211796/001115849.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 julho de 2023.
- CARO, A. **Comportamento do Consumidor e a Compra Online: uma análise multicultural**. Tese (Pós-Graduação) - Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: < <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/34622403.pdf>>. Acesso em: 3 março de 2023.
- COSTA, Esdras da Silva. **Escrever artigo científico não é um bicho-de-sete-cabeças**. In: SIMKA, Sérgio. (Org.). Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2018.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2010.
- GUESSER, H. **O Facebook Como Ferramenta de Marketing Digital: Um Estudo de Caso no Ramo Alimentício**. Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/396/TCC%20HELITON%20-%20Pub.pdf?Sequence=1>>. Acesso em: 5 março de 2023.
- GUIMARÃES, A. J. R.; MOREIRA, P. S. da C.; BEZERRA, C. A. **Modelos de inovação: análise bibliométrica da produção científica**. Brazilian of Jornal of Information. v. 15, p.2, 2021.
- HONORATO, G. **Conhecendo o Marketing**. São Paulo: Manoele, 2004.
- IBOPE Nielsen Online. **Mais de 29 milhões de pessoas navegaram em sites de e-commerce, 2011**. Disponível em: <de [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=pesquisa\\_leitura&nivel=null&docid=EED93C565B0676488325782B0065E EE0](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=cald&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=EED93C565B0676488325782B0065E EE0)>. Acesso em 15 de maio de 2023.
- INTERACTIVE Advertising Bureau Brasil. **Indicadores de mercado, 2011**. Disponível em: < de <http://www.iabbrasil.org.br/arquivos/doc/indicadores/Indicadoresde-Mercado-IAB Brasil.pdf>>. Acesso em 16 de maio de 2023.
- KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
- LARENTIS, F.; MINUZZI, G. **Marketing: Definições, aplicações, tendência e desafios do profissional**. RAIMED, p.81, 2014.
- MACHADO, C. de M. N.; CAMFIELD, C. E. R.; CIPOLAT, C.; QUADROS, J. do N. **Sinopse de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/32016481.pdf>>. Acesso em: 01 de setembro de 2022.
- MAIA, G. **Marketing Digital E Redes Sociais: A Importância Para As Empresas Durante A Pandemia**. Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação. v. 8, n. 2, p. 1, 2022. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4249>>. Acesso em: 19 de abril de 2023.





NEVES, B. C.; BORGES, J. **Por que as fakes news têm espaço nas mídias sociais? uma discussão à luz do comportamento infocomunicacional e do marketing digital.** UFRGS Lume Repositório Digital. v. 30, n. 2, p. 1-22, 2020. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/211796>>. Acesso em: 20 de abril, de 2023.

NUNES, G. C.; NASCIMENTO, M. C. D.; LUZ, M. A. C. A. **Pesquisa científica: Conceito básico.** Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 10, n. 29, p.145-147, 2016.

OKADA, S. I. **Web analytics: modelos de métricas de engajamento em mídias emergentes.** REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 10, n. 3, p.107-126, set./dez, 2011.

SILVA, D. A. R. da; SILVA, S. C. B.; PEREIRA, M. J. **Marketing Digital na Organização de Evento: A Visão de Profissionais de Marketing.** Fatec, v. 4, p.157-164, 2020.

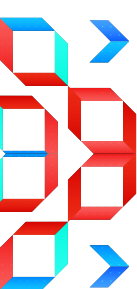
SILVA, V. B. **Marketing digital como ferramenta estratégica e oportunidades nas redes sociais.** E3 – revista de economia, empresas e empreendedores. v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: < <https://revistas.ponteditora.org/index.php/e3/article/view/20>>. Acesso em: 20 de abril de 2023.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TELLES, A. **A revolução das mídias sociais: Cases, Conceitos, Dicas e Ferramentas.** São Paulo: M. Books do Brasil. 2011.

**RECEBIDO: 28/07/2025**  
**ACEITO: 05/08/2025**





---

# Análise Bibliométrica da Produção Científica Nacional Sobre Gestão Hospitalar: Uma Proposta Descritiva / *Bibliometric Analysis of National Scientific Production on Hospital Management: A Descriptive Proposal*

---

**Carolina Nidia Giraldi Ribeiro<sup>1</sup>**

**Geisiane Alves Barbosa<sup>2</sup>**

**Karina Lopes Pardino<sup>3</sup>**

**Luana Aparecida Rossetti<sup>4</sup>**

**Esdras da Silva Costa<sup>5</sup>**

**Rogério Sarkis da Costa<sup>6</sup>**

Faculdade Inova Mais de São Paulo  
(FIMSP)

---

## Resumo:

Com base na teoria da gestão hospitalar, observa-se que seus conceitos e técnicas aperfeiçoam as práticas de gestão, a fim de atender as necessidades dos pacientes e colaboradores. O presente artigo possui como objetivo realizar uma análise bibliométrica sobre a temática gestão hospitalar. Seus procedimentos metodológicos denotam uma abordagem qualitativa, sendo seu tipo de pesquisa classificada como descritiva, delimitada por um instrumento bibliométrico. Seus resultados apontam que a abordagem qualitativa se destaca com maior evidência, já o tipo de pesquisa quantitativa obteve uma baixa relevância, enquanto classificação, o tipo de pesquisa descritiva foi a mais utilizada, já as pesquisas classificadas como exploratórias retornaram sem resultados.

**Palavras-Chave:** Gestão Hospitalar; Produção Acadêmica; Análise Bibliométrica.

---

1 Discente Faculdade Enau - Email: carolina.riveiro@alu.faculdadeenau.com.br

2 Discente Faculdade Enau - Email: geisiane.barbosa@alu.faculdadeenau.com.br

3 Discente Faculdade Enau - Email: karina.pardinho@alu.faculdadeenau.com.br

4 Discente Faculdade Enau - Email: luana.rossetti@alu.faculdadeenau.com.br

5 Discente Faculdade Enau - Email: esdras.costa@pro.faculdadeenau.com.br

6 Discente Faculdade Enau - Email: rogerio.sarkissian@gmail.com

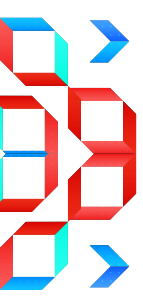


---

**Abstract:**

*Based on the theory of hospital management, it is observed that its concepts and techniques improve management practices in order to meet the needs of patients and employees. This article aims to carry out a bibliometric analysis on the theme hospital management. Its methodological procedures denote a qualitative approach, being its type of research classified as descriptive outlined by a bibliometric instrument. Its results indicate that the qualitative approach stands out with greater evidence, since the quantitative research type obtained a low relevance, while classification, the descriptive research type was the most used, since the researches classified as exploratory returned without results.*

**Keywords:** *Hospital Management; Academic Production; Bibliometric.*



## 1 Introdução

Os estudos sobre a gestão hospitalar são importantes para evidenciar as mudanças ocorridas no contexto hospitalar, bem como suas constantes adaptações, mesmo diante das complexidades inseridas nesse modelo de gestão (MIRSHAWKA, 1994).

Para Gonçalves (1983) os hospitais estão classificados como um modelo de negócios complexo e completo, sendo importante destacar as necessidades de introduzir tecnologias e realizar adaptações nas unidades hospitalares.

Contudo, Cunha (2002) enfatiza que os hospitais não possuem muita diferença quando comparado aos modelos de negócios existentes, pois ambos requerem adaptações em seus processos, possuem limitações percebidas por seus clientes e requerem uma plena organização.

Diante do exposto, a presente pesquisa possui como objetivo realizar uma análise bibliométrica acerca da produção científica nacional sobre a temática gestão hospitalar. O objetivo justifica-se para descrever sobre o estado da arte quando relacionado a temática de estudo.

Enquanto base metodológica, a pesquisa possui uma abordagem qualitativa, sendo o seu tipo de pesquisa classificada como descritiva, delineado pelo instrumento de bibliometria.

A presente pesquisa está estruturada em introdução; o segundo tópico descreve sobre a fundamentação teórica, seguido pelo terceiro tópico que esboça sobre os procedimentos metodológicos delineados na presente pesquisa. Por fim, o quarto tópico apresenta a fase de análise de dados juntamente com o terceiro tópico, sendo responsável pelas considerações finais, limitações e sugestões para estudos posteriores.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Sistema Único de Saúde – SUS

O objetivo das organizações que foram fundadas para prestar serviços de saúde é zelar pela vida de todos, por isso é necessário analisar se os serviços são prestados de forma eficiente e eficaz. Assim como as demais empresas que procuram detalhar a gestão de processos, os hospitais também deveriam seguir o mesmo caminho (BURMESTER, 2012).

Segundo Chow-Chua e Goh, (2002); Niakas e col, (2004); Revere e Black, (2003) é de extrema importância a existência da qualidade no atendimento no sistema de saúde, com base nisso são utilizadas ferramentas e técnicas para alcançar esse objetivo, esse método foi adaptado na área hospitalar, já que é utilizado no setor industrial.

No Brasil existem 2 (dois) setores: o sistema público e o sistema privado, porém será colocado em evidência neste artigo o Sistema Único de Saúde pública (SUS) que pode ser compreendido com base em 3 (três) elementos considerados pilares: **Meio Físico**: o qual refere-se ao saneamento básico que está associado à coleta de esgotos, água potável para a





população, oferecendo assim bem-estar adequado para as pessoas, gerando até mesmo uma boa alimentação e condições geográficas melhores que resultam em uma melhor qualidade de vida com benefícios para a saúde mental e física. **Meio Socioeconômico e Cultural:** o qual está ligado a renda *per capita* do indivíduo, sendo assim garantindo uma melhor condição de vida. E por último a garantia que um cidadão terá acesso ao serviço de saúde, que está associado à proteção e recuperação da saúde (Cunha, Cunha, 1998).

Para Soares e Trincaus (2007) é necessário o cumprimento do controle social para que assim, tenham um monitoramento sobre o sistema de saúde que vem sendo implantados. Como sabemos quando se fala em gestão é necessário planejamento e estratégias então essa fala do autor se encaixa perfeitamente.

## 2.2 Gestão Hospitalar

Quando trata-se de gestão hospitalar precisa-se entender que a gestão supera o tema de somente administrar. É necessário planejamento, estratégia e gerenciamento aplicados da forma mais adequada e eficiente. Para Santos (2011) é necessário planejamento para chegar no objetivo e meta principal e assim funcionar de forma eficaz e eficiente.

É preciso manter os colaboradores satisfeitos para melhor executarem suas funções, pois se insatisfeitos acabam por não gerar um bom resultado para a instituição.

O principal foco deve ser o paciente pois quando ele é direcionado a um hospital verificamos a busca da cura de algo. Quando tratamos da vida não se pode falhar, aliado a essa premissa, a gestão deverá sempre buscar a ausência de conflitos e ruídos entre os setores.

É preciso qualidade tanto no atendimento, quanto ao atendimento das necessidades dos clientes. É necessário ter tecnologia, aparelhos de qualidade, especialistas qualificados para melhor atender o cliente.

Para Souza e Lacerda (2009) é essencial evitar ruídos antes mesmo de acontecerem, seja com funcionários, aparelhos ou desperdício dos materiais. É preciso estar atento e ativo para que ruídos não aconteçam e caso seja verificado algum tipo de ocorrência é necessário um planejamento eficaz para melhor atender o foco principal. Deve-se atuar em busca de mudanças constantes para atender com qualidade e eficiência o cliente e ter a satisfação dele. Em razão da importância do tema tratado, não se pode ter falhas e sempre deve evitar erros em todos e quaisquer setores. É preciso atenção para assim atingir a qualidade.

A instituição hospitalar mudou recentemente e deixou de ser apenas uma organização que protege somente os indivíduos com poucos recursos, para se tornar uma instituição influente na sociedade visando o bem-estar de todos. E como qualquer outra instituição é necessário que a organização tenha um bom administrador, para que possa garantir a satisfação total em todos os objetivos proposto (Cherubini, Santos, 2002; Lino, Gonçalves, Feitosa, 2008).





### 3 Procedimentos Metodológicos

Este artigo foi elaborado por meio de uma abordagem qualitativa, sendo seu tipo de pesquisa classificada como descritiva, identificando estudos com base em dados bibliométricos. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), o estudo qualitativo está relacionado em como é visto o mundo de uma forma criteriosa e com base nisso é possível que pesquisadores consigam identificar cenários e monitorar processos para melhor desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, a pesquisa qualitativa evidencia que uma pesquisa desse nível examine o comportamento humano de uma forma abrangente e assertiva, identificando a precisão dos fatos com base no comportamento humano que acontece de acordo com a cultura, tempo e local (Marconi, Lakatos, 2010). Para Minayo (2011) a pesquisa qualitativa é o estudo que demonstra dados indicadores e tendências com mais precisão para assim conseguir compreender, interpretar e planejar com fundamento o que realmente está sendo pesquisado com base na experiência e vivência.

O tipo de pesquisa descritivo enfatiza a coleta de dados de forma ordenada, assim sendo possível estudar um fato ou algumas características de uma determinada população. Podem ser classificadas assim, uma vez que além de uma pesquisa entre variáveis, pode-se identificar um diagnóstico de um problema (Gil, 2010). Com essa mesma linha de raciocínio Para Trincaus (2008) diz que os estudos descritivos estão relacionados a alguns fatos e fenômenos de acordo com a vivência, com objetivo de adquirir conhecimento do que já foi definido como um problema a ser examinado.

Com base no instrumento de pesquisa, a bibliométrica adotada identifica artigos científicos entre os anos de 2007 a 2019, a fim de compor um material bibliográfico sobre a temática em evidência.

### 4 Análise e Discussão dos Dados

#### 4.1 Dados Qualitativos

Os dados analisados foram realizados com base em determinadas informações, tais como ano da publicação, título da pesquisa e período de evento publicado, autores e obras referências, palavras-chaves e procedimento metodológico.

O Quadro 1 abaixo destaca informações relevantes sobre gestão hospitalar e metodologia, todos extraídos de projetos científicos publicados em revistas e livros.

**Tabela 1: Ano de Publicação, Periódico/Evento e Título do Artigo:**

Ordem	Ano	Título	Nome Revista/ Evento Científico
1	2007	Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais.	Saúde Soc. São Paulo.





Ordem	Ano	Título	Nome Revista/ Evento Científico
2	2010	Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde.	Physis Revista de Saúde Coletiva.
3	2012	Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.	Ciência & Saúde Coletiva.
4	2014	Percepção de gestores hospitalares sobre a qualidade nos serviços de saúde.	Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras.
5	2014	Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011).	Resr, Piracicaba-SP.
6	2016	Comunicação em saúde: Importante ferramenta na gestão hospitalar.	Revista Científica do ITPAC, Araguaína.
7	2016	Gestão hospitalar no Brasil: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais.	Ciência & Saúde Coletiva.
8	2016	Gestão da qualidade em hospitais no Brasil e suas ferramentas no período de 2005 e 2015.	XII Seget, Simpósio de excelência em gestão e tecnologia.
9	2017	Bibliométrica: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros.	Academic production; Bibliometric research; Brazilian journals
10	2019	Crerios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.	Psicol. Estud.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 1 destaca informações relevantes de revistas tais como Physis Revista de Saúde Coletiva, Revista Interdisciplinar em Saúde, Simpósio de excelência em Gestão de Tecnologia, Saúde Soc e editora Atlas. Já o Quadro 2 apresenta-se as seguintes informações: autores e obras referenciadas, que assim se ressalta temas de gestão no sistema de saúde público e gestão no qual adquire-se ferramentas de indústrias dentro de hospitais.

**Tabela 2: Autores e obras referenciadas**

Autores	Obras Referenciadas
Borba, Gustavo; Neto, Francisco	Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais.
Cotta, Rosangela; Cazal, Mariana; Rodrigues, Josi; Gomes, Karine; Junqueira, Túlio	Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde.
Minayo, Maria	Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.
Sousa, Tuérpia; Bezerra, André; Feitosa, Marcelo; Sousa, Milena	Percepção de gestores hospitalares sobre a qualidade nos serviços de saúde.
Augusto, Cleicle; Souza José; Dellagnelo, Eloise; Cario, Silvio	Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011).
Nassif, Melina; Abreu, Nayara; Rodrigues Alan; Xavier Millena	Comunicação em saúde: Importante ferramenta na gestão hospitalar.
Farias, Diego; Araújo, Fernando	Gestão hospitalar no Brasil: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais





Autores	Obras Referenciadas
Monteiro, Luiz	Gestão da qualidade em hospitais no Brasil e suas ferramentas no período de 2005 e 2015.
Ribeiro, Henrique	Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros.
Patias, Naiana; Hohendorff, Jean	CrITÉrios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

O Quadro 3 apresenta o ano, título e palavras-chaves para melhor compreensão da presente pesquisa e de suas obras listadas no estudo.

**Tabela 3: Palavras-Chaves inseridas no artigo**

Ordem	Ano	Título	Palavras-Chave
1	2007	Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais	Aprendizagem organizacional; Gestão em hospitais; Gestão baseada em evidência.
2	2010	Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde.	Capacitação de conselheiros, participação social, conselho de saúde, controle social, metodologia ativa.
3	2012	Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.	Análise qualitativa, Pesquisa qualitativa, Compreender, Interpretar, Dialelizar.
4	2014	Percepção de gestores hospitalares sobre a qualidade nos serviços de saúde.	Gestão em Saúde. Qualidade nos Serviços de Saúde. Percepção.
5	2014	Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)	Teoria dos Custos de Transação, pesquisa qualitativa, procedimentos metodológicos.
6	2016	Comunicação em saúde: Importante ferramenta na gestão hospitalar.	Gestão hospitalar; comunicação; saúde.
7	2016	Gestão hospitalar no Brasil: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais	Gestão hospitalar; Projetos; Revisão da literatura.
8	2016	Gestão da qualidade em hospitais no Brasil e suas ferramentas no período de 2005 e 2015.	Qualidade; Gestão da Qualidade; Ferramentas da Qualidade.
9	2017	Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros.	Pesquisa bibliométrica; Periódicos nacionais; Produção acadêmica.
10	2019	CrITÉrios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.	Investigación qualitativa; metodologia; <i>comunicación y difusión científica</i> .

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com o Quadro 3 as palavras chaves tratam-se das palavras mais utilizadas para pesquisa e em todo conteúdo do artigo. O Quadro 4 refere-se a abordagem qualitativa e quantitativa e com o tipo de pesquisa exploratória e descritiva.





**Tabela 4: Procedimentos Metodológicos utilizados**

Ordem	Ano	Título	Procedimentos Metodológicos Utilizados
1	2007	Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais	Pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória.
2	2010	Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde.	Abordagem qualitativa e tipo de pesquisa exploratória, sobres a dinâmicas apresentadas no curso.
3	2012	Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.	Análise qualitativa; Pesquisa qualitativa; compreender; interpretar; dialetizar.
4	2014	Percepção de gestores hospitalares sobre a qualidade nos serviços de saúde.	Pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa.
5	2014	Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)	Pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, com abordagem teórica, recorte transversal com perspectiva longitudinal e fundamentada em dados secundários.
6	2016	Comunicação em saúde: Importante ferramenta na gestão hospitalar.	Estudo refere-se a uma Pesquisa bibliográfica, tendo como meios de busca livros e artigos científicos publicados, em língua portuguesa, adquiridos de forma gratuita.
7	2016	Gestão hospitalar no Brasil: Revisão da literatura visando ao aprimoramento daspráticas administrativas em hospitais	Método <i>webibliomng</i> de coleta e análise sistemática de conhecimento em bases de periódicos indexadas.
8	2016	Gestão da qualidade em hospitais no Brasil e suas ferramentas no período de 2005 e 2015.	Descritivo-exploratória, do tipo levantamento, desenvolvido sob enfoque qualitativo.
9	2017	Bibliométrica: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros.	Análise bibliométrica.
10	2019	Critérios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.	Pesquisa qualitativa, do tipo descritiva e exploratória.

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

A expressão qualitativa tem como característica definir a qualidade e processos que não se consegue medir ou explorar, termos como quantidade e volume de um determinado estudo como o de natureza quantitativa (DENZIN, LINCOLN, 2006). Já a categorização do tipo de pesquisa tem como predominância exploratória na qual é um campo de pesquisa flexível, com ela é possível ter uma maior compreensão para se construir hipóteses e identificar problemas (Gil, 2010).

## 5 Considerações Finais

Conforme pesquisas realizadas neste artigo, a gestão hospitalar é muito importante para melhores condições nos hospitais. Foram adaptadas ferramentas usadas em indústrias





para melhor desenvolvimento no bem-estar do paciente, melhoria na qualidade, atendimento mais rápido e eficaz para que assim a pessoa que está sendo cuidada possa ter mais segurança dentro de um hospital.

Verificamos que o SUS pode implementar em seu funcionamento estratégias e planejamentos com base em relatórios que evidenciem o que pode ser melhorado, mensurando o desempenho de modo a atingir maior eficiência, qualidade no atendimento e efetividade.

De acordo com Bonato (2011) os processos pela qualidade nas empresas que realizam serviços para o setor de saúde superaram as expectativas. Contudo, os obstáculos encontrados ao realizar esse trabalho foi verificar que mesmo os profissionais querendo adaptar as estratégias e técnicas que são utilizadas dentro das indústrias para os hospitais, esses profissionais ainda encontram muitas limitações, principalmente quando remetidas ao Sistema Único de Saúde.

Verifica-se também uma limitação de autores que publicam textos científicos sobre a gestão em hospitais, dificultando o processo de implementar e adaptar melhorias o sistema de saúde. Como sugestão para novas pesquisas pode-se replicar o estudo com a possibilidade de inserir dados quantitativos, uma vez que a presente pesquisa encontrou em sua maioria artigos de cunho qualitativo.





## Referências

- AUGUSTO, C.; SOUZA, J.; DELLAGNELO, E.; CARIO, S. **Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011)**. Rev. Econ. Sociol. Rural - RESR, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez, 2013.
- BONATO, V. L. **Gestão de qualidade em saúde: melhorando assistência ao cliente**. O Mundo da Saúde, v. 35, n. 5, p. 319-331, 2011.
- BORBA, G.; NETO, F. **Gestão Hospitalar: identificação das práticas de aprendizagem existentes em hospitais**. Saúde Soc. São Paulo, v. 17, n. 1, p.44-60, 2008.
- BURMESTER, H. **Gestão da qualidade hospitalar**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CHERUBIN, N. A; SANTOS, N. A. **Administração hospitalar: fundamentos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- CHOW-CHUA, C.; GOH, M. **Framework for evaluating performance and quality improvement in hospitals**. Managing Service Quality, Bedford, v. 12, n. 1, p. 54-66, 2002.
- COTTA, R.; CAZAL, M.; RODRIGUES, J.; GOMES, K.; JUNQUEIRA, T. **Controle social no Sistema Único de Saúde: subsídios para construção de competências dos conselheiros de saúde**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p.853-872, 2010.
- CUNHA, A. **Conhecimento organizacional e o processo estratégico dos hospitais 2002**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2002. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3fSn8bkqKLWpC3KMXSZpPkJ/>> Acesso em: 15 de set. de 2022.
- CUNHA, J.; CUNHA, R. **Sistema Único de Saúde: princípios**. In: Campos, F. E.; Tonon, L. M.; Oliveira Júnior, M. Caderno planejamento e gestão em saúde Belo Horizonte: Coopmed, 1998. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3fSn8bkqKLWpC3KMXSZpPkJ/>> Acesso em: 15 de set. de 2022.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbdHtWhqjxMy-ZQ/>> Acesso em: 20 de set. de 2022.
- FARIAS, D.; ARAÚJO, F. **Gestão hospitalar no Brasil: revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais**. Revisão Ciênc. Saúde Colet. v. 22, n. 6, jun, p. 1895-1904, 2017.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2010.
- GONÇALVES, E. L. **O hospital e a visão administrativa contemporânea**. São Paulo: Pioneira, 1983. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/3fSn8bkqKLWpC3KMXSZpPkJ/>>. Acesso em: 16 de set. de 2022.
- LINO, K. M. S.; GONÇALVES, M. F.; FEITOSA, S. L. **A administração hospitalar por competência: o administrador como gestor hospitalar**. 2008. Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ). Belém - PA. Disponível em: <[http://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume\\_1/Trabalho\\_6\\_Artigo.pdf](http://www.interdisciplinaremsaude.com.br/Volume_1/Trabalho_6_Artigo.pdf)>. Acesso em: 16 de set. de 2022.
- MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. Disponível em: <<file:///C:/Users/nidia/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA.pdf>>. Acesso em: 10 de ago. de 2022.



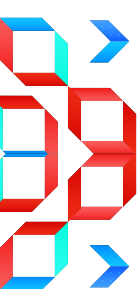


- MINAYO, M. C. S. **Los conceptos estructurantes de la investigación cualitativa.** Salud colectiva. v. 6, n. 3, p. 251-261. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-8265201000300002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-8265201000300002&lng=es&nrm=iso)> Acesso em: 16 de Set de 2022.
- MIRSHAWKA, V. **Hospital fui bem atendido: a hora e a vez do Brasil.** São Paulo: Makron Books, 1994.
- MONTEIRO, L. **Gestão hospitalar no Brasil: Revisão da literatura visando ao aprimoramento das práticas administrativas em hospitais.** Ciênc. Saúde Colet. v. 22, n. 6, jun, 2017.
- NASSIF, M.; ABREU, N.; RODRIGUES, A.; XAVIER M. **Comunicação em saúde: Importante ferramenta em gestão hospitalar.** Disponível em: <https://drmarcelodibo.com.br/comunicacao-uma-importante-ferramenta-para-a-gestao-hospitalar/>>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.
- NIAKAS, D., GNARDELLIS, C.; THEODOROU, M. **Is there a problem with quality in the Greek hospital sector?: preliminary results from a patient satisfaction survey.** Health Services Management Research, London, v. 17, n. 1, p. 62-66, 2004.
- PATIAS, N.; HOHENDORFF, J. **Crêterios de qualidade para artigos de pesquisa qualitativa.** Psicol. Estud. v. 24, p.2-14, dez, 2019.
- REVERE, L.; BLACK, K. **Integrating six sigma with total quality management: a case example for measuring medication errors.** Journal of Healthcare Management, Chicago, v. 48, n. 6, p. 377-381, 2003.
- RIBEIRO, H. C. M. **Bibliometria: quinze anos de análise da produção acadêmica em periódicos brasileiros.** Biblios, n. 69, p.1-20, 2017.
- SANTOS, N. M. dos. **Planejamento estratégico: como foco na gestão hospitalar.** Convibra Administração, Rio de Janeiro, p.2-10, 2011.
- SOARES, L.G.; TRINCAUS, M. R. **Participação e controle social: uma revisão bibliográfica dos avanços e desafios vivenciados pelos conselhos de saúde.** Rev. Eletrônica Lato Sensu, n. 1, p. 245-264, 2007.
- SOUSA, T.; BEZERRA, A.; FEITOSA, M.; SOUSA, M. **Percepção de gestores hospitalares sobre a qualidade nos serviços de saúde.** Revista Interdisciplinar em Saúde, Cajazeiras, v. 1, n. 1, p.82-100, set./out. 2014.
- SOUZA, T. C. de R.; LACERDA, P. T. **Planejamento estratégico e qualidade: acreditação hospitalar – um estudo de caso no Hospital Vita Volta Redonda.** V Congresso Nacional de Excelência em Gestão: gestão do conhecimento para a sustentabilidade, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil, p. 2-22, jul. 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/nidia/Downloads/A-IMPORTANCIA-DA-QUALIDADE-DO-SERVICO-NA-GESTAO-HOSPITALAR-REVISTA-ATUALIZA-SAUDE-N1-V1.pdf>>. Acesso em: 22 de set de 2022.

RECEBIDO: 25/07/2025

ACEITO: 28/08/2025





---

## O Relacionamento Professor-Aluno na Prática Educativa / *The Relationship Between Teacher-Student In Educational Practice*

---

**Laura de Freitas Souza Sayão<sup>1</sup>**

Faculdade Inova Mais de São Paulo  
(FIMSP)

---

### Resumo:

O relacionamento professor-aluno não depende somente de uma aula simples, mas também, é a atividade destinada a melhorar o desenvolvimento das relações. Neste trabalho considerando a necessidade de verificar esta relação atualmente, assim como procurar compreender os seus processos, tivemos como objetivos analisar fatores de conflitos e influências entre as relações pessoais, avaliar a dificuldade na comunicação verbal e não-verbal e o relacionamento professor – aluno, inclusive devido às estratégias de ensino escolhidas por meio de revisão bibliográfica. Para Vygotsky o desenvolvimento intelectual de cada pessoa tem 2 (dois) níveis: um real e um potencial. O real é aquele já adquirido ou formado. O potencial é quando a pessoa ainda não aprendeu tal assunto, mas está próximo de aprender. O professor seria o suporte, ou “andaime”, para que a aprendizagem do educando a um conhecimento novo, seja satisfatória. Para Piaget a aprendizagem será significativa quando o aprendiz for um sujeito ativo. O professor tem um papel incentivador e encorajador, aproveitando as oportunidades através da observação, para desenvolver o aspecto cognitivo do aluno. Atualmente todas as estratégias de aprendizagem são importantes e devem ser aproveitadas pelo professor. Quando bem utilizadas, estreitam os laços entre professor e aluno facilitando a transmissão dos conteúdos. O uso do celular por exemplo, é uma ferramenta poderosa de aprendizado, quando for bem utilizada. A arte de ouvir o aluno, estabelecendo uma comunicação eficaz, independentemente da estratégia de ensino utilizada, é a meta fundamental para uma educação mais efetiva.

**Palavras-Chave:** Metodologias; Professor; Aluno; Relações pessoais; Comunicação.

---

<sup>1</sup> **Enfermeira** pela FURG- Universidade Federal do Rio Grande- RS em 1997, **Mestre** pela USP Universidade de São Paulo Biologia da Relação Patógeno-hospedeiro- parasitologia- em 2003, **Especialista** na formação de professores para o ensino profissionalizante pela Faculdade São Luis de Jaboticabal em 2010, **Doutora** pela USP Universidade de São Paulo em Saúde Pública, com ênfase em Epidemiologia e Biologia Molecular de insetos em 2019.



**Abstract:**

*The teacher-student relationship does not depend solely on a simple lesson, but also on activities designed to improve the development of relationships. In this work, considering the need to verify this relationship currently, as well as to seek to understand its processes, our objectives were to analyze factors of conflict and influences between personal relationships, to evaluate the difficulty in verbal and nonverbal communication and the teacher-student relationship, including due to the teaching strategies chosen through a literature review. For Vygotsky, each person's intellectual development has two (2) levels: one real and one potential. The real is that which has already been acquired or formed. Potential is when a person has not yet learned a subject, but is close to learning it. The teacher would be the support, or "scaffolding," so that the student's learning of new knowledge is satisfactory. For Piaget, learning will be meaningful when the learner is an active subject. The teacher has an encouraging and motivating role, taking advantage of opportunities through observation to develop the student's cognitive abilities. Currently, all learning strategies are important and should be used by the teacher. When used properly, they strengthen the bond between teacher and student, facilitating the transmission of content. The use of cell phones, for example, is a powerful learning tool when used properly. The art of listening to students and establishing effective communication, regardless of the teaching strategy used, is the fundamental goal for more effective education.*

**Keywords:** Methodologies; Teacher; Student; Personal relationships; Communication.



## 1 **Introdução**

A sociedade contemporânea enfrenta uma crise de relações que atravessa diferentes contextos e instituições, e o ambiente educacional não está isento desse cenário. Nas últimas décadas, a qualidade do ensino tem ocupado posição central tanto nas políticas públicas quanto nos debates acadêmicos e pedagógicos, sendo o relacionamento entre professores e alunos reconhecido como um dos fatores determinantes para a efetividade do processo educativo.

Segundo Freire (1996), não há docência sem discência, pois ambas se explicam mutuamente. O ato de ensinar implica também aprender, e o ato de aprender envolve ensinar. Dessa forma, o relacionamento entre professor e aluno ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, configurando-se como uma interação humana e pedagógica baseada no respeito, na escuta e na valorização das singularidades de cada sujeito (Pereira, 2003).

Compreender os fatores que contribuem para uma relação harmoniosa entre docentes e discentes exige reconhecer a importância das relações humanas e da comunicação como dimensões fundamentais do processo educativo. A comunicação, entendida como a capacidade de compartilhar ideias e sentimentos de forma clara e empática, é essencial para a construção de vínculos pedagógicos e para a mediação do conhecimento (Inedi, 2005).

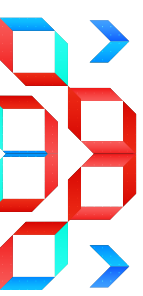
Do ponto de vista teórico, a abordagem cognitivista contribui para compreender a aprendizagem como um processo ativo, no qual o aluno deve ser incentivado a refletir, investigar e construir significados por conta própria. Nesse sentido, o papel do professor é criar condições que estimulem a autonomia intelectual e o desenvolvimento integral do estudante (Gabrielli; Pelá, 2005).

Autores como Freire, Piaget e Vygotsky oferecem importantes referenciais para compreender as dinâmicas dessa relação. Freire (1996) ressalta a importância do diálogo e da escuta como práticas libertadoras; Piaget enfatiza o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem; e Vygotsky destaca a mediação social e a interação como elementos essenciais do desenvolvimento cognitivo.

Diante dessas reflexões, o presente trabalho tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a relação professor-aluno, com ênfase nas dimensões comunicativas, afetivas e cognitivas que permeiam essa interação, buscando compreender de que forma esses aspectos impactam o processo de ensino e aprendizagem.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, elaborada a partir da leitura e análise de obras, artigos científicos e documentos acadêmicos disponíveis nas bases Scopus e Google Scholar, além de livros impressos que abordam o tema. O material selecionado foi examinado de forma crítica e interpretativa, com o intuito de reunir diferentes perspectivas teóricas que contribuam para o entendimento do relacionamento professor-aluno na prática educativa contemporânea.





## 2 Reflexões Teóricas

A compreensão das relações entre professor e aluno requer uma análise teórica que aborde aspectos humanos, comunicacionais e pedagógicos envolvidos nesse processo. Assim, esta pesquisa bibliográfica reúne e discute diferentes perspectivas e conceitos que fundamentam a temática, buscando compreender de que forma as relações humanas, a comunicação, o diálogo e as teorias da aprendizagem influenciam o vínculo docente-discente. As subseções a seguir apresentam autores e abordagens que contribuem para a reflexão sobre o papel do professor e do aluno no processo educativo.

### 2.1 Conceito das Relações Humanas

Onde houver 2 (duas) pessoas, com certeza teremos um relacionamento. Diante do crescimento demográfico, mobilidade espacial de indivíduos e de grupos, multiplicabilidade de aspectos da vida moderna, número elevado de instituições e de grupos aos quais pertencemos (às vezes até mesmo involuntariamente), contatos rápidos e superficiais que necessitamos manter com diferentes pessoas de classes sociais diversas, além de outros fatores, vieram alertar os psicólogos, administradores, educadores e demais profissionais, quanto à importância do estudo das relações humanas (Inedi, 2005).

Não é surpresa para ninguém que as pessoas diferem umas das outras, não havendo 2 (dois) seres iguais no mundo. O homem sempre teve consciência das suas características individuais e das suas necessidades. Vejamos o exemplo de 2 (dois) irmãos que foram gerados por pais de uma única família, tiveram a mesma criação, a mesma educação social e moral, mas desde pequenos demonstram características diferentes no comportamento no caráter moral e social.

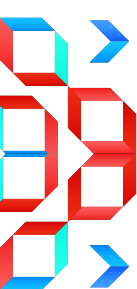
Entender o que impulsiona o indivíduo para estabelecer seus contatos, bem como as formas de comportamento adotados em uma ou outra situação são temas que, entre outros, vão servir de subsídio para um relacionamento interpessoal rico e produtivo.

Não é fácil aceitar às vezes nem mesmo as nossas próprias atitudes, então precisamos aprender que, se quisermos nos relacionar adequadamente com outro indivíduo, precisamos nos relacionar bem primeiro com nós mesmos, vencendo nossos obstáculos internos (medos, desconfiança, insegurança, etc).

Onde há 2 (duas) pessoas, há um relacionamento, e assim sendo, com certeza falaremos em conflitos de crenças, costumes, gostos, educação, etc., pois relacionamentos são repletos de “surpresas”, que distinguem um indivíduo do outro.

As relações humanas, embora complexas, são peças fundamentais na realização comportamental e profissional de um indivíduo. Desta forma, a análise dos relacionamentos entre professor-aluno envolve interesses e intenções, sendo esta interação o expoente das consequências, pois a educação é uma das fontes mais importantes do desenvolvimento comportamental e agregação de valores nos membros da espécie humana.





Na vida, seja ela profissional ou social, nossos relacionamentos são influenciados pela comunicação que envolve mais do que a modalidade verbal ou falada, sendo a comunicação não verbal igualmente importante no estabelecimento de um relacionamento (Fernandes, 2004).

## 2.2 Comunicação

Comunicação é a utilização de qualquer meio pelo qual um pensamento é transmitido de pessoa a pessoa sem perder, tanto quanto possível sua intenção original, tendo objetivo de influenciar para afetar com intenção, visando uma reação específica de uma pessoa ou grupo (mudança no comportamento) (Carvalho, 2003).

### Tipos de Comunicações:

- ▶ **Comunicações Oraís:** são as ordens, pedidos, colóquios, “bate-papos”, comunicações telefônicas, pelo rádio, debates, discussões, etc.
- ▶ **Comunicações Escritas:** são as cartas, jornais impressos, revistas, cartazes, algumas mensagens nas redes sociais, etc.

A comunicação tem significado “*compartilhado*”, havendo comunicação quando 2 (duas) pessoas concordam na mensagem que foi enviada entre elas.

Os tipos de comunicação dividem-se em: **intrapessoal** – denominada comunicação interna, refere-se às mensagens que o indivíduo envia a si mesmo, que geralmente incluem um componente avaliativo positivo, negativo ou neutro; e **interpessoal** – comunicação entre 2 (duas) pessoas, sendo dividida em verbal, associada às palavras expressas por meio da linguagem escrita ou falada e não verbal.

A comunicação não verbal é definida por Silva (1996), como toda informação obtida por meio de gestos, posturas, expressões faciais, orientações do corpo, singularidades somáticas naturais ou artificiais, organização dos objetos no espaço e até pela relação de distância mantida entre os indivíduos. Exemplos: por mímicas que são gestos das mãos, do corpo, da face (caretas); pelo olhar podemos saber o que uma pessoa quer de nós muitas vezes apenas pelo olhar. Postura do corpo: o nosso corpo fala muitas vezes o que realmente gostaríamos de dizer verbalmente.

## 2.3 Barreiras nas Comunicações

Muitas vezes a comunicação deixa de efetivar-se por barreiras, “*obstáculos*”, que restringem a sua eficácia, os quais podem estar ligados ao emissor, ao receptor, ou a ambos, ou ainda a interferências presentes no canal de comunicação.

Nós podemos entender como barreiras nas comunicações, desde as limitações de ordem emocional, tais como, a incapacidade dos interlocutores para abordar determinados temas considerados por demais ameaçadores, até as dificuldades relacionadas à utilização dos códigos de linguagem; todos estes fatores representam maior ou menor grau de obstáculos a uma comunicação plena.





A idéia que se tem da comunicação é que ela existe em mão dupla, ou seja, um indivíduo pode ser ou não aceito simplesmente pela sua forma de expressar-se.

Para que haja um sentido bilateral da comunicação, é necessário que tanto o emissor quanto o receptor percebam o outro. Não poderá haver uma comunicação correta, ou seja, sem interferências, quando não há sintonia no que se diz, e no que se ouve.

#### **Exemplo de barreiras na comunicação:**

- ▶ **Opiniões e atitudes:** o pai pede ao filho: “*Vá a padaria da esquina, comprar pães*”. mas o pai não justifica qual o tipo de pão a ser comprado. O garoto terá neste caso livre conduta para comprar o pão que ele quiser.
- ▶ **Egocentrismo ou Competição:** essas 2 (duas) palavras, juntas, acarretam um monólogo coletivo, onde o que predomina é o interesse individual e não o interesse do grupo.

O Locutor está falando enquanto o receptor, “*quem ouve*”, rebate tudo o que o outro diz, sem ao menos processar e analisar o que lhe está sendo dito. Esta atitude é muito comum para pessoas egocêntricas e/ou competitivas, pois esses indivíduos não aceitam ser o segundo plano, eles precisam estar sempre em evidência.

Exemplo de um grupo de pessoas conversando, onde cada um conta uma história ou experiência vivida; ocorre de um membro do grupo interferir dizendo que o que ele viveu ou que o que aconteceu com ele é sempre mais interessante. Ou ainda podemos ver o exemplo de um casal, onde os dois tentam chegar a um denominador comum, mas o que ocorre é que um dos dois precisa ceder, e o egocentrismo não permite o façam.

Para ter percepção com as coisas que nos rodeiam, precisamos, antes de tudo, é ter sensibilidade. Sabemos que a nossa percepção é influenciada por preconceitos e estereótipos. São esses fatores que nos predis põem a fazer com que prestemos atenção ou não no que nos é dito ou vice-versa, ou ainda é assim que fazemos com que as pessoas prestem a atenção no que falamos.

É por meio da percepção que “*captamos os fatos e adquirimos informações com auxílio de todos os sentidos*”.

A percepção não é estática; é um processo dinâmico a envolver não somente a apreensão dos estímulos sensoriais, mas também a interpretação, por parte do receptor, da realidade observada.

Uma característica da percepção consiste no seu caráter individual, isto é, cada pessoa capta uma mesma situação de forma única e inteiramente particular.

Percebemos as situações de acordo com as nossas experiências anteriores, nossas expectativas e necessidades, e também nos deixamos influenciar pelos fatores circunstanciais.

A percepção é seletiva. Não percebemos, mas é através da percepção que selecionamos com quem nos relacionamos. Começamos um relacionamento buscando características que nos atraem no outro. Quando nos simpatizamos com alguém, tendemos a ver e reconhecer somente as suas qualidades, eliminando quase que por completo os seus defeitos, mas





quando o indivíduo já não nos é tão querido, passamos a realçar seus defeitos, não mais vendo qualidades mesmo que elas existam.

## 2.4 Aprendizagem

Para uma adequada aprendizagem dos alunos, o modo de agir do professor, mais do que suas características e o estilo de relacionamento estabelecido, provoca diferentes resultados na aprendizagem. Seja em sala de aula ou no ensino clínico ocorre o encontro professor/aluno que se defrontam, se comunicam e se influenciam mutuamente, tendo a aprendizagem do aluno como objetivo. Nessa relação professor e aluno desempenham papéis diferentes. Cabe ao primeiro tomar a maior parte das iniciativas, incluindo direcionar o relacionamento estabelecido entre eles (Abreu; Massetto, 1990).

Rogers *apud* Abreu e Massetto (1990), enfocam que a viabilidade da aprendizagem baseia-se em certas qualidades de comportamento que ocorrem no relacionamento pessoal entre o facilitador e o aprendiz sendo elas: autenticidade, apreço e compreensão empática.

Nesse sentido, acredita-se que o tipo de interação estabelecida entre professor/aluno pode facilitar a aprendizagem do aluno, bem como provocar a fuga do aluno como tentativa de proteger-se. As diferenças existentes entre esses dois grupos podem gerar conflitos, sendo a comunicação fundamental para minimizar as diferenças e aproximar as pessoas.

## 2.5 Abordagem Cognitivista

A abordagem cognitivista está ligada a processos organizacionais do conhecimento, suas formas, processamento, elaboração e tomada de decisão. Segundo Mizukami (1986), esta teoria estuda cientificamente a aprendizagem como sendo um produto do meio ambiente, das pessoas ou de fatores externos ao aluno. Tem uma certa preocupação com as relações sociais, contudo dá maior ênfase à capacidade do aluno absorver as informações e processá-las. Piaget é considerado um dos propulsores desta tendência.

Segundo Malrieu (1974), para Piaget a inteligência é uma ação que consiste na assimilação do real aos esquemas inatos ou adquiridos e da acomodação destes últimos aos fatos que resistem a esse processo de assimilação. Considera-se o indivíduo como um sistema aberto que vai se construindo a cada novo momento em busca cada vez do racional, da crítica, capaz de mudá-lo e ao meio onde vive. Mizukami (1986), refere que Piaget considera a existência de duas fases para a aquisição do conhecimento: Fase Exógena, que é a fase da constatação, da cópia, da repetição e Fase Endógena, que é a fase da compreensão das relações, das combinações.

Acredita-se que o indivíduo adquire um determinado conhecimento quando ele está na fase endógena, ou seja, ele compreende, cria, tem pensamento reflexivo em relação ao conhecimento; é quando ele consegue coordenar as ações através de suas próprias atividades. Na verdade não se aprende nada relativamente novo, tudo já existe, apenas não era conhecido, observado, compreendido ou assimilado pelo indivíduo (Pettengill, *et al.*1998).





Dentro desta tendência o objetivo da educação não é a transmissão de informação, verdades ou demonstração, e sim que o aluno aprenda por si mesmo a verificar a veracidade destas informações e que ao mesmo tempo repense e as recrie de forma real, tendo como meta final a autonomia intelectual do aluno, assegurado pelo desenvolvimento de sua personalidade de instrumento lógico-racional. A escola, seja ensino fundamental ou médio e a universidade deverá oferecer ao aluno a possibilidade de aprender por si próprio, de investigar individualmente um determinado fato, através da motivação intrínseca, ou seja, a fase endógena existe em cada um de nós.

Uma das diretrizes da escola Piagetiana é trabalho em grupo, onde situações são criadas para operacionalização de conceitos, de forma a proporcionar o reequilíbrio do aluno, quando ele realmente adquire um novo conhecimento e está maduro para a aquisição de outros mais complexos.

A relação professor-aluno deve ser horizontal, salientando a reciprocidade intelectual, a cooperação moral e racional. Cabe ao professor evitar rotina, fixação de respostas e hábitos. As aulas devem ser dinâmicas, onde se propõe problemas sem, contudo, ensinar-lhes as soluções; provocar desafios, porém mantendo o autocontrole e a autonomia dos alunos; coordenar, orientar para que o aluno desenvolva suas capacidades da forma mais independente possível.

Segundo Mizukami (1986), o aluno deve ser tratado de acordo com sua fase evolutiva e o ensino deve ser adaptado conforme o seu desenvolvimento mental e social. Cabe ao aluno observar, experimentar, comparar, analisar e levantar hipóteses, sempre com o professor orientando para que ele explore os problemas, sem dar-lhes respostas.

Para Malrieu (1974), educar não é mostrar, é ensinar a inventar. O professor deve ser um orientador para os alunos, um instigador, fazendo com que os alunos aprendam por si mesmo, porém sem abandoná-los. Deve ser atento aos passos de aprendizagem dos alunos, propor-lhes questões, provocar situações em que reflitam e estejam abertos para descobrir e apreender.

Podemos constatar que o conhecimento já não é mais transmitido somente de forma vertical professor-aluno, mas de uma forma horizontal, o que implica o emprego de novas abordagens pedagógicas. Na teoria cognitivista o aluno parte do senso comum e vai se estruturando, construindo seu saber.

O professor já não é mais um transmissor de conhecimentos, onde ele apenas mostra e o aluno aprende de forma passiva, mas ele é um coordenador que propõe e evidencia situações, leva o aluno a observar, refletir e desenvolver suas ideias e adquirir outros conhecimentos (Pettengill, *et al.*1998).

## **2.6 A influência do diálogo no ato pedagógico**

O diálogo é de suma importância para a interação professor-aluno no fator psicológico, sendo vínculo entre o cognitivo e as ações concretas. A essa afirmação, encontra-se justificativa na literatura de Piaget sobre o estágio das operações concretas (Vasconcelos; Silva;





Martins, 2005). A criança usa a fala para “*realizar as operações que descreverá as ações cognitivas intimamente organizadas em uma rede ou sistema*”.

Para Hernandez (1998), “*o diálogo implica a honestidade e a possibilidade de intervir em um clima de confiança*”, ou seja, ele é entendido como intercâmbio e reflexão entre os sujeitos. Entretanto, favorecer a aprendizagem a partir do diálogo é algo que não ocorre de maneira espontânea, pois requer por parte do professor, ter uma escrita e conhecimento atento da turma, uma vez que o diálogo implica que as pessoas estejam abertas a nossa idéia e formas de pensar, a novas maneiras de ver, e que não estejam. Portanto, “*o diálogo é uma exigência existencial que possibilita a comunicação*” e “*para por em prática o diálogo, o educador deve colocar-se na posição humilde de quem não sabe tudo*” (Gadotti, 1991, p. 69).

Segundo Freire (1996), ensinar exige saber escutar. Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala com ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele. O que jamais faz quem aprende a escutar para poder falar com é falar impositivamente. Até quando, necessariamente, fala contraposições ou concepções do outro, fala com ele como sujeito da escuta de sua fala crítica e não como objeto de seu discurso. O educador que escuta apresenta a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala com ele.

## 2.7 Definição de professor e aluno

Neste contexto, cabe definir o professor e aluno. Assim, professor pode ser definido aqui no Brasil como o profissional que ministra aulas ou cursos em todos os níveis educacionais, a saber Educação infantil, Educação fundamental, Ensino médio e superior, além do Ensino profissionalizante, técnico e na pós-graduação. É uma das profissões mais antigas e mais importantes, tendo em vista que as demais, em sua maioria, dependem dela. Nas séries iniciais da escolarização, temos uma porcentagem elevada de mulheres exercendo a função; no Brasil, com o passar dos níveis escolares, vemos a inversão dos percentuais em favor dos homens. Platão, alertava da importância do papel do professor na formação do cidadão (Tacca; Branco, 2008).

Aluno (do latim *alere* “*desenvolver, criar*”) é o indivíduo que recebe formação de um professor para adquirir ou ampliar seus conhecimentos em um determinado assunto. É qualquer pessoa que aprende através de outra, mas o termo é geralmente aplicado para estudantes. Aristóteles, que era inclusive professor, dizia que seus discípulos eram alunos, porque essa palavra é a junção de *a* com *luno*, ou seja, segundo ele, eram pessoas sem luz, mas que a receberiam através do conhecimento das coisas (Wikipédia, 2008).

## 2.8 Professor versus aluno: problemas e teorias para a comunicação

No decorrer da vida profissional, o professor verifica que o relacionamento entre ele e o aluno mostra-se um fator primordial no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, com destaque para a questão da disciplina em sala de aula. Por outro lado, professor e





aluno parecem divorciados: o professor sente dificuldade em estar se relacionando com os alunos de forma aberta e conveniente; alguns são autoritários e tradicionais, desejam que os alunos sejam disciplinados, seguindo um currículo pré-estabelecido.

Segundo Gadotti (1999), o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo, reconhecendo que mesmo um analfabeto é portador do conhecimento mais importante: o da vida.

Num modelo tradicional de ensino, o professor na sala de aula ensina e dá ordens e os alunos aprendem e obedecem. Zagury (1999) deixou bem claro isso, ao mencionar que a teoria educacional subjacente é que “*quando o professor ensina, os alunos aprendem, ou seja, aprender era considerado consequência inevitável do ensinar*” (p.9). Nesse sentido pode-se dizer que o professor quebra a possibilidade de um relacionamento harmonioso entre ele e o aluno, e se este não se adapta ao controle, ele é considerado rebelde, indisciplinado, quando na verdade pode ser apenas uma forma de não aceitação de imposições estabelecidas pelo professor e pela escola. Há um distanciamento entre professor e aluno no que diz respeito à subjetividade, sendo que, muitas vezes, as relações são mecânicas, ritualistas e sem vida.

Conforme Fleuri (1997), a prática pedagógica autoritária acaba gerando situações de conflito, prejudicando o relacionamento de professor e aluno. O primeiro faz da sala de aula um local onde tudo é estabelecido por ele e pelas normas da instituição, acatadas passiva e comodamente, vendo o aluno como um receptor de conhecimentos; neste caso não há espaço para discussão, nem momento para esclarecimento de dúvidas.

Para Freitas (1998), “*a professora se comporta como se fosse a proprietária da sala de aula, bem como de tudo que está ali dentro: mesa, quadro, giz e, inclusive, os alunos. É por isso que ela se sente no pleno direito de manipulá-los conforme sua vontade*”.

Desta maneira, o aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que cumprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser melhor cultivado, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenvolver das atividades (Cabral *et al.* 2004.)

O professor não deve preocupar-se somente com o conhecimento através da absorção de informações, mas também pelo processo de construção da cidadania do aluno. Apesar de tal, para que isto ocorra, é necessária a conscientização do professor de que seu papel é de facilitador de aprendizagem, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los à auto-realização (Cabral *et al.*, 2004.)

De modo concreto, não podemos pensar que a construção do conhecimento é entendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. O papel do professor consiste em agir com intermediário entre os conteúdos da aprendizagem e a atividade construtiva para assimilação (Cabral *et al.*, 2004.)





O trabalho do professor em sala de aula, seu relacionamento com os alunos é expresso pela relação que ele tem com a sociedade e com cultura. Abreu e Masetto (1990, p. 115), afirmam que “*é o modo de agir do professor em sala de aula, mais do que suas características de personalidade que colabora para uma adequada aprendizagem dos alunos; fundamenta-se numa determinada concepção do papel do professor, que por sua vez reflete valores e padrões da sociedade*”. (CABRAL et al, 2004.)

Silva (2005) menciona que “*para aprender, necessitam-se 2 (dois) personagens (ensinante e aprendente) e um vínculo que se estabelece entre ambos*”. Segundo a autora, para chegar a uma aprendizagem efetiva deve haver um ensinante e um aprendente e, entre eles, um relacionamento. Quando há um fracasso na aprendizagem, é preciso pensar sobre estas situações, pois o problema pode estar no professor, na escola, nos pais e não exclusivamente no aprendente.

Há outros fatores importantes que influenciam as práticas educativas e abrimos um parêntese para citar a seguinte situação atual: *E quanto ao uso de dispositivos eletrônicos e celulares em sala de aula?*

A Lei Federal nº. 15.100/25 restringe o uso de celulares na sala de aula nas instituições públicas e particulares. O seu uso é permitido apenas para fins pedagógicos, como a utilização nas pesquisas, como melhoria do desempenho acadêmico e, para fins sociais, como fortalecimento das relações interpessoais. Cada instituição adapta protocolos com base nesta lei. Há acordos internos entre as turmas e seus docentes. Mas alguns casos deixam a desejar. Faltam acordos em alguns pontos.

Deveria haver um equilíbrio das 2 (duas) partes: o aluno respeitando o professor como autoridade em sala de aula e, o professor respeitando o aluno como ser humano em processo de aprendizagem, formação de valores e construção de novos conhecimentos, com ou sem o uso destas tecnologias.

Segundo Freire (1996, p. 96), “*o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas*” (Cabral et al. 2004).

Para Freire, “*o professor autoritário, o professor Silencioso, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, o entusiasta, o racionalista, o político, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca*” (Silva, 2005).

Apesar da importância da existência de afetividade, confiança, empatia e respeito entre professores e alunos para que se desenvolva a leitura, a escrita, a reflexão, a aprendizagem e a pesquisa autônoma; por outro, Siqueira (2005, p. 1), afirma que os educadores não podem permitir que tais sentimentos interfiram no cumprimento ético de seu dever de professor. Assim, situações diferenciadas adotadas com um determinado aluno (como melhorar a nota deste, para que ele não fique de recuperação), apenas norteadas pelo fator amizade ou empatia, não deveriam fazer parte das atitudes de um “*formador de opiniões*” (Cabral et al, 2004).





Logo, a relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da era industrial com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais (Cabral *et al*, 2004).

Nessa perspectiva, não cabe analisar somente a relação professor-aluno, mas também a relação aluno-aluno. Para Vygotsky, a construção do conhecimento se dará coletivamente, portanto, sem ignorar a ação intrapsíquica do sujeito.

## 2.9 Visão da relação professor aluno segundo Vygotsky

Vygotsky conceituou o desenvolvimento intelectual de cada pessoa em 2 (dois) níveis: um real e um potencial. Conforme já mencionado, o real é aquele já adquirido ou formado, que determina o que a pessoa já é capaz de fazer por si própria porque já tem um conhecimento consolidado. Por exemplo, se domina a adição esse é um nível de desenvolvimento real. O potencial é quando a pessoa ainda não aprendeu tal assunto, mas está próximo de aprender, e isso se dará principalmente com a ajuda de outros. Por exemplo, quando ele já sabe somar, está bom próximo de fazer uma multiplicação simples, precisa apenas de um “empurrão”.

Esse conceito abre uma nova perspectiva a prática pedagógica colocando a busca do conhecimento e não de respostas corretas. Ao educador, restitui seu papel fundamental na aprendizagem, afinal, para o aluno construir novos conhecimentos precisa-se de alguém que os ajude, eles não o farão sozinhos. Assim, cabe ao professor ver seus alunos sob outra perspectiva, bem como o trabalho conjunto entre colegas, que favorece também a ação do outro na ZDP (zona de desenvolvimento proximal). Vygotsky acreditava que a noção de ZDP já se fazia presente no bom senso do professor quando este elaborava suas aulas.

O professor seria a suporte, ou “*andaime*”, para que a aprendizagem do educando a um conhecimento novo seja satisfatória. Para isso, o professor tem que interferir na ZDP do aluno, utilizando alguma metodologia, e para Vygotsky, essa se dava através da linguagem. Baseado nisso, dois autores Newman, Griffin & Cole, desenvolveram essa idéia. Para eles era através do diálogo do professor com o aluno que a ZDP se desenvolve na sala de aula. Com um esquema I-R-F (iniciação – resposta – feedback), onde o professor fica “*dando pistas*” para o aluno inicie o processo, assim o aluno teria uma resposta e o professor dava o *feedback* a essa resposta (Gomes, 2002).

Nessa perspectiva, a educação não fica à espera do desenvolvimento intelectual do ser. Ao contrário, sua função é levar o aluno adiante, pois quanto mais ele aprende, mais se desenvolve mentalmente. Segundo Vygotsky, essa demanda por desenvolvimento é característica das crianças. Se elas próprias fazem da brincadeira um exercício de ser o que ainda não são, o professor que se contenta com o que elas já sabem é dispensável.





## 2.10 Visão da relação professor aluno segundo Piaget

Para Piaget a aprendizagem do estudante será significativa quando esse for um sujeito ativo. Isso se dará quando a pessoa receber informações relativas ao objeto de estudo para organizar suas atividades e agir sobre elas. Geralmente os professores “jogam” somente os símbolos falados e escritos para os alunos, alegando a falta de tempo. Segundo Piaget esse tempo utilizado apenas para a verbalização do professor é um tempo perdido, e se gastá-lo permitindo que os alunos usem a abordagem tentativa e erro, esse tempo gasto a mais, será na verdade um ganho.

O modelo tradicional de intervenção do professor consiste em explicar como resolver os problemas e dizer “*está certo*” ou “*está errado*”. Isso está contra a teoria da psicologia genética de Piaget, que coloca a importância da observação do professor sobre o aluno. Uma observação criteriosa, para ver o momento de desenvolvimento que a pessoa está vivendo, assim saber que atividade cognitiva aquele aluno estará apto a investigar. O professor será o incentivador, o encorajador para a iniciativa própria do estudante.

Coloca-se também a importância da espontaneidade do ser. Muitas vezes o professor se mostra tão preocupado em ensinar que não têm paciência suficiente para esperar que os educandos aprendam. Dificilmente aguardam as respostas dos educandos, e perdem a oportunidade de acompanhar a estrutura de raciocínio espontânea de seus alunos. Com a concepção das respostas “*certas*” e sem o incentivo para pesquisa pessoal o estudante acaba por ter sua atividade dirigida e canalizada, podendo até dizer moldada pelo método de ensino tradicional. Por isso Piaget fixa tanto essa idéia da espontaneidade do aluno; porém, essa espontaneidade muitas vezes é distorcida em sua interpretação. Se um professor deixar um aluno sem planejar sua atividade, achando que esse aprenderá sozinho, erroneamente estará aplicando o que Piaget diz.

Ainda a respeito da relação professor-aluno, Piaget coloca que essa relação tem que ser baseada no diálogo mais fecundo, onde os “*erros*” dos estudantes passam a ser vistos como integrantes do processo de aprendizagem. Isso se dá porque à medida que o aluno “*erra*” o professor consegue ver o que já se está sabendo e o que ainda deve ser ensinado. Segundo Emilia Ferreiro e Ana Teberosky são esses “*erros construtivos*” que podem diferir das respostas corretas, mas não impedem que as crianças cheguem a ela.

Piaget ainda reforça que o aprender não se reduz à memorização, mas sim ao raciocínio lógico, compreensão e reflexão. Diferentemente de Vygotsky, Piaget coloca que o aprendizado é individual. Será construído na cabeça do sujeito a partir das estruturas mentais que ele possui. Voltando a relação professor-aluno, Piaget a coloca baseada na cooperação de ambos. Assim, será por meio do debate e discussão entre iguais que o processo do desenvolvimento cognitivo se dará; e o professor assumindo o papel apenas de instigador e provocador, mantendo o clima de cooperação. As consequências serão à descentralização, à socialização, à construção de um conhecimento racional e dinâmico dos alunos. Dessa forma, a produção dos seres passa a fazer parte do processo de ensino e aprendizagem, buscando compreender o significado do processo e não só o produto.





O professor deve ser um comunicador que desperte o interesse dos alunos e considere os aspectos psicológicos envolvidos no processo de aprendizagem. O educador não deve deter-se apenas em codificar sua mensagem, como comumente se faz, mas torná-la decodificável para o aluno. A preocupação do professor com a reação dos alunos é importante, o comunicador precisa ter a capacidade de perceber a reação do outro e ser uma pessoa sensível nas relações humanas (Rocha; Silva, 2002).

A tarefa de comunicar é mais fácil e efetiva quando o professor conhece bem os seus alunos, pois isto significa que conhece seus repertórios comunicativos, suas idéias, experiências, signos e está interessado em ajudá-los a modificar e aumentar estes repertórios. Assim, a emissão, transmissão e recepção de informação é apenas uma das funções da comunicação entre professor e alunos. Da boa comunicação dependem não só a aprendizagem, mas também o respeito mútuo, a cooperação e a criatividade (Bordenave; Pereira, 1995).

Segundo Bezerra (1996), a comunicação possui três elementos: algo que conhecemos, que sentimos e que vivenciamos. A mensagem deve ser um conteúdo bem estruturado na compreensão do professor, ligado às emoções e vivenciado, isto é, deve fazer parte do cotidiano.

Masetto e Abreu (1990), quando falam do professor universitário em sala de aula, afirmam que a aula é um encontro, repetido durante espaços de tempo predeterminados e, nesse encontro, seres vivos, seres humanos, confinados dentro dos limites da classe, se defrontam, se comunicam e se influenciam mutuamente. A razão central desse encontro é a aprendizagem do aluno, que é influenciada pelo modo de agir do professor, em sala de aula, mais do que suas características de personalidade. Julgar os professores universitários pelo seu modo de falar, sua voz, seu modo de vestir, seus objetos pessoais, suas crenças etc. não é nada educado, elegante e nem viável. O julgamento deve se basear nas suas responsabilidades acadêmicas como: ministrar aulas, avaliar, orientar pesquisas e trabalhos de conclusão de curso, sua formação enquanto graduado, especialista, mestre, doutor e pós-doutor, seu histórico profissional também é muito importante - *o que esse professor fez ao longo de sua carreira?* afinal ele chegou até aqui de alguma maneira... verificar a sua formação, os seus méritos acadêmicos, prêmios, homenagens e experiências profissionais e extra-profissionais é um caminho. Essa pessoa tem uma trajetória de vida profissional que deve ser vista e admirada antes de qualquer julgamento.

Alves (1995) discute sobre o que poderíamos ser se não tivéssemos sido domesticados, citando os educadores como controlados por instituições, onde a educação tem a ver com classes e/ou grandes unidades estruturais que funcionam como se fossem coisas, regidas por leis e totalmente independentes dos sujeitos envolvidos, chegando a uma posição paradoxal em que, para se conhecer o mundo humano, é necessário silenciar os homens.

### 3 Considerações Finais

Visto o exposto, é fundamental que o professor tenha conhecimento teórico antes de ministrar aula, incluindo o perfil de seus alunos e estes, por sua vez, devem aproveitar





todo o conhecimento dos docentes, observando as orientações ministradas e seguir as mesmas. Tudo isto direcionará o aluno na construção de sua aprendizagem tanto teórica, social e profissional.

Os estudos até aqui realizados nos fazem perceber que a relação professor-aluno deve ser considerada como ponto chave num processo em que percebemos pessoas distintas, com experiências distintas, sendo aproximadas com o objetivo de troca de conhecimentos, em ambiente e momentos específicos.

Como docentes, sempre nos preocupamos em oferecer aos alunos ensino cuja principal qualidade seja a de valorizar a pessoa humana, ajudando-os a se desenvolverem com autonomia e responsabilidade.

Há uma relação entre a alegria necessária à atividade educativa e a esperança. A esperança de que professor e aluno juntos podem aprender, ensinar, inquietar-se, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à sua alegria (Freire, 1996).

Quando passamos a ouvir melhor nossos alunos, começamos a perceber como e quanto a afetividade é importante na relação professor-aluno.

É preciso considerar o fato de que o professor, quando se torna comprometido com o aluno e com uma educação de qualidade, fazendo do aluno alvo do processo ensino-aprendizagem, e cumprindo seu papel de orientador e facilitador do processo, legitima assim a teoria de uma facilitação da aprendizagem, através da interação entre sujeitos, ultrapassando, desse modo, a mera condição de ensinar.

No entanto, muitos fatores levam a questionar se esta prática educativa vem realmente acontecer de maneira satisfatória na instituição. Muitas vezes, as relações entre os sujeitos acabam por se contrapor, seja por motivos econômicos, sociais, políticos e/ou ideológicos, demonstrando falhas no cotidiano e no lar, bem como limitações quanto à aquisição do conhecimento no processo ensino-aprendizagem (Vasconcelos, 2005).

Na realidade, a prática docente tem uma parcela não só significativa na relação professor-aluno, mas quase que definitiva em todo o processo. A arrogância didática do detentor do saber e a “segurança” que ele tem de que seu poder e seu conhecimento ilimitado são suficientes, pode produzir um aprendizado equivocado e covarde, uma vez que este acredita que a culpa é somente do aluno quando os resultados não condizem com as suas expectativas.

Com toda essa mínima produtividade, o que ocorre é a morte da criatividade, reproduzindo assim o que já existe.

Certamente, a simples mudança de paradigmas não garante de forma alguma uma mudança de concepção pedagógica, ou seja, de prática escolar. A superação de valores tidos como indispensáveis hoje, apesar de ultrapassados, já não são suficientes para os avanços necessários na prática docente (Vasconcelos, 2005).

Há necessidade de atualização, por parte dos docentes, de metodologias de ensino, com o uso das tecnologias disponíveis. Por exemplo, o uso das metodologias ativas de aprendizagem.





Para o educador, o ensinar deve ser uma arte, uma ciência e um conjunto de técnicas que são utilizadas para se alcançar um objetivo. Através de alguns subsídios, toma-se fácil conduzir o processo de aprender a raciocinar, a refletir e usar a própria criatividade. Quando o educador se preocupa em educar com arte, toma-se comprometido com o aluno e com uma educação de qualidade, fazendo do aluno um alvo do processo ensino-aprendizagem e cumprindo seu papel de orientador no processo.

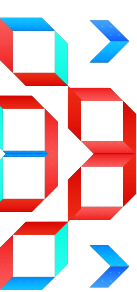
De fato, a teoria legitima a prática, embora esta, sem o constante aprofundamento teórico, perca rapidamente sua consistência. Atualmente, o questionamento para a melhoria gira em torno de cursos de capacitação, materiais didáticos, melhores condições de trabalho e remuneração. Felizmente, ainda existem professores que fazem do ensino um ideal e lutam para ajudar a construir um mundo melhor, onde se tenha acesso a uma educação digna e extensiva a todos, sem fome emocional, educacional e física, sem drogas e sem miséria.

Para muitos professores, ser bem-sucedido é conseguir alcançar seus objetivos em grande maioria. Para outros, é a unificação dos erros e acertos e a coragem de renovar-se para continuar a luta do dia seguinte. Porém, estar sintonizado com a realidade do aluno, ser dinâmico, flexível e companheiro, transformar o “*ter que aprender*” em “*querer saber*” é ser um educador bem-sucedido.

Um bom planejamento crítico e sujeito a mudanças, um acompanhamento contínuo, uma avaliação diversificada, um diálogo aberto e participativo e uma boa dose de afetividade, contribuem para a formação de um profissional bem-sucedido. Neste momento, professor e aluno são beneficiados, pois, o planejamento representa as decisões sobre a concretização do dia a dia em sala de aula. Como facilitador do conhecimento, o professor destaca-se como um guia para o aluno, permitindo que o mesmo crie o seu próprio raciocínio, troque idéias, seja consciente e crítico. Sabemos que o modo de ser do professor interfere positiva ou negativamente na vida dos alunos, podendo inclusive contribuir na forma do aluno ver o mundo, agir e tomar decisões.

É necessário criar formas de sensibilizar os docentes da importância da comunicação no processo de cuidar, e que este é um elemento essencial para que possamos desenvolver uma educação humanizada (Fernandes, 2004).





## Referências

- ABREU, M. C. & MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos**. São Paulo: Cortez, 1990.
- ALVES, R. **A Conversa com quem gosta de ensinar**. São Paulo: ARS Poética, 1995.
- BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Geral. Secretaria de Modernização Administrativa e Recursos Humanos. **Capacitação pedagógica para instrutor/supervisor área da saúde**. Brasília, 1989.
- CABRAL, F.M.C. *et al.* **Dificuldades no Relacionamento Professor/aluno: um desafio a superar**. Londrina, 2004.
- CARVALHO, R.M. M. **A Comunicação Oral: uma reflexão sobre os usos e desusos em sala de aula**. Bahia. 2003.
- COELHO, M, M, O; CORREA, F, M. **Formação Pedagógica em Educação Profissional: A pratica pedagógica na tutoria enfermagem**. UFAM, 2005.
- FERNANDES, C, N, S. **Refletindo sobre o aprendizado do papel de educador no processo de formação do enfermeiro**. Rev. Latino Am. Enfermagem v.12 n.04 Ribeirão Preto, Julho/Agosto 2004.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Aprendizagem e inovação organizacional: as experiências de Japão, Coréia e Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.
- FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. **Saberes necessários a prática educativa**. Paz e terra. 165 pg. São Paulo, 1996.
- FREITAS, Maria de Fátima. **Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo**. [S.l.]: [s.n.], 1998.
- GABRIELLI, J.M.W; PELÁ, N,T,R. **O Professor real e o ideal na visão de um grupo de graduados de Enfermagem**. Revista da escola de enfermagem da USP v.38 n.2 São Paulo, junho 2004.
- GADOTTI, Moacir. A educação neste fim de século. **A educação na cidade**. Tradução . São Paulo, SP: Cortez, 1991.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- INEDI, **Relações Humanas e ética (profissional)**. Modulo IV. Curso de formação de técnicos em transações imobiliárias, 3 unidades. Brasília. Disponível em [www.inedidf.com.br](http://www.inedidf.com.br). 2005.
- LEI nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025**. Restrição De Uso De Celulares Nas Escolas Disponível em: Link: Normas.leg Acesso em: 27-10-2025
- MALRIEU, Philippe. **Elementos de psicologia**. São Paulo: Ática, 1974.
- MIZUKAMI, M. G. N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (Orgs.). **Formação de professores: tendências atuais**. São Carlos: EdUFSCar, 1996. p. 59-91.





- NEWMAN, D.; GRIFFIN, P.; COLE, M. **The construction zone: working for cognitive change in school**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- PEREIRA, A, L, F. **As tendências pedagógicas e a prática educativa nas ciências da saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, set-out, 2003.
- PERROTTA, C; TORREZ, M,N,F,B. **Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área de Saúde/Enfermagem: uma experiência brasileira de política pública**. VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais, Coimbra, setembro 2004.
- PETTENGILL, M, A, M; NUNES, C, B; BARBOSA, M, A, M. **Professor e aluno compartilhando da experiência de ensino-aprendizagem: a disciplina de enfermagem pediátrica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Rev. Latino Am. Enfermagem v.11 n.04 Riberão Preto, Julho/Agosto 2003.
- PETTENGILL, M.A.M. *et al.* **O professor de enfermagem frente às tendências pedagógicas**. Uma breve reflexão. Revista Escola Enfermagem USP, v.32, n.1, p.16-26, abr. 1998.
- ROCHA, E, M; SILVA, M, J, P. **Mudanças nas relações em sala de aula e sua influencia na aprendizagem**. An.8. Simp. Bras. Comun. Enferm. May. 2002.
- SILVA, J.P.S. **A Relação Professor Aluno no Processo de Aprendizagem**. Revista Espaço Acadêmico – n 52 – Setembro de 2005 – Mensal. UEM. Maringá.
- SILVA, M. J, P; Castro, R, K, F. **Influencias do comportamento verbal e não verbal do docente em sala de aula**. Enfermeira Global. n.3. Novembro 2003.
- SIQUEIRA, Moema Miranda de. **O Ensino Superior e a Universidade**. RAE eletrônica, v. 4, n. 1, jan./jul. 2005.
- SOUZA, M.D. **A comunicação e sua influencia no relacionamento professor/aluno durante o processo de aprendizagem**. An.8. Simp. Bras. Comun. Enferm. May 2002.
- TACCA, M.C,V,R; BRANCO, A,U. **Processos de significação na relação professor/aluno: uma perspectiva sociocultural construtiva**. Estud. Psicol. (Natal) v.13 n.1 Natal. Jan./abril 2008.
- VASCONCELOS, A, A; SILVA, A, C, G; MARTINS, J, S. **A Presença do Diálogo na Relação Professor Aluno**. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22-setembro 2005 .
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Aluno**. Outubro, 2025 De. Disponível em: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem).
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Paulo Freire**. Dezembro de 2008. Disponível em: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem).
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Professor**. Agosto, 2025. Disponível em: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem).
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Relação Professor Aluno segundo Vygotsky**. Fevereiro de 2020. Disponível em: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem).
- WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Relação Professor Aluno segundo Piaget**. Fevereiro de 2020. Disponível em: [http:// pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem](http://pt.wikipedia.org/wiki/Aprendizagem).
- ZAGURY, Tânia. **Encurtando a adolescência: orientação para pais e educadores**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.





REVISTA CIENTÍFICA  
*educamais*

educa+  
Editora educamais

